

RELATORIO  
& CONTAS  
2015

# ÍNDICE

<b>1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA</b>	<b>6</b>
<b>2 O BANCO ECONÓMICO</b>	<b>10</b>
2.1 Missão	12
2.2 Identidade	12
2.3 Estratégia para o crescimento e sustentabilidade de longo prazo	13
2.4 Posicionamento	13
2.5 Accionistas	14
2.6 Participadas	15
2.7 Principais acontecimentos	16
<b>3 MODELO DE GOVERNAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>18</b>
3.1 Órgãos sociais	20
3.2 Comissão executiva	20
3.3 Fiscalização	21
<b>4 ÉTICA E DEONTOLOGIA</b>	<b>24</b>
4.1 Regulamento de recursos humanos	26
4.2 Código de conduta	26
4.3 Conflito de interesses	27
4.4 Partes relacionadas	27
4.5 Política de prevenção de branqueamento de capitais	28
4.6 Comunicação de irregularidades	29
4.7 Reclamações	29

<b>5</b>	<b>ACTIVIDADE</b>	<b>30</b>
5.1	Enquadramento macroeconómico	32
5.2	Banca comercial	36
5.3	Banca seguros	41
5.4	Banca de investimento	41
5.5	Gestão de activos	43
5.6	Gestão financeira	43
5.7	Gestão do risco de crédito	45
5.8	Solvabilidade	46
5.9	Meios	46
5.10	Recursos humanos	48
5.11	Responsabilidade social	49
5.12	Reconhecimento	51
5.13	Resultados	53
5.14	Resultados da Actividade Consolidada	54
<b>6</b>	<b>APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>56</b>
6.1	Relatório de gestão e documentos de prestação de contas	58
6.2	Proposta de distribuição de resultados	58
6.3	Nota de agradecimento	59
<b>7</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>60</b>





MENSAGEM DO  
PRESIDENTE  
DA COMISSÃO  
EXECUTIVA

## **CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO ANGOLANO**

Em 2015, a descida do preço do petróleo originou um forte impacto nas contas dos países exportadores, provocando uma redução significativa das receitas. No caso de Angola, e segundo dados do FMI, a economia terá crescido 3,0% em 2015, registando um decréscimo face ao crescimento de 4,8% verificado em 2014. Apesar de a produção petrolífera ter aumentado cerca de 10%, a queda do preço do petróleo não permitiu inverter os impactos indirectos noutros sectores da economia, dado que, apesar dos esforços de diversificação, a economia angolana continua a estar muito dependente das receitas do sector petrolífero e a proporção destas receitas continua em declínio.

Outro aspecto que marcou a evolução económica do país, durante o ano de 2015, passou pela escassez de divisas no mercado, decorrente da menor entrada de moeda estrangeira causada, principalmente, pela queda no preço do petróleo, que levou à desvalorização de 32% da moeda nacional (kwanza) em relação ao

USD no final do ano. Este factor originou um aumento dos preços dos produtos importados, com impactos directos na inflação, que se fixou nos 14,3%. Neste contexto, e para assegurar a estabilidade financeira do país, o Governo angolano tomou medidas extraordinárias com o objectivo de equilibrar as receitas. De modo a assegurar estabilidade nos preços, o Banco Nacional de Angola (BNA) adoptou uma política monetária mais restritiva, em consonância com a política orçamental, tendo aumentado a taxa de juro básica cinco vezes em 2015, que passou dos 9,0% no início do ano para os 11,0% em Dezembro de 2015.

## **EVOLUÇÃO DO SECTOR BANCÁRIO EM ANGOLA**

O ano de 2015 trouxe desenvolvimentos significativos ao sector bancário e financeiro de Angola. Este foi o ano em que foram comercializados, pela primeira vez, títulos de dívida soberana no mercado financeiro internacional, um passo estratégico para a diversificação das fontes de financiamento dos operadores económicos nacionais.

**O ANO DE 2015 TROUXE  
DESENVOLVIMENTOS  
SIGNIFICATIVOS AO  
SECTOR BANCÁRIO  
E FINANCEIRO DE  
ANGOLA.**

Foi também efectuada a assinatura do acordo intergovernamental entre Angola e os Estados Unidos da América para a implementação do Foreign Account Tax Compliance Act (FACTA). Com este acordo, Angola aderiu ao movimento internacional de combate à evasão fiscal, juntando-se a uma lista de mais de 100 países que já se encontram a colaborar com os EUA. O sector bancário angolano registou, em 2015, um crescimento dos activos e depósitos, bem como um aumento muito significativo dos indicadores relacionados com os meios electrónicos de pagamento. Em 2015 verificou-se uma subida de 44,5% no número de transacções realizadas através de terminais automáticos e a rede Multicaixa registou um crescimento de 19,7% de movimentos transaccionais em ATM. Estes resultados comprovam que o investimento na tecnologia e na banca digital é uma aposta de futuro em Angola.

### **MILESTONES DO BANCO**

O Banco Económico (BE) iniciou a sua operação na indústria bancária angolana num contexto macroeconómico particularmente desafiante. Surgiu com uma imagem corporativa inovadora e diferenciada e definiu um posicionamento totalmente focado no conceito de banco relacional. O Banco Económico adoptou uma cultura de maior proximidade e total disponibilidade para os seus clientes, colocando a relação com o cliente no eixo da sua operação, para criar o seu maior factor de diferenciação.

Em 2015, focamo-nos na criação, definição, reforço e valorização da nossa marca. Desenvolvemos melhores níveis de serviço de apoio ao cliente e empenhámo-nos na inovação da nossa oferta de produtos. A forte aposta realizada na segmentação de clientes é parte integrante da estratégia operacional do BE, que investe na concepção de produtos inovadores e

personalizados, concebidos para antecipar e dar resposta às necessidades específicas de cada tipologia de cliente.

O Banco Económico tem defendido e apoiado projectos focados na produção doméstica e na substituição de importações. Esta tipologia de iniciativas empresariais é vantajosa para os clientes, para o país e para o banco. Implementámos esta linha de orientação, porque acreditamos que este é o caminho, de longo prazo, para atingir o desenvolvimento sustentável da nossa economia. Neste contexto, temos vindo a encorajar projectos baseados numa menor dependência de divisas e temos também vindo a sensibilizar os clientes que possam estar irrealmente optimistas nas suas projecções, mesmo em projectos que não dependam, significativamente, de moeda estrangeira, mas que possam não conseguir suportar os elevados níveis das taxas de juro que estão a ser registados na nossa economia.

Ao longo de 2015, prosseguimos os planos de desenvolvimento tecnológico, inerentes ao suporte da operação do banco, e também investimos em soluções inovadoras que nos permitem oferecer serviços de banca electrónica, em linha com os mais elevados padrões da indústria bancária, a nível nacional e internacional. Neste ano reformulamos também o serviço de internet banking para particulares e modernizamos o website do banco, para permitir uma interactividade superior nos serviços de apoio ao cliente.

### **TEMPOS DE MUDANÇA**

Foi também em 2015 que nos mudámos para o Edifício Sede Banco Económico. Neste espaço foram concentrados os serviços centrais do banco, o que nos permitiu uma melhor optimização de recursos, com uma maior proximidade e interligação de todas as áreas de operação da instituição. Para além de aportar melhores con-

# O BANCO ECONÓMICO JÁ É UMA REFERÊNCIA NO SECTOR BANCÁRIO E SÓ AGORA COMEÇAMOS. NO FUTURO FAREMOS MAIS E MELHOR.

dições de actividade para as equipas do banco, esta nova sede é também um espaço aberto à sociedade angolana.

Na Galeria de Arte Banco Económico abrimos portas às exposições de artistas consagrados e de jovens talentos, que encontram aqui um espaço privilegiado de divulgação e promoção da cultura contemporânea de Angola. O Auditório Banco Económico tem vindo a acolher a realização de diversas conferências e seminários, num espaço dotado das melhores características técnicas e arquitetónicas para receber eventos de diversas tipologias.

A nova sede constitui-se, também, um local excepcional para receber os nossos clientes e para abordarmos as questões inerentes aos seus negócios, expectativas e ambições, num ambiente mais informal e convidativo.

## MENSAGEM DE AGRADECIMENTO

Iniciámos a nossa operação num dos momentos mais difíceis da economia angolana. Ultrapassámos, com determinação, as adversidades do actual contexto económico.

A campanha de lançamento da marca, a mudança para o novo Edifício Sede, bem como o lançamento de novos produtos e serviços, permitiram-nos romper com o passado e avançar para o futuro. Os resultados de 2015 são já um primeiro passo nesse sentido.

Estamos agora mais bem preparados para enfrentar os desafios do futuro. O Banco Económico detém um conhecimento profundo do mercado, uma equipa altamente especializada e capacitada para antecipar e responder às necessidades dos seus clientes.

Ao longo deste ano, criámos serviços, produtos e soluções diferenciadoras, em linha com as melhores práticas da indústria bancária internacional. O Banco Económico já é uma referência no sector bancário angolano e só agora começámos. No futuro faremos ainda mais e melhor. Gostaria de deixar, em meu nome, e em nome de toda a Comissão Executiva, um agradecimento muito especial a todos os colaboradores do banco, pelo empenho, esforço, dedicação e compromisso que têm vindo a demonstrar no decorrer deste ano, particularmente desafiante, que o Banco Económico atravessou.

Agradeço igualmente aos nossos accionistas a confiança e o apoio incondicional que nos têm manifestado e aos clientes do Banco Económico a preferência e fidelidade que mantêm connosco.

Dirijo, ainda, uma última palavra de apreço e reconhecimento às entidades reguladoras e de supervisão deste sector, pelo trabalho desenvolvido em prol da estabilidade do sistema financeiro de Angola.







O BANCO  
ECONÓMICO

**O Banco Económico é um banco de direito angolano que opera desde final de 2014 com uma licença universal através de uma rede de 69 agências e postos de atendimento dispersos por 16 províncias, 10 centros de empresa, um centro de atendimento private banking, grandes empresas, empresas do sector petrolífero e clientes institucionais.**

## 2.1 MISSÃO

O Banco Económico tem como objectivo central da sua actividade criar valor para os seus accionistas, através da adopção de estratégias que garantam o crescimento e a sustentabilidade a longo prazo.

É seu objectivo simultâneo contribuir para o progresso das pessoas e das empresas, para a valorização dos seus colaboradores e para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do país e das comunidades em que exerce a sua actividade, em estrito respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

## 2.2 IDENTIDADE

O Banco Económico iniciou a sua operação com uma sólida identidade corporativa. O sector bancário angolano já estava, genericamente, indiferenciado e apresentava uma necessidade de diferenciação e segmentação. O BE tirou partido desta oportunidade para surgir com uma imagem corporativa fortemente inovadora e exclusiva.

A identidade corporativa do Banco Económico inspirou-se, orgulhosamente, na cultura africana, reafirmando a sua angolanidade, ao mesmo tempo que transmite uma projecção aspiracional para o futuro.

Esta imagem, elegante e sofisticada, é composta por um símbolo sólido, formado por um B e um E, uma sigla forte, imperativa e positiva, realçada pelas cores escolhidas, a púrpura escura e o azul-cobalto. Duas cores elegantes e modernas, que criam um ambiente de marca muito sofisticado. A elegância da combinação desta imagem é distinta de todos os operadores e diferenciou o Banco Económico no mercado bancário angolano.

A imagem de marca Banco Económico reflecte também o posicionamento diferenciador do banco, que assumiu o compromisso de se constituir o parceiro bancário preferencial para um segmento de consumidores cada vez mais exigentes e sensíveis a soluções pensadas para satisfazer necessidades muito específicas.

## 2.3.

### ESTRATÉGIA PARA O CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE DE LONGO PRAZO

Para o alcance do crescimento e da sustentabilidade a longo prazo, o Banco Económico definiu as seguintes linhas de orientação estratégica:

- 🌀 aumento continuado da base de clientes, através do estabelecimento de relações de longo prazo;
- 🌀 financiamento maioritariamente assente em depósitos de clientes;
- 🌀 adopção de prudentes políticas de investimento e de risco;
- 🌀 eficiência operacional e cultura de controlo de custos;
- 🌀 qualidade, inovação e ética.

## 2.4.

### POSICIONAMENTO

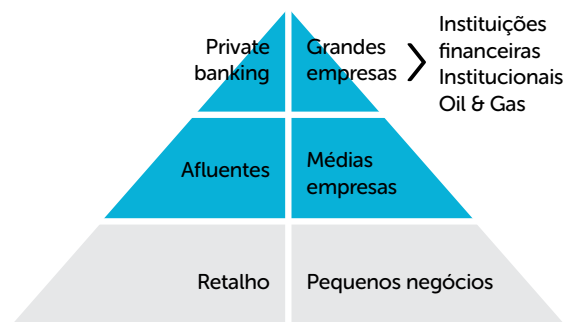
O Banco Económico assenta a sua estratégia de abordagem ao mercado em cinco vectores principais.

#### SEGMENTAÇÃO

O Banco Económico adopta um modelo matricial na abordagem ao mercado, através da oferta de produtos e serviços financeiros orientados para os segmentos alvo e desenvolvimento de oferta especializada para determinados sectores de actividade.

Actualmente, o Banco Económico serve os segmentos e alguns sectores de actividade de maior valor e com maior potencial de crescimento. Na vertente de particulares serve o segmento de private banking, afluentes e clientes de retalho de maior potencial. Na vertente das empresas, as grandes, médias e as pequenas empresas de maior dimensão, tendo desenvolvido uma abordagem especializada para instituições financeiras, institucionais e empresas do sector petrolífero.

#### ABORDAGEM AO MERCADO



### OFERTA

O Banco Económico posiciona-se como um banco multiespecialista, com uma oferta abrangente de produtos e serviços financeiros, capaz de responder de forma distintiva às necessidades dos clientes.

Os principais produtos e serviços prestados incluem o leasing, trade finance, banca de investimento, banca electrónica, produtos de investimento e poupança, produtos de cobertura cambial, seguros e fundos imobiliários e de pensões.

### MARKETING

O Banco Económico utiliza a comunicação externa como factor fundamental para promover a marca, os valores, os produtos e os serviços prestados.

### QUALIDADE

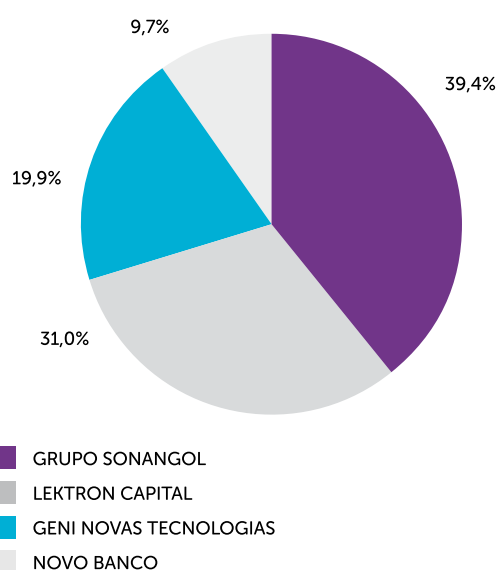
Proporcionar uma boa experiência no contacto dos clientes com o banco, superando as suas expectativas, é um dos designios do Banco Económico. Para alcançar deste objectivo, desenha produtos e serviços adaptados às necessidades dos clientes e forma os seus colaboradores para que proporcionem um atendimento excepcional, respondendo a todos os pedidos dos clientes de forma célere e eficaz.

Para auxiliar o incremento da qualidade de serviço e da satisfação dos clientes, o Banco Económico realiza acções de monitorização do serviço prestado através de inquéritos de satisfação, programas de cliente mistério e medição dos tempos de resposta às diferentes solicitações.

### VALORES

O cumprimento das regras de ética e deontologia profissional são valores que todos os colaboradores do Banco Económico têm de respeitar, garantindo a observância pela absoluta independência entre os interesses do banco, dos clientes e dos accionistas.

## 25 ACCIONISTAS



## 2.6. PARTICIPADAS

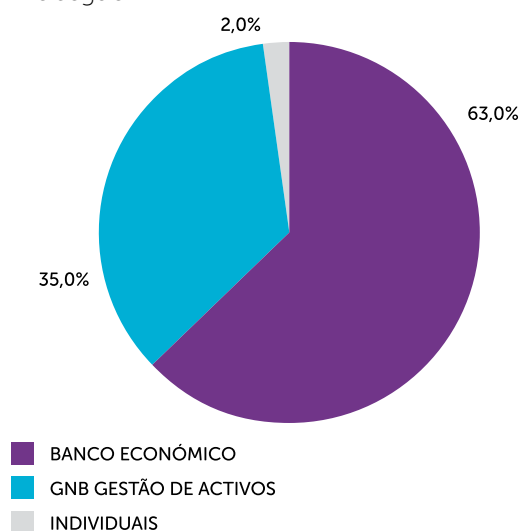
O Banco Económico complementa a sua actividade através de participações em duas Sociedades Gestoras de Fundos, uma relacionada com a gestão de fundos de investimento e outra com a gestão de fundos de pensões, e na companhia de seguros Tranquilidade.

### ECONÓMICO FUNDOS

A Económico Fundos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo S.A. iniciou a sua actividade a 21 de Abril de 2008 e tem como finalidade a criação, desenvolvimento e gestão de fundos de investimento distribuídos através do Banco Económico.

A Económico Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões iniciou a sua actividade em Abril de 2009.

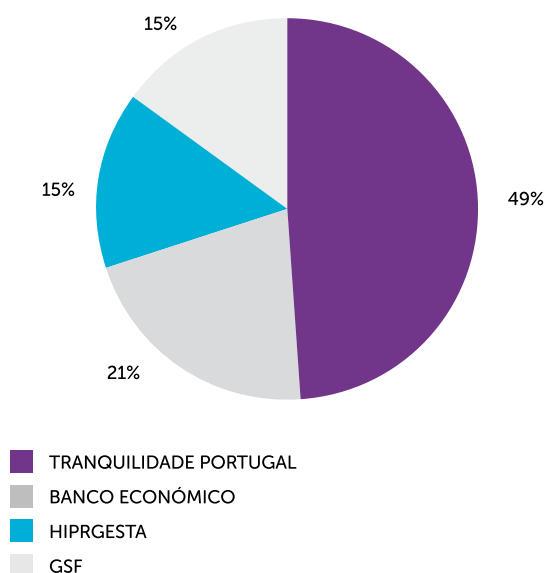
A estrutura accionista das sociedades é conforme segue:



### TRANQUILIDADE

A Tranquilidade, Corporação Angolana de Seguros S.A. é uma companhia seguradora que opera em Angola desde 2011 nos ramos vida não financeiro e não vida, com distribuição dos seus produtos assegurada através dos canais do Banco Económico.

A estrutura accionista da sociedade é conforme segue:



## 27. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- 29 OUTUBRO 2014**  
**CONSTITUIÇÃO DO BANCO ECONÓMICO**
- MARÇO 2015**  
**ABERTURA AGÊNCIA DO CRUZEIRO**
- JUNHO 2015**  
**CAMPANHA DE LANÇAMENTO DA MARCA**  
**ABERTURA AGÊNCIA NOVA SEDE**
- 19 NOVEMBRO 2015**  
**INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE**
- NOVEMBRO 2015**  
**INAUGURAÇÃO DA GALERIA COM**  
**EXPOSIÇÃO DE DANIELA RIBEIRO**
- DEZEMBRO 2015**  
**ABERTURA AGÊNCIA XYAMI NOVA VIDA**

### EDIFÍCIO SEDE

O Banco Económico transitou para a sua nova sede em Luanda em Novembro de 2015. O edifício concentrou os serviços centrais do banco e permitiu uma melhor optimização de recursos através da interligação de todas as áreas de operação da instituição. A sede do banco é um edifício inteligente, equipado com as melhores soluções de eficiência energética, sistemas integrados de gestão de edifícios e plataformas tecnológicas que permitem potenciar as sinergias operacionais das equipas do banco, constituindo-se como um espaço único, com os mais modernos recursos da construção sustentável.

O Edifício Sede do BE é uma das maiores torres da cidade de Luanda, com uma altura de 111 metros acima do solo e com um total de área coberta de 41.684,90 m<sup>2</sup>. O edifício, com 25 pisos à superfície do solo e cinco pisos subterrâneos, foi concebido para ser um edifício ultramoderno e dotado das mais avançadas soluções tecnológicas e arquitetónicas.

Para além dos espaços típicos de ambiente de trabalho e escritórios, no Piso 0 funciona a agência sede do banco, o piso SL acolhe o espaço cultural e no piso 1 situa-se o Auditório Banco Económico e uma cafetaria de apoio.

O perfil do edifício apresenta uma entrada que interage com a avenida, através de uma grande praça coberta, que caracteriza e protege as várias entradas da sede do banco, gerando um sofisticado diálogo entre a volumetria e a contemporaneidade. As linhas horizontais das lajes da fachada são expandidas para fora, para criarem zonas de sombra, que permitem uma gestão mais eficiente e sustentada dos recursos energéticos. As ligeiras alterações no desenho, de piso para piso, conferem uma volumetria dinâmica, que traduzem, também, a imagem institucional e contemporânea do banco.

A sede do Banco Económico integra estruturas modernas, nomeadamente o Centro de Formação, que vem dar continuidade à aposta do banco na qualidade dos seus recursos humanos, proporcionando planos de formação específicos para integração de novos colaboradores, novos módulos temáticos para reciclagem de conhecimentos e desenvolvimento de outras competências, essenciais para a capacitação e gestão de carreira dos quadros do banco.

Pensada para se tornar um espaço aberto



à sociedade, a sede do Banco Económico possui espaços comuns que permitem a realização de eventos institucionais, empresariais, científicos, comerciais, culturais e sociais. O Edifício Sede do Banco Económico disponibiliza também um amplo conjunto de infraestruturas – salas de reunião, foyers, cafeteria, galeria de arte e grande auditório – equipados com sistemas tecnológicos altamente sofisticados que asseguram os maiores níveis de qualidade de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

A Galeria de Arte do Banco Económico é um espaço contemporâneo e sofisticado. Actualmente é uma das maiores e melhor equipada sala de exposições de Angola, com características arquitectónicas ao nível dos melhores espaços expositivos a nível mundial.

A galeria expande-se ao longo de 763 metros quadrados e conta com acesso independente à rua. A enorme adaptabilidade deste espaço permite que seja usado na sua totalidade – uma área ampla, com capacidade para 300 pessoas – ou criar espaços mais pequenos, adaptados para ambientes específicos. A Galeria de Arte do Banco Económico torna-se, assim, uma solução inovadora e muito elegante para acolher a realização de diversos eventos.

O Grande Auditório do Banco Económico, com capacidade para 206 pessoas, é um espaço privilegiado, que permite a realização de uma vasta tipologia de encontros, nomeadamente cimeiras, congressos, concertos, conferências, colóquios, workshops e acções de formação. Está equipado com sistemas da mais avançada tecnologia que abrangem diversas áreas, como projecção de imagem, gravação vídeo em vários formatos, tradução simultânea, sonorização, gravação áudio e iluminação.









MODELO  
DE GOVERNAÇÃO  
E FISCALIZAÇÃO

## 3.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Abílio Gomes (Presidente)  
Zandre Campos (Secretário)

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Paulo Kassoma (Presidente)  
Sanjay Bhasin  
Inocêncio Francisco Miguel  
Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

### COMISSÃO EXECUTIVA

Sanjay Bhasin (Presidente)  
Inocêncio Francisco Miguel  
Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

### CONSELHO FISCAL

Mazars Angola

### AUDITOR INDEPENDENTE

KPMG Angola

## 3.2. COMISSÃO EXECUTIVA

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva do Conselho de Administração a gestão corrente do banco; a ela compete a implementação estratégica, bem como a gestão de todas as actividades, operações e organização do banco.

### REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA

As matérias mais relevantes relacionadas com a gestão corrente do banco, incluindo a implementação estratégica, são aprovadas colegialmente pela Comissão Executiva nas suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

### COMITÉS DE ACOMPANHAMENTO DE ACTIVIDADE

Para acompanhamento das diversas actividades do banco foram criados comités ao nível da Comissão Executiva com o seguinte âmbito:

**Comité de Crédito:** analisa e aprova as operações de crédito propostas pelas Direcções Comerciais com respectivo parecer da Direcção de Risco.

**Comité de Negócio:** analisa a actividade comercial do banco propondo medidas para a sua evolução.

**Comité de Tesouraria:** analisa as condições dos mercados, a posição de tesouraria, monitoriza os fluxos financeiros e aprova pagamentos.

**Comité ALCO:** analisa a evolução do balanço, nas suas diversas áreas de activos e passivos, e dos resultados e decide sobre a

política financeira tendo em conta as perspectivas macroeconómicas.

**Comité de Risco:** analisa os diversos riscos inerentes à actividade bancária, com especial incidência para o risco da carteira de crédito, propondo a adopção de medidas com vista à melhoria do risco e do seu controlo.

**Comité de Controlo:** analisa e acompanha as principais alterações regulamentares e os procedimentos de controlo interno.

**Comité de Meios:** acompanha e decide sobre os principais projectos organizativos, operacionais e informáticos.

### **DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS**

O Banco Económico estrutura as diversas áreas de negócio, de suporte e de controlo em Direcções e Gabinetes que por sua vez se encontram agrupados por pelouros com reporte ao respectivo administrador executivo numa lógica de especialização e de segregação de funções.

## **3.3. FISCALIZAÇÃO**

Adicionalmente às funções de fiscalização do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, o Banco Económico, em linha com a regulamentação em vigor, implementou as seguintes funções de controlo.

### **FUNÇÃO DE RISCO**

A função de risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco Económico se encontra sujeito, quer internamente quer externamente, de modo a que estes se mantenham em níveis adequados de forma a não afectar negativamente a situação patrimonial do banco.

O controlo do risco encontra-se organizado de forma a abranger os riscos de crédito, de liquidez, de taxa de juro e de câmbio da carteira bancária, operacional e de compliance. As principais estruturas que se dedicam à prevenção e controlo dos riscos são o Comité de Risco, o Comité de Tesouraria, o Comité de Controlo, a Direcção de Risco e Controlo de Crédito, a Direcção de Compliance e a Direcção de Auditoria Interna.

### **FUNÇÃO DE COMPLIANCE**

A Direcção de Compliance é responsável por assegurar que o Banco Económico, em todas as vertentes de negócio e, cumulativamente, todos os membros dos seus órgãos sociais, directores e colaboradores, cumpre escrupulosamente, no âmbito da sua actividade, todas as exigências legais, estatutárias, operacionais,

tutelares, éticas e de conduta que, a cada momento, lhes são aplicáveis, dentro do ambiente de controlo e supervisão institucional, pelas entidades reguladoras competentes, a que se encontra sujeito.

É responsável por promover e garantir a política de compliance do banco, numa perspectiva dinâmica, face as suas obrigações legais e directrizes internas.

É também responsável pela avaliação dos processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento de terrorismo.

Adicionalmente, a Direcção de Compliance planeia, desenvolve e mantém uma relação efectiva com os reguladores e outras entidades. As funções de controlo do Banco Económico emitiram, durante o ano e com referência a 30 de Novembro, os respectivos relatórios de actividade dirigidos ao Órgão de Administração e de Fiscalização do banco.

O Relatório de Controlo Interno constitui a opinião afirmativa do Órgão de Administração do banco sobre a qualidade do respectivo Sistema de Controlo Interno e a sua emissão é acompanhado por um Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes sobre o respectivo conteúdo.

### **FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA**

A Direcção de Auditoria Interna desenvolve uma actividade independente, de avaliação e de consultoria, destinada a acrescentar valor ao banco.

A Auditoria Interna contribui para a melhoria contínua do sistema de controlo interno do banco e das suas participadas, através da verificação da existência, eficácia e suficiência dos processos de gestão de risco, controlo interno e governação corporativa.

Assiste o Banco Económico na prossecução dos objectivos definidos pelo órgão de Administração, implementando uma abordagem sistemática e disciplinada baseada nas melhores práticas para o exercício profissional de auditoria interna, emanadas pelo The Institute of Internal Auditors (IIA).

Adicionalmente, a Auditoria Interna mantém independência face às áreas auditadas e reporta periodicamente ao órgão de Administração os resultados das intervenções que realiza.







ÉTICA E  
DEONTOLOGIA

## 4.1.

### REGULAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O Banco Económico reconhece que o sucesso a longo prazo depende da capacidade para atrair, reter e desenvolver colaboradores capazes de garantir a continuidade e o crescimento sustentável. Esta visão está transposta na Política da Recursos Humanos, definida e orientada em função da estratégia do banco, que passa por contratar colaboradores com atitudes pessoais e competências profissionais, garantindo um forte alinhamento entre os valores do candidato e a cultura do BE.

Enquanto instituição financeira, o Banco Económico garante aos colaboradores excelentes condições de trabalho, um ambiente seguro e saudável, formação periódica e políticas de flexibilidade que proporcionam um equilíbrio entre trabalho e família.

## 4.2.

### CÓDIGO DE CONDUTA

O Banco Económico tem como missão criar valor para os clientes, através da oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade, observando rigorosos padrões de conduta e responsabilidade corporativa, apançando assim uma gestão transparente e isenta de conflitos de interesse.

No âmbito desta cultura de responsabilidade foi instituído um Código de Conduta em que estão descritos os princípios e regras de conduta fundamentais a observar no exercício da actividade profissional dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, enquanto promotores de uma cultura ética na instituição, e demais colaboradores, no relacionamento com clientes, fornecedores, prestadores de serviços e concorrentes.

Os colaboradores devem ser profissionais competentes, diligentes, leais, íntegros, bem como comportar-se de forma correcta, conscienciosa, cortês, acessível e disponível.

O acompanhamento do Código de Conduta, no que se refere ao esclarecimento dos colaboradores relativamente ao respectivo conteúdo e aplicação, é efectuado pela Direcção de Compliance, que pode, sempre que necessário, recorrer a outras direcções, designadamente a Direcção de Auditoria Interna e a Direcção de Recursos Humanos.



## 4.3. CONFLITO DE INTERESSES

Considerando a susceptibilidade de ocorrência de eventuais conflitos de interesses, o Banco Económico tem estabelecido regras e procedimentos internos que obrigam a que o comportamento dos seus colaboradores e membros dos órgãos sociais seja orientado por princípios de natureza ética e deontológica que traduzem os mais elevados padrões de conduta moral e profissional.

Elenca como prioridade na condução e gestão dos seus negócios a imparcialidade e independência na sua actuação, visando a prevenção e a gestão de conflitos de interesses, nos termos da legislação em vigor, quer entre os interesses do banco e os dos clientes, quer entre os interesses dos seus diferentes clientes.

## 4.4. PARTES RELACIONADAS

De forma a garantir a independência da instituição face aos seus accionistas, atendendo às melhores práticas de governação corporativa, o Banco Económico tem estabelecido regras e consolidado procedimentos para as transacções com partes relacionadas, com vista a mitigar os riscos envolvidos e identificar formas de garantir a segurança jurídica e a ordem económica.

## 4.5

### POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

A capacidade de detectar e prevenir actividades passíveis de constituírem branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo decorre directamente do conhecimento, por parte dos bancos, de determinados elementos chave relativos às suas contrapartes e respectivas transacções. Por esse facto, o Banco Económico desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e critérios de prevenção de branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco Económico está comprometido com os mais altos padrões de Prevenção de Branqueamento de Capitais (AML). A sua Administração e os demais colaboradores, observam as melhores práticas para prevenir o uso dos nossos serviços e produtos para fins de branqueamento de capitais, reconhecendo assim a importância do combate a esta tipologia de crime financeiro e os danos que podem advir pelo risco do não cumprimento destas práticas.

Face à crescente relevância do combate a estes fenómenos, o BE tem tido um cuidado acrescido na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição, por forma a assegurar a existência de adequados métodos

de controlo e mitigação de riscos inerentes a transacções e contrapartes, identificando dois momentos em que esse conhecimento deve ser especialmente cuidado:

- abertura de contrato ou alterações de titularidade de contrato existente, através do que é referenciado por KYC (Conheça o seu Cliente), ou seja, assegurar comprovadamente a identificação dos titulares, representantes e beneficiários efectivos;
- acompanhamento da transacionalidade do contrato, KYT (Conheça as suas Transacções), nomeadamente identificando situações atípicas, tanto antecipadamente como por contacto com o cliente após detecção da situação.

O Banco Económico analisa as suas estratégias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, metas e objectivos numa base contínua e mantém um programa de AML eficaz para os negócios do banco que reflecte as melhores práticas para uma instituição financeira. São regularmente promovidas acções de formação para se identificarem potenciais situações suspeitas de branqueamento de capitais, sendo estas acções igualmente úteis para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o banco se encontra sujeito. A prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo é um dos alicerces da confiança no sistema financeiro e, como tal, este tema continuará a merecer uma atenção permanente por parte do Banco Económico.

## 4.6. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

O Banco Económico tem instituído uma política e procedimentos, aprovados pelo Conselho de Administração, no âmbito da comunicação interna e externa de operações suspeitas.

Todos os colaboradores têm o dever de comunicar operações suspeitas à Direcção de Compliance, que por sua vez as comunica à Unidade de Informação Financeira – UIF.

Para além das operações suspeitas, todas as operações acima de USD 15.000,00, ou valor equivalente em AOA, são sujeitas ao preenchimento de uma declaração de origem e destino de fundos e reportadas à UIF, inclusive transacções repartidas por tranches cujo somatório é superior a USD 15.000,00 ou equivalente.

## 4.7. RECLAMAÇÕES

A qualidade do serviço prestado é considerada um factor fundamental na satisfação e fidelização dos seus clientes, pelo que o Banco Económico adoptou um sistema de gestão e monitorização das reclamações que assenta no seguinte modelo:

- disponibilização de diversos canais de entrega de reclamações, incluindo canais remotos e digitais;
- gestão centralizada das reclamações de clientes por área dedicada à Gestão da Qualidade;
- registo das reclamações em sistema que permite gerir as diferentes etapas, monitorizar tempo de resposta e realizar estatísticas;
- procedimentos que asseguram a resposta atempada ao cliente;
- formação de colaboradores sobre normas de transparência, protecção do consumidor e demais legislação aplicável;
- elaboração de estatísticas de reporte periódico ao Conselho de Administração e BNA.





ACTIVIDADE

# 5.1

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial registou um crescimento de 3,2% em 2015, o que representa um ligeiro abrandamento face aos 3,4% registados em 2014. Apesar da recuperação de duas décimas verificada nas economias desenvolvidas, este efeito foi superado pelo abrandamento significativo nos países emergentes e em vias de desenvolvimento que passaram de um crescimento de 4,6% em 2014 para 4,0% em 2015, com um impacto directo no comércio global. Nas economias desenvolvidas destaca-se a performance dos EUA, que cresceu 2,6% assente na sólida recuperação do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a fixar-se nos 5,0%. Este desempenho animou a procura interna e aliviou os receios de inflação demasiado baixa levando a Reserva Federal a anunciar em Dezembro uma subida de 25 bps da taxa directora, o que não acontecia desde Junho de 2006. A Zona Euro (ZE) como um todo registou um crescimento de 2,0%, quase o dobro do crescimento de 2014. O Banco Central Europeu (BCE) teve um papel relevante com o reforço e alargamento do âmbito dos programas de aquisição de activos financeiros, aumentando de forma significativa a liquidez na economia, o que originou a que as taxas de juro tivessem entrado em terreno negativo. Mas o comportamento da economia não foi homogéneo entre os membros da ZE, pelo que tanto o BCE como o FMI têm vindo a apelar a que os países com

folga orçamental complementem as acções do BCE em termos de política monetária com políticas fiscais expansivas.

A contribuírem para o abrandamento das economias emergentes e em vias de desenvolvimento estiveram o Brasil (-3,8%) e a Rússia (-3,7%), assim como a China, onde a taxa de crescimento se mantém elevada, mas tem vindo a abrandar, sendo espectável que esta trajectória se mantenha. Chegou-se mesmo a reear um abrandamento mais brusco do crescimento do país ("hard landing"), o que terá motivado a retracção do investimento. Para contrariar esta evolução, as autoridades do país tomaram diversas medidas, entre as quais a descida das taxas de juro, o aumento da flexibilização do mercado cambial (que levou à depreciação do renmimbi em 4,5%) e a intervenção nos mercados accionistas durante o Verão, proibindo vendas a descoberto por forma a tentar travar a descida da Bolsa, que chegou a acumular quedas de 40%.

TAXAS DE CRESCIMENTO PIB	2013	2014	2015
Mundo	3,3	3,4	3,2
Países avançados	1,1	1,9	2,1
EUA	1,5	2,4	2,6
Zona Euro	-0,3	1,1	2,0
Reino Unido	1,7	3,1	2,2
Japão	1,6	0,0	0,5
Países em desenvolvimento	5,0	4,6	4,0
África Subsariana	5,2	5,1	3,4
Angola	6,8	4,8	3,0
China	7,7	7,3	6,9
Países exportadores de petróleo	5,7	5,9	2,4
América Latina	2,9	1,0	0,0
Brasil	2,7	0,1	3,8

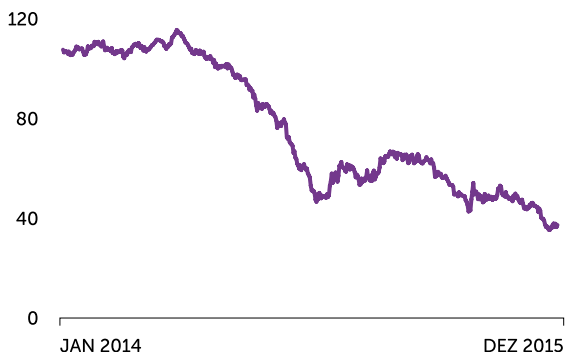
Fonte: FMI



## MERCADO PETROLÍFERO

Uma das principais consequências do abrandamento do crescimento das economias emergentes foi a redução na procura de matérias-primas, em particular as usadas na indústria pesada, como petróleo e metais não preciosos. Como a oferta de ambas se manteve praticamente inalterada, a consequência foi uma queda abrupta dos preços destas commodities. O preço do barril de petróleo baixou cerca de 40% durante o ano de 2015, que veio somar-se a uma queda de 48% no ano anterior. Enquanto não houver perspectivas de um aumento na taxa de crescimento da economia a nível global, que aumente a procura de petróleo, uma subida do preço desta matéria-prima terá de vir através de um ajuste na oferta.

## EVOLUÇÃO DO PREÇO DO BRENT



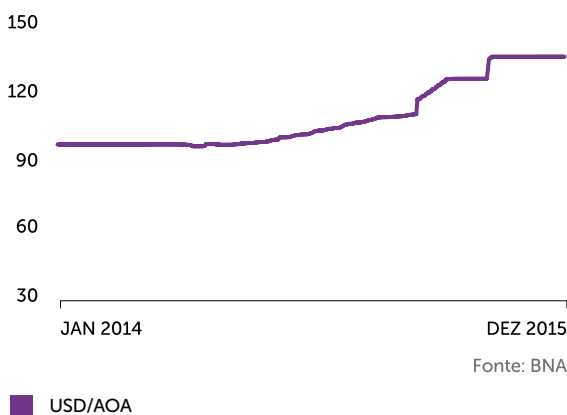
Fonte: Bloomberg

## ECONOMIA ANGOLANA

A descida do preço do petróleo teve um forte impacto nas contas dos países exportadores de petróleo pela redução significativa das receitas. Estes países tiveram que adoptar políticas de contracção orçamental, reduzindo despesas e aumentando impostos indirectos. Este processo de ajuste teve outra consequência, que foi a desvalorização da moeda destes países.

No caso de Angola em particular, e segundo dados do FMI, a economia terá crescido 3,0% em 2015, o que compara com o crescimento de 4,8% registado em 2014. Apesar de se ter registado um aumento de cerca de 10% na produção de petróleo, a queda do seu preço suplantou esse aumento em larga escala, com impactos indirectos noutros sectores da economia, pois, apesar dos esforços de diversificação, a economia angolana continua a estar muito dependente das receitas do sector petrolífero. Neste contexto, para assegurar a estabilidade e solvabilidade do país, o Governo angolano teve que tomar medidas extraordinárias que permitissem equilibrar as receitas, de entre as quais destacamos: (i) racionalização dos investimentos em infraestruturas e (ii) eliminação dos subsídios aos combustíveis, com um agravamento do seu preço de AOA 75/litro para AOA 160/litro. A escassez de divisas no mercado originou a desvalorização de 32% da moeda nacional (kwanza) em relação ao USD durante o ano de 2015, bem como um aumento equivalente dos preços dos produtos importados, com impactos directos na inflação, que se fixou em 14,3%.

## EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO

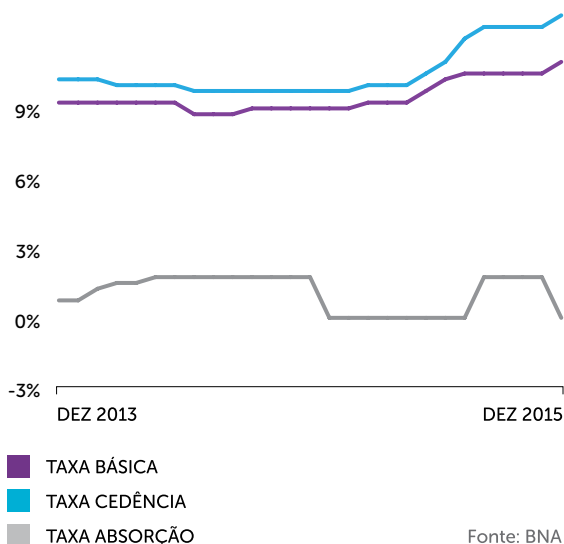


Fonte: BNA

■ USD/AOA

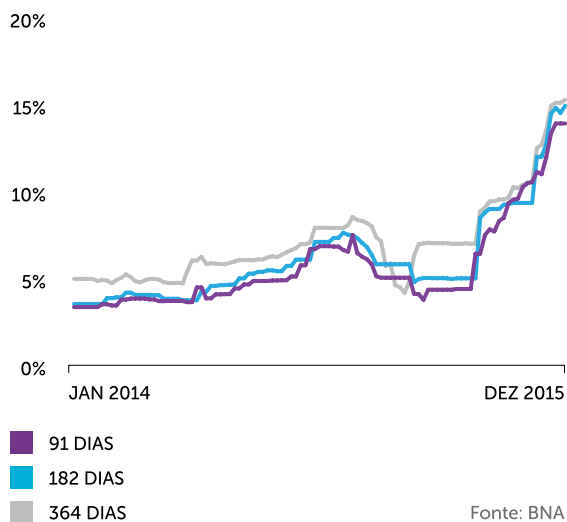
De modo a procurar estabilidade nos preços, o banco central (BNA) adoptou uma política monetária mais restritiva, em consonância com a política orçamental, tendo aumentado a taxa de juro básica cinco vezes em 2015, de 9,0% no início do ano para 11,0% em Dezembro de 2015. Também a Taxa de Cedência Liquidez subiu de 9,75% para 13,0% e a Taxa de Absorção de Liquidez desceu de 1,75% para 0,0%.

### EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DO BNA

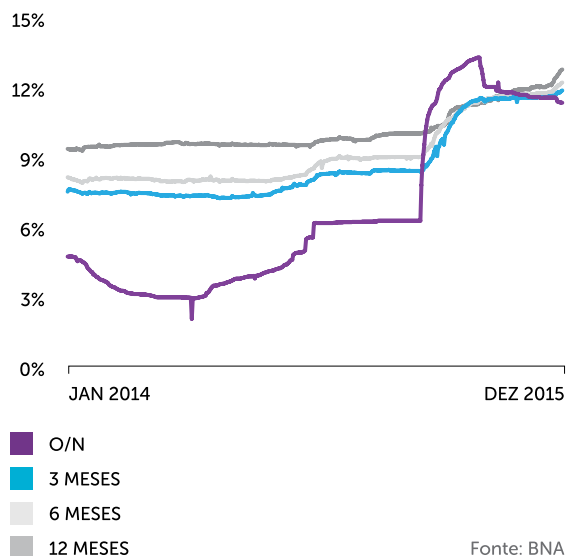


Em consequência, verificou-se um aumento das taxas de juro de curto prazo no mercado, tendência que deverá permanecer por mais algum tempo. Em 2015, os Bilhetes de Tesouro registaram subidas nas taxas entre os 800 e os 900 pontos base, enquanto as taxas do mercado monetário interbancário (Luibor) registaram subidas entre os 300 e os 400 pontos base com excepção da taxa Overnight, que se destacou com uma subida anual de 580 pontos base.

### EVOLUÇÃO BT'S



### EVOLUÇÃO LUIBOR



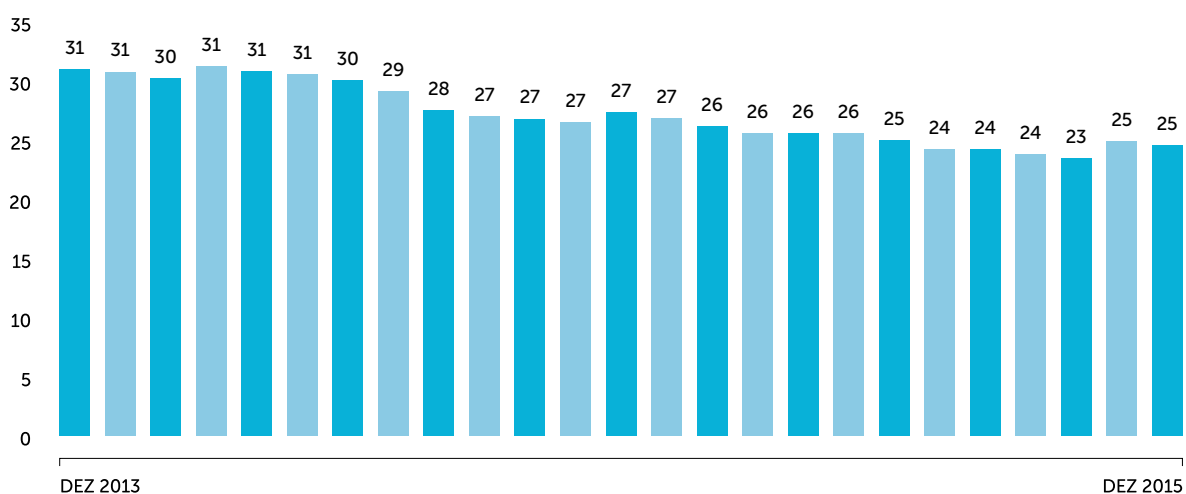


Relativamente à Balança Comercial, apesar da queda do preço do petróleo, as exportações nacionais registaram uma subida de 7,8%, enquanto as importações desceram 23,4%. A Balança de Pagamentos registava no final de 2015 um défice de 8,5% do PIB. Em resultado do agravamento do défice externo, as reservas internacionais brutas sofreram uma variação negativa no valor de US\$ 2.800 milhões, terminando o ano de 2015 em US\$24.550 milhões.

	UNIDADE	2014	2015
Volume de importações de bens e serviços	Variação	11.280	-23.352
Volume de exportações de bens e serviços	Variação	-2.115	7.850
Dívida do estado	Biliões AOA	5,067.352	7,915.151
Dívida do Estado	% PIB	40.661	64.239
Balança de Pagamentos	Biliões AOA	-3.722	-8.748
Balança de Pagamentos	% PIB	-2.936	-8.496

## RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS

(MM USD)



Fonte: BNA

## 5.2 BANCA COMERCIAL

### COBERTURA GEOGRÁFICA

Em 2015 o Banco Económico consolidou o crescimento da sua rede, otimizando o seu posicionamento de acordo com o perfil dos seus clientes.

As Unidades de Negócio Comerciais totalizam 83 pontos de atendimento e apresentam uma abrangência nacional com presença nas principais cidades, conforme ilustração:

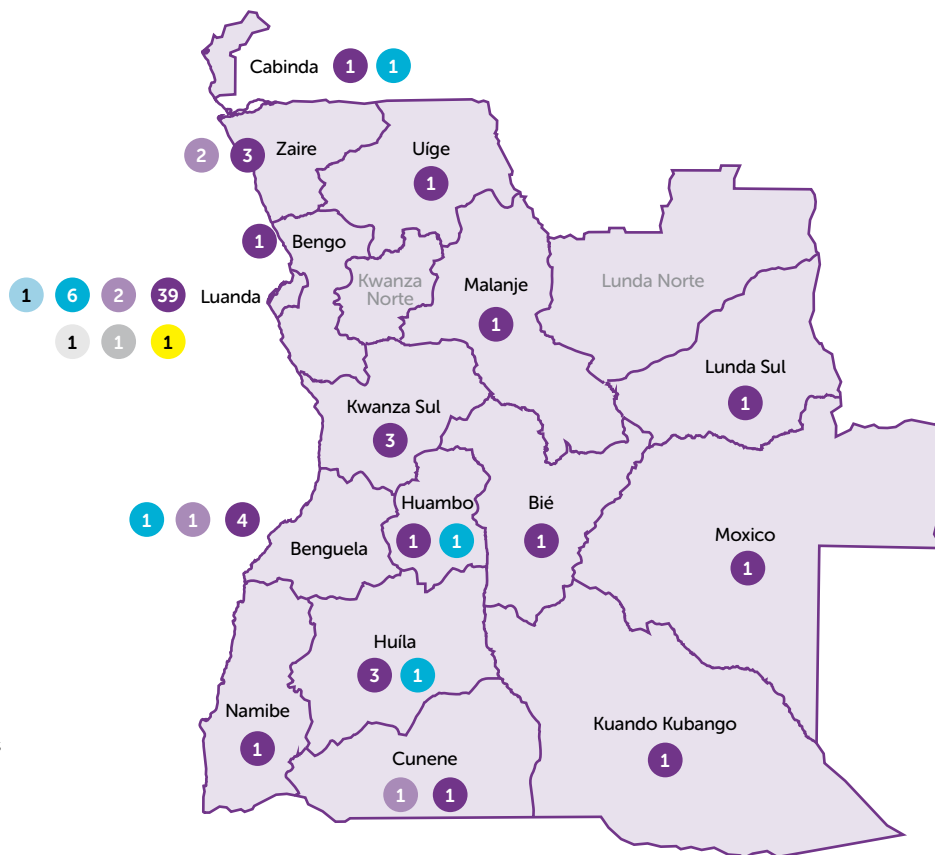
### DINÂMICA COMERCIAL

O ano foi marcado pelo retomar do esforço de dinâmica comercial, com o foco na transição e promoção da nova marca.

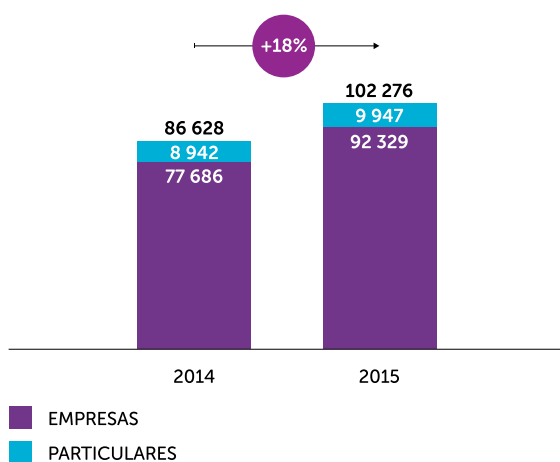
Foi consolidado o Sistema de Objectivos e Incentivos, instrumento fundamental para reforçar a dinâmica comercial das equipas, permitindo um acompanhamento regular das métricas chave da actividade e complementada com a exploração de leads comerciais e formação das equipas sobre oferta de novos produtos e serviços.

### BASE DE CLIENTES

A base de clientes apresentou um crescimento expressivo de 18%, totalizando 102.276 clientes, o que se traduz na captação de 15.648 novos

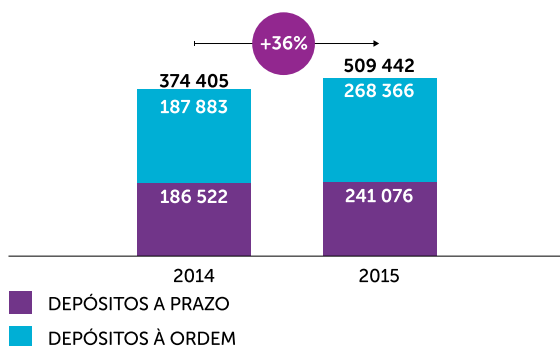


clientes. O segmento de particulares registou um crescimento de 19% na sua base de clientes e o segmento de empresas cresceu 11%. O crescimento da base de clientes é demonstrativo da confiança dos clientes na marca BE, bem como o contínuo reforço na oferta de serviços financeiros e consolidação da rede de distribuição.

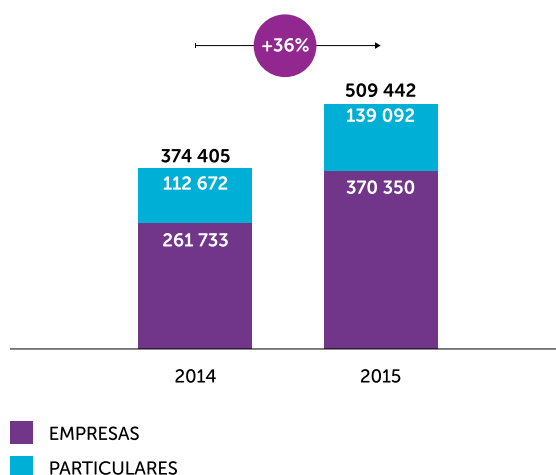


### DEPÓSITOS DE CLIENTES

O sector bancário apresentou um crescimento do volume de Depósitos de Clientes de 12% para 6,1 mil milhões de kwanzas. Neste período o BE apresentou um crescimento de 36%, correspondente a AOA 135.037 milhões, permitindo um reforço da sua quota de mercado de 6,87% para 8,35%, consolidando a sua posição de quinto maior banco do sistema.

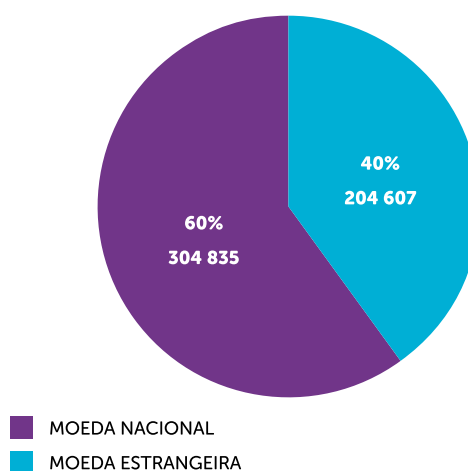


O crescimento da base de depósitos apresenta uma variação absoluta positiva de 26.419 milhões e 108.617 milhões de kwanzas para clientes particulares e empresas, respectivamente.



Não obstante a progressiva desdolarização da economia, a carteira de depósitos do BE mantém um peso de 60% dos recursos em moeda estrangeira. Apesar disso, o crescimento da base de recursos em 2015 foi de 42% em moeda nacional e 29% em moeda estrangeira.

2015



Para o alcance destes resultados, contribuiu o lançamento de diversos produtos de poupança:

- 🌀 Rendimento Mensal
- 🌀 Rendimento Moeda Estrangeira
- 🌀 Rendimento Crescente
- 🌀 Depósito Angola 40
- 🌀 Valorização Cambial



Poupança

Depósito **Angola40**  
**O DEPÓSITO É A PRAZO  
 O JURO É IMEDIATO**  
 Depósito a 40 semanas  
 com juros pagos no primeiro dia.

Para mais informações contacte o seu gestor, ligue EconómicoDirecto 222 695 620 ou vá a [www.bancoeconomico.ao](http://www.bancoeconomico.ao)

**Banco Económico** Somos futuro.



Poupança

**O DEPÓSITO QUE  
 PAGA MESADA.**  
 COM O DEPÓSITO A PRAZO RENDIMENTO  
 MENSAL RECEBE JUROS TODOS OS MESES.

Depósito a prazo a 1 ano. Para mais informações contacte o seu gestor, ligue EconómicoDirecto 222 695 620 ou vá a [www.bancoeconomico.ao](http://www.bancoeconomico.ao)

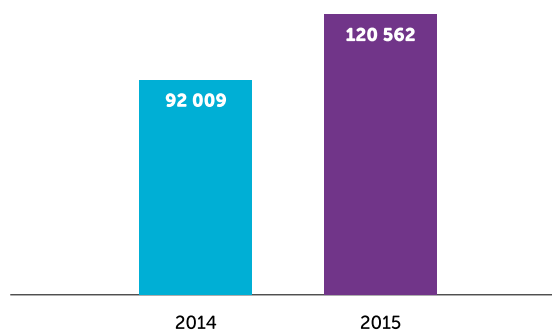
**Banco Económico** Somos futuro.

## CRÉDITO A CLIENTES

Não obstante a contracção económica observada no exercício de 2015, o Banco Económico reforçou o financiamento à economia, maioritariamente centrado no apoio ao sector produtivo, tendo o crédito concedido crescido AOA 28.553 milhões, com o principal aumento a verificar-se no crédito a empresas, no montante de AOA 24.476.

## CRÉDITO A CLIENTES

(MM USD)



É exemplo desta política, o financiamento através de leasing. O Banco Económico tem um papel relevante na economia, financiando uma gama variada de equipamentos, com o objectivo de potenciar os meios produtivos nacionais. É também o caso do programa Angola Investe. O Banco Económico continuou a promover as operações de financiamento às pequenas e médias empresas. Em 2015, foram aprovados 7 novos projectos, com um financiamento total de AOA 3,5 mil milhões, dos quais foram desembolsados AOA 500 milhões.

O valor médio dos projectos aprovados subiu para AOA 500 milhões, bastante acima da média dos outros bancos participantes do Programa (AOA 200 milhões), atendendo ao foco do Banco Económico no segmento de médias empresas.

ANGOLA INVESTE	2014	2015	VAR (%)
Nº Projectos Aprovados	8	7	
Financiamento aprovado	2.411.907.396	3.497.480.699	45%
Financiamento médio projecto	301.488.425	499.640.100	66%
Financiamento desembolsado	234.852.597	558.288.756	138%

### CANAIS DIRECTOS

O ano de 2015 foi marcado pela consolidação da nova plataforma de Internet Banking para Empresas, introduzindo uma das ofertas de serviços de internet mais completas do mercado no que diz respeito a funcionalidades e usabilidade, com um conjunto de novas funcionalidades de consulta, transaccionalidade, aplicação de tesouraria, alicerçado num robusto sistema de segurança e com possibilidade de níveis de autorização diferenciados.

O número de adesões apresentou um expressivo crescimento de 244%, acumulando mais de 1300 empresas aderentes, tendo o número de transacções executadas totalizado 53.448, com um crescimento de 290% face a 2014.

No final de 2015 foi ainda lançado o novo serviço de Internet Banking para Particulares, com novas funcionalidades, oferecendo uma melhor experiência de navegabilidade, comodidade de utilização, reforço de segurança e um visual alinhado com a imagem do Banco Económico.

### MEIOS DE PAGAMENTO

O ano de 2015 ficou marcado pelo crescimento significativo em todas as métricas relacionadas com cartões, ATM e POS.

Relativamente aos cartões de débito Multicaixa, o Banco Económico teve um crescimento líquido de 11,1% no número de cartões e um acréscimo de 15,6% na facturação. A taxa de penetração na base de clientes tem vindo a aumentar, mas ainda com margem para progresso.



Nos cartões de crédito, sublinha-se o aumento exponencial da facturação dos cartões, que em relação ao ano anterior teve um crescimento de 98,9%, tendo o parque de cartões um aumento líquido de 26,1%.

Houve uma melhoria dos indicadores da operação das caixas automáticas, com realce para a taxa de operacionalidade, falta de notas e falta de papel, e consequente crescimento da sua

utilização por parte do mercado. Nesta vertente realça-se a melhoria na maioria da globalidade dos indicadores, destacando o aumento da utilização dos ATMs do Banco Económico em 17%. A activação dos terminais de pagamento automático, resultou na melhoria da taxa dos terminais activos e conseqüente acréscimo da transaccionalidade nestes terminais, tendo o crescimento da facturação em relação ao ano de 2004 atingido um crescimento de 39,3%. Também no decurso de 2015 foi lançado um projecto de implementação de um novo aplicativo de gestão de cartões e terminais, com o intuito de melhorar a oferta e o controlo operacional neste segmento de actividade.

VERTEENTE DO NEGÓCIO	2014	2015	Δ
Nº Cartões Débito Multicaixa	40.887	45.434	11,1%
Facturação AOA	14.407.365.065	16.649.370.984	15,6%
Nº Cartões de Crédito	3.940	4.968	26,1%
Facturação	6.019.392.211	11.970.703.510	98,9%
Nº Terminais de Pagamento Automático	1.489	1.735	16,5%
Facturação AOA	20.375.243.221	28.379.772.404	39,3%
Nº Caixas Automáticos	82	88	
Facturação	36.426.398.200	42.601.081.000	17,0%
<b>Indicadores</b>			
TOR - Taxa de Operacionalidade	93,89%	94,69%	0,85%
Percentagem de Down Time por Falta de Notas	22,49%	16,10%	-28,41%
Percentagem de DownTime por Falta de Papel	8,19%	8,21%	0,24%

## 5.3. BANCA DE SEGUROS

O ano de 2015 ficou marcado pela implementação da distribuição de produtos de seguro comercializados pela Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros na sua rede de balcões, permitindo aos clientes do Banco Económico subscrever soluções de Seguro Auto, Vida e Viagem com emissão imediata das respectivas apólices.

**FAÇA O SEU SEGURO DE VIDA E PROTEJA O SEU FUTURO COM TRANQUILIDADE.**

**FAÇA O SEU SEGURO AUTOMÓVEL NA HORA, COM TRANQUILIDADE.**

**FAÇA O SEU SEGURO DE VIAGEM NA HORA, COM TRANQUILIDADE.**

**COBERTURAS ESSENCIAL VALOR PRESTÍGIO**

COBERTURAS	ESSENCIAL	VALOR	PRESTÍGIO
Responsabilidade Civil	✓	✓	✓
Assistência Médica e em Viagem	✓	✓	✓
Perda de Bagagem	✓	✓	✓
Moeda ou Invalidez	✓	✓	✓
Cancelamento / Missões nos voos	✓	✓	✓

**VANTAGENS**

- Simplicidade na subscrição para clientes e não clientes com possibilidade de pagamento em numerário.
- Emissão imediata da apólice.
- Apoio telefónico 24h/24, em português.

**Banco Económico** **TRANQUILIDADE**

## 5.4. BANCA DE INVESTIMENTO

Numa conjuntura macroeconómica desafiante, a Direcção de Banca de Investimento (DBI) focou a sua actividade no apoio aos clientes e aos projectos de investimento que melhor se enquadram na aposta governamental de inversão do ciclo económico e estímulo ao crescimento, nomeadamente os sectores prioritários da agricultura e agro-indústria, pescas e piscicultura, exploração de recursos naturais não-petrolíferos (madeiras, rochas ornamentais, etc.), indústria transformadora (subsectores menos dependentes da importação de matérias-primas), turismo e serviços.

O objectivo é dirigir os recursos disponíveis para sectores com maior potencial de crescimento, baseados na exploração sustentada dos recursos naturais de Angola, na substituição de importações e no fomento de exportações de produtos com vantagens competitivas nos mercados regionais da África Subsariana. Apesar das dificuldades dos últimos anos, Angola tem prosseguido uma estratégia de diversificação económica com redução da parcela do PIB originada no sector petrolífero: 30% em 2015, contra cerca de 46%, em 2010.

Neste cenário, a DBI reforçou o apoio às áreas comerciais do BE para compreender as necessidades dos clientes e responder às suas expectativas de uma forma realista e adaptada ao actual contexto económico. A oferta de produtos de crédito é precedida de uma criteriosa avaliação dos projectos, numa relação equitativa e

equilibrada, em que o cliente tem de assegurar a gestão, a viabilidade e sustentabilidade do seu negócio, aportar capitais próprios e não depender exclusivamente do financiamento bancário. Para além de financiador, o Banco Económico pretende ser parceiro e assessor financeiro do cliente, numa relação de médio e longo prazo, visando o sucesso do seu negócio e garantir a capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos, com o banco e os demais stakeholders.

Para compensar a redução da actividade na área das grandes transacções, a DBI reforçou a sua aposta nas operações de financiamento às MPME ao abrigo do Programa Angola Investe. A DBI é a unidade responsável pela gestão do programa, pela organização e estruturação dos financiamentos aos empresários angolanos e à diversificação económica do país, incluindo o acompanhamento operacional e institucional com as entidades governamentais (MINEC, INAPEM, FGC).

No total, em 2015, a DBI aprovou 13 projectos, com um financiamento total de AOA 5 mil milhões, dos quais 5 em fase de desembolso. Para 2016, prevê-se a continuidade da execução deste programa, em parceria com o MINEC, tendo a DBI já assegurado um bom pipeline de projectos em fase de análise e aprovação. A DBI esteve igualmente activa na prestação de serviços de assessoria em transacções de aquisição e alienação de empresas (M&A), tendo em curso a execução de dois mandatos, um no sector de agro-indústria e outro no de serviços. Por outro lado, aumentaram as solicitações da prestação de serviços de apoio a empresas, nomeadamente, na preparação de dossiers de informação (credenciais, dimensão crítica, relevância sectorial e económica) para apresentação junto das autoridades governamentais (Ministério da Economia e Tutela) para fundamentar as

suas necessidades de divisas para assegurar a continuidade da sua laboração.

Apesar da retracção das intenções de investimento externas, a DBI continua a fazer o acompanhamento de investidores internacionais interessados em Angola, prestando informação detalhada sobre a realidade económica, financeira, fiscal, legal e regulamentar, etc., aconselhando sobre as melhores soluções para o desenvolvimento dos projectos de investimento, sobre possibilidades de parceria, potenciando futuras oportunidades de implantação e de cross selling.

Finalmente, através da sua área de Mercado de Capitais, a DBI tem acompanhado e apoiado as realizações do regulador (CMC) e da entidade gestora (BODIVA) para o lançamento do novo Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT), com a integração das emissões de títulos públicos (Obrigações e Bilhetes do Tesouro) na nova central de valores mobiliários (CEVAMA) e, a partir de 15 de Novembro de 2016, a sua admissão e transacção em mercado contínuo, com os serviços de pós-negociação, liquidação e custódia, integrados na nova plataforma.

A DBI pretende intervir activamente nesta nova área de negócio, proporcionando aos clientes uma oferta integrada de serviços de Mercado de Capitais, quer de mercado primário (organização de ofertas públicas e privadas de valores mobiliários, de renda fixa e variável), quer de mercado secundário (intermediação de valores mobiliários em mercado organizado), para cujo exercício o banco está registado na CMC e credenciado na BODVA, como Membro Negociador e Liquidador



## 5.5. GESTÃO DE ACTIVOS

Através das sociedades gestoras a operar sob a marca Económico Fundos, são actualmente geridos dois fundos de investimento imobiliários, um destinado ao arrendamento e outro à valorização, e cinco fundos de pensões.

O total de activos sob gestão é de 902 mil milhões de AOA (903 milhões de USD), repartidos da seguinte forma:

MILHÕES	AOA	USD
Activos em gestão	122.185	903
Fundos de Investimento	117.183	866
Fundos de pensões	5.002	37

Ao nível dos fundos de investimento imobiliário destaca-se a gestão e comercialização de cinco edifícios de referência em Luanda, que são conforme segue.

- 🌀 Torres Oceano
- 🌀 Loanda Towers
- 🌀 Rosalinda
- 🌀 Edifício Vitória
- 🌀 Aquaville



## 5.6. GESTÃO FINANCEIRA

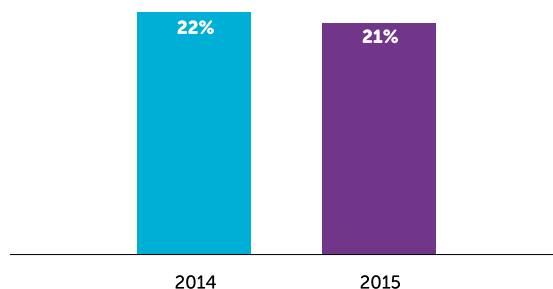
O Banco Económico estabelece e adequa a sua gestão financeira ao plano de negócio de médio prazo e ao contexto macroeconómico, instituindo estratégias nas vertentes da gestão de liquidez, gestão de activos e passivos, gestão de taxa de juro e gestão cambial.

Gestão de liquidez  
No capítulo da gestão de liquidez, o Banco Económico adoptou diversas medidas com vista à redução do risco de liquidez, sendo de destacar as seguintes:

- 🌀 aumento de base de clientes;
- 🌀 aumento do peso dos recursos de clientes no total das necessidades de financiamento;
- 🌀 diminuição do rácio de transformação.

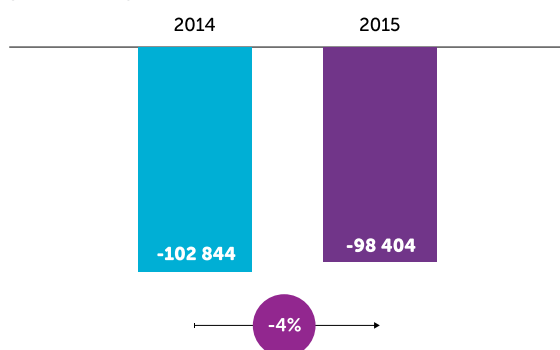
A manutenção do rácio de transformação em níveis baixos de 21% (2014: 22%) permitiu, no exercício de 2015, uma redução do gap de tesouraria em cerca de 4%.

### RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



## GAP DE TESOURARIA

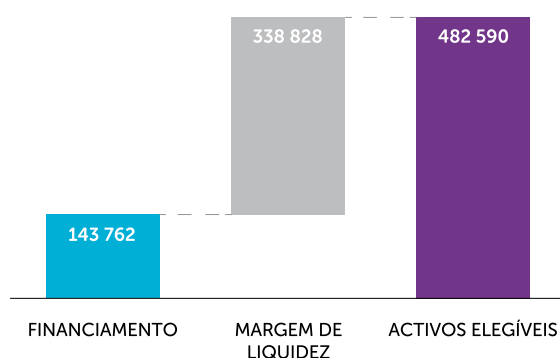
(AOA Milhões)



Por seu turno, os activos elegíveis para redesconto denominados em moeda nacional excedem as necessidades de financiamento em AOA 338.828 milhões, o que se consubstancia numa reserva de liquidez de contingência.

## ACTIVOS ELEGÍVEIS PARA REDESCONTO

(AOA Milhões)



## GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS

No âmbito da gestão integrada de activos e passivos, o Banco Económico procede ao acompanhamento sistemático da evolução da sua actividade financeira com especial ênfase na gestão do resultado financeiro.

Neste contexto, tem vindo a introduzir medidas de gestão dos níveis de taxas de juro activas e passivas, tendo procedido a diversos ajustamen-

tos em função da alteração das taxas de juro praticadas no mercado.

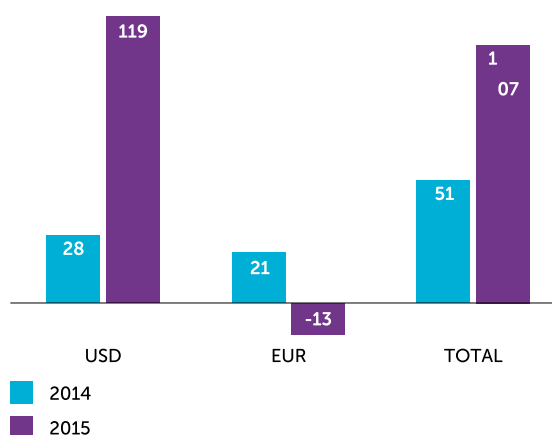
Não obstante o aumento do custo de financiamento, o Banco Económico conseguiu manter o equilíbrio do seu resultado financeiro em 2015.

## GESTÃO CAMBIAL

Ao nível da gestão cambial, o Banco Económico efectua uma monitorização permanente da sua exposição cambial por forma a garantir o correcto posicionamento macroeconómico, nomeadamente adoptando estratégias de neutralização do risco de desvalorização da moeda nacional. Resultante da estrutura da posição cambial e das oscilações verificadas nas taxa de câmbio, os resultados cambiais de 2015 foram de AOA 16.832 milhões.

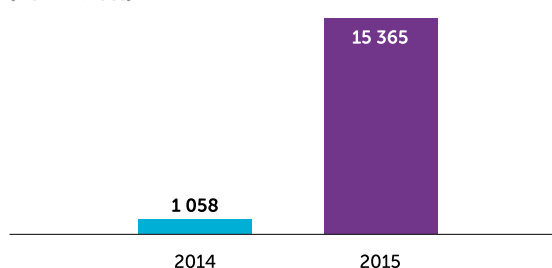
## POSIÇÃO CAMBIAL

(USD Milhões)



## RESULTADOS CAMBIAIS

(AOA Milhões)



# 5.7.

## GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito concentra as responsabilidades do processo de crédito e da monitorização do risco.

### ANÁLISE DE CRÉDITO

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito analisa todas as propostas de crédito das áreas comerciais, nomeadamente quanto à capacidade de os mutuários satisfazerem o serviço da dívida e o suporte por garantias, dando o seu parecer.

### APROVAÇÃO

Todas as propostas de crédito são analisadas e aprovadas em Conselho de Crédito, tendo por base a fundamentação da operação e o respectivo parecer do analista de crédito.

### ACOMPANHAMENTO

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito, em conjunto com as áreas comerciais, monitoriza permanentemente a carteira e o risco de crédito. Com uma periodicidade mensal, reúne o Comité de Risco, onde são analisados os principais indicadores e posições de risco.

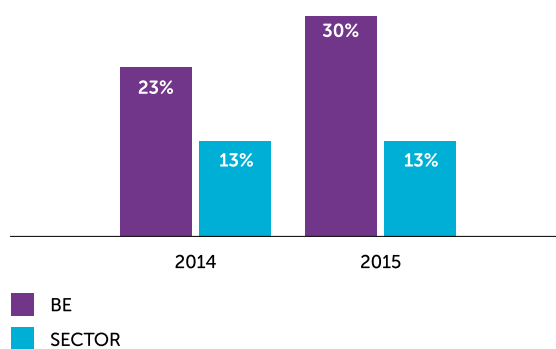
### RECUPERAÇÃO

A recuperação extrajudicial e judicial é assegurada pela Direcção de Risco e Controlo de Crédito em conjunto com a Direcção Jurídica, após esgotadas todas as possibilidades de recuperação comercial.

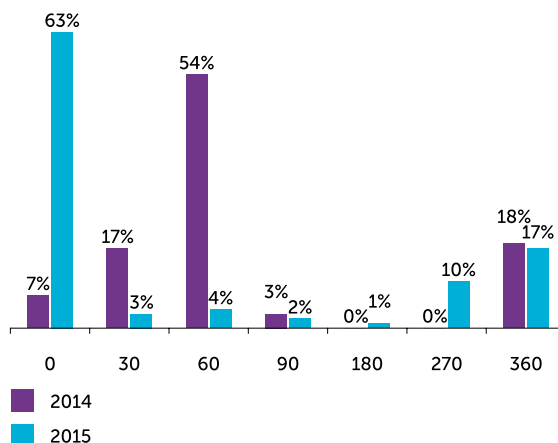
### QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Não obstante o rácio de incumprimento ter aumentado 7 pp, de 23% para 30%, a probabilidade de perda reduziu substancialmente no ano de 2015, o que permitiu uma redução no nível de provisionamento.

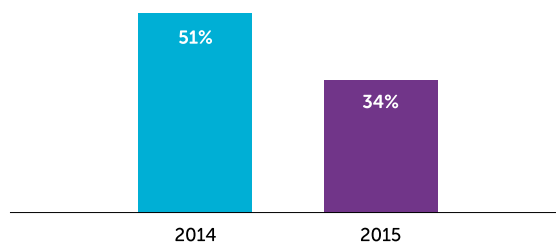
### CRÉDITO VENCIDO SOBRE CRÉDITO TOTAL



### CRÉDITO VENCIDO POR DIAS DE INCUMPRIMENTO



### COBERTURA DE CRÉDITO VENCIDO POR PROVISÕES



## 5.8 SOLVABILIDADE

O exercício de 2015 ficou marcado pelo aumento dos activos ponderados pelo risco em 34%, em função do crescimento do total de activos e do aumento da posição em moeda estrangeira, assim como pelo aumento dos fundos próprios regulamentares em 30%. Os referidos aumentos originaram uma ligeira redução do rácio de solvabilidade em 56 pontos base, para 17,81%.

### RÁCIO DE SOLVABILIDADE

	AOA			USD		
	2014	2015	VAR	2014	2015	VAR
Activos de Risco	429 541	574 382	34%	4 176	4 245	2%
Risco de Crédito	380 213	486 092	28%	3 696	3 592	-3%
Risco Cambial	49 328	88 290	79%	480	652	36%
Média Risco	65%	67%	2%	65%	67%	2%
Capital Regulamentar	78 926	102 306	30%	767	756	-1%
Tier 1	34 841	44 313	27%	339	327	-3%
Tier 2	44 085	57 993	32%	429	429	0%
Rácio Solvabilidade	18,37%	17,81%	-0,56%	18,37%	17,81%	-0,56

## 5.9 MEIOS

### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2015 pautou-se pelo relançamento do Programa de Transformação do Banco, o qual visa, entre outros, potenciar a utilização de canais de distribuição digitais e a digitalização de todos os processos de negócio e suporte, através da:

- ☉ implementação de uma plataforma multicanal, com grande riqueza de serviços bancários, através dos canais internet e mobile;

- ☉ digitalização de processos de negócio e suporte, baseada em soluções de gestão digital de processos (workflow) e de gestão documental digital.

Nesta vertente do programa resultaram, em 2015:

- o lançamento do novo serviço de banca internet para particulares, EconómicoNet e o desenho das App para telemóveis iOS e Android;
- a digitalização de cerca de quarenta processos de negócio e suporte, desde a abertura de conta, passando pela adesão a cartões de débito e crédito e pela gestão de transferências internacionais.

No âmbito do projecto de adopção das normas IAS / IFRS, foi adquirida e parcialmente implementada uma plataforma informática, que cobre o novo modelo de imparidade e os novos processos de originação e recuperação de crédito.

Em 2015, o BE investiu igualmente no reforço do serviço e funcionalidades na área de pagamentos electrónicos, com particular destaque para o acquiring (ATMs e POSs) e para o controlo operacional.

Em paralelo, deu-se uma melhoria substancial da informação operacional, regulamentar e de gestão.

No que respeita à infra-estrutura TIC, o banco lançou dois projectos:

- a modernização das comunicações de dados para todos os balcões ainda não servidos por fibra (cerca de 35);
- a mudança do Centro de Processamento de Dados principal para a nova sede.

As medidas implementadas ao longo de 2015 visam a melhoria de níveis de serviço aos clientes, a redução de riscos, nomeadamente operacional e de crédito, o reforço da conformidade legal e regulamentar, o aumento da eficiência operacional e de custos e a melhoria da informação operacional e de gestão.

## **CONTINUIDADE DE NEGÓCIO**

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) foi testado, como todos os anos, com resultado positivos e a identificação de algumas melhorias. Na vertente dos Centros de Processamento de Dados (CDPs) do Plano de Continuidade, 2015 foi marcado pela reafirmação da decisão de completa renovação de ambos os CPDs e pelo início do projecto de mudança do CPD principal para a nova sede, projecto finalizado no 1º trimestre de 2016.

## **GESTÃO DE RECLAMAÇÕES E QUALIDADE**

A Direcção da Organização criou a Unidade de Qualidade e Reclamações para responder de forma mais eficaz ao tratamento das reclamações e por acreditar que a qualidade é o caminho para a satisfação, fidelização e angariação de novos clientes, para além da qualidade ser um valor do Banco Económico.

## **PROJECTOS DE REORGANIZAÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS**

As direcções Comercial de Redes e Organização, em conjunto com uma consultora internacional, executaram um projecto de revisão da orgânica, processos e KPIs da Rede Comercial de Retalho, do qual saiu um plano de optimização do modelo operacional das agências e o objectivo de reduzir 105 postos de trabalho, fruto da modernização de processos e da externalização da transaccionalidade para os canais digitais.

## **SEGURANÇA FÍSICA E ELECTRÓNICA DAS INSTALAÇÕES**

O Banco Económico tem particular preocupação com os temas de segurança física e electrónica das seus edifícios e das suas operações, com particular destaque para a sede, balcões e demais edifícios afectos à actividade bancária e

transporte de valores. Para o efeito o banco tem uma Direcção de Segurança que ao longo do ano coordenou todos os trabalhos com particular destaque para a preparação da segurança e vigilância humana e electrónica necessárias à ocupação da nova sede.

Também a segurança informática está no centro da atenção do BE, o que levou, em 2015, ao reforço da unidade de segurança informática da Direcção de Informática, com dois especialistas, e ao reforço do plano de auditorias de segurança.

## 5.10.

### RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem um factor estratégico para a sustentabilidade e desenvolvimento do Banco Económico.

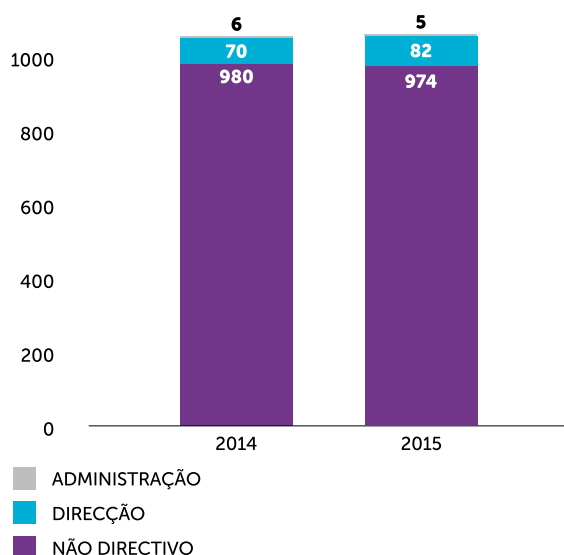
Ciente da sua relevância estratégica, é preocupação permanente proporcionar as melhores condições de trabalho e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento.

O novo edifício sede enquadra-se nesta política. Para além de facultar adequados espaços de trabalho, disponibiliza serviços auxiliares de restauração, atendimento médico, lazer e cultura.

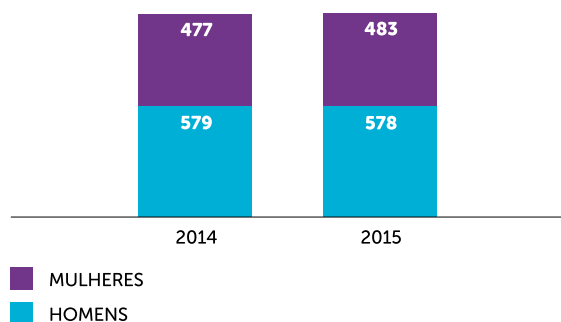
Na vertente do desenvolvimento de competências, o Banco Económico implementou um centro de formação no seu Edifício Sede, onde permanentemente se ministram acções de formação. Simultaneamente, como forma de disponibilizar o acesso aos diversos conteúdos programáticos a um maior número de colaboradores em qualquer ponto do país, o Banco Económico implementou um programa de formação digital.

Em 2015, o quadro de recursos humanos manteve-se praticamente inalterado face a 2014, com um total de 1061 colaboradores, sendo 45% constituído por mulheres e 97% por cidadãos nacionais.

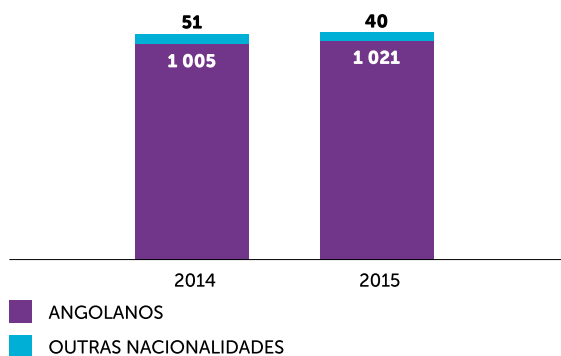
### TOTAL DE RECURSOS HUMANOS



### DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR SEXO



### DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR NACIONALIDADE



## 5.11. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco Económico definiu, desde o início da sua actividade, um sólido compromisso com o desenvolvimento sustentável. O BE acredita que todos os agentes económicos têm um papel fundamental na da responsabilidade social empresarial. Este factor define o posicionamento de cidadania corporativa do banco, que se implementa através de uma estreita relação de proximidade com a comunidade.

O Banco Económico acredita que o seu contributo, na área da responsabilidade social, passa por um compromisso de envolvimento com a sociedade, através da participação dos seus colaboradores, das suas famílias e da comunidade local.

Ao integrar no seu modelo de gestão uma estratégia de responsabilidade social, o BE assume um papel de membro activo da sociedade e adopta as melhores práticas no exercício da sua actividade, com o objectivo de contribuir para um futuro melhor para todos.

### III CONFERÊNCIA SOBRE A MULHER E A VIOLÊNCIA

O Banco Económico realizou, em parceria com Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), a III Conferência sobre a Mulher e a Violência. A violência contra as mulheres é um obstáculo aos princípios da igualdade e do desenvolvimento social. Tendo em conta o compromisso com a valori-



zação das pessoas que o Banco Económico tem vindo a assumir como parte integrante da sua visão do desenvolvimento social e económico, o BE considera que o tema do combate à violência sobre a mulher é um aspecto prioritário, no contexto da sustentabilidade social. Por esta razão, o Banco Económico associou-se ao Ministério da Família e Promoção da Mulher na realização desta conferência que reuniu diversos especialistas, nacionais e internacionais, que abordaram o combate às várias formas de violência contra a mulher, num formato de debate interactivo e dinâmico. Através desta parceria, o Banco Económico pretendeu dar o seu contributo ao Ministério da Família e Promoção da Mulher, na missão de fomentar uma cultura baseada no respeito pelos direitos e deveres de cada cidadão, orientada pelas normas da protecção, valorização e dignidade da pessoa humana.

#### **ANGOLA A SORRIR CHEGOU AO NAMIBE**

O Banco Económico aliou-se ao Ministério da Saúde (MINSA) para implementar um inovador programa para a promoção da saúde oral, dirigido a crianças em idade escolar. "Angola a Sorrir" foi criado com o intuito de promover a aquisição de conhecimentos sobre saúde oral nas crianças. Integra a realização de rastreios gratuitos de saúde oral nas escolas e acções de sensibilização sobre práticas diárias de prevenção.

Esta actividade foi parte integrante do Acto Central de Comemoração do Dia da Criança Africana, que se celebrou a 16 de Junho de 2015. O projecto Angola a Sorrir abrangeu mais de 300 crianças, entre os seis e os 12 anos de idade, de diversas escolas, do 1º Ciclo do Ensino Básico, dos municípios do Tômbwa e Namibe.

Este programa inova ao introduzir tecnologia

digital no processo de rastreio, através da utilização de uma câmara intra-oral, que regista e transmite para o computador as necessidades de intervenção, emitindo no final um diploma personalizado com o nome, fotografia e os resultados do rastreio de cada criança. Após conclusão e análise dos rastreios realizados, foi atribuído, a cada aluno, um diploma do Agente Sorriso, que confere aptidões especiais – capacidade de atacar a cárie dentária, de induzir comportamentos de higiene oral em familiares e de resistir ao excesso de guloseimas – no cuidado da saúde oral. Os diplomas integraram também o resultado dos rastreios, registados pela câmara intra-oral, e impressos no momento.

Os rastreios e diagnósticos do programa Angola a Sorrir foram efectuados por uma equipa de médicos dentistas angolanos e o tratamento clínico foi, posteriormente, assegurado por hospitais e centros de saúde locais. Paralelamente, foram desenvolvidos planos de formação e transferência de conhecimentos para os quadros da Província do Namibe.

O programa Angola a Sorrir implica igualmente a formação de profissionais nacionais, em contexto de trabalho na área da saúde oral, em diversos cursos, nomeadamente assistentes dentários, higienistas orais e intervenção comunitária.



## 5.12. RECONHECIMENTO

### **BANCO ECONÓMICO CONSIDERADO UM DOS TRÊS BANCOS ANGOLANOS QUE MELHOR TRATAM OS CONSUMIDORES**

A empresa de estudos de mercado Multimétrica desenvolveu um trabalho de análise ao atendimento dos bancos angolanos. No âmbito deste estudo, foi visitada a totalidade dos balcões nas diferentes províncias, aplicando um conjunto de critérios respeitantes ao modo como se apresentam aos clientes (visibilidade, Multicaixa, aspecto interior), o melhor ou pior funcionamento do caixa e o nível de atendimento, em que, entre outros factores, contam o tempo que se espera para ser atendido, a postura, a atitude e agilidade do funcionário, os argumentos que utiliza. De acordo com o estudo independente realizado

pela Multimétrica, o Banco Económico é um dos três bancos que melhor atendem os consumidores. Na análise detalhada sobre as três vertentes de análise – aspectos físicos, caixa e atendimento – o Banco Económico foi considerado o melhor banco, no que respeita a ‘aspectos físicos’, seguido do Standard Bank e do Millennium Atlântico. Nas questões relacionadas com o caixa, o Banco Económico ficou classificado na terceira posição. No critério ‘atendimento’, o Banco Económico foi considerado o segundo melhor do ranking. A média do mercado bancário angolano, no capítulo do atendimento, registou um desempenho muito fraco (32,6%), em contraste com os 85,89% obtidos nos ‘aspectos físicos’ e os 85,43% decorrentes da avaliação do ‘caixa’ nos balcões visitados. Também o nível de ‘desempenho médio’ conseguido nos critérios ‘aspectos físicos’ e no ‘caixa’ é bastante superior ao verificado no ‘atendimento’, com as instituições mais bem classificadas nestas vertentes, o Banco Económico e o BANC, respectivamente, a conseguirem um desempenho médio de 95,76% e 98,67%.



# 5.13.

## RESULTADOS

O Banco Económico alcançou um resultado no período de AOA 9.971 milhões (USD 83 milhões).

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL

RESULTADOS (000)	AOA			USD		
	DEZ 2014	DEZ 2015	VAR	DEZ 2014	DEZ 2015	VAR
Resultado Financeiro	-23 420 805	3 209 734		-238 219	26 685	
Comissões	3 787 093	3 335 953	-12%	38 520	27 735	-28%
Resultados mercado	1 058 756	14 631 592	1282%	10 769	121 646	1030%
Outros	368 616	424 550	15%	3 749	3 530	-6%
Produto bancário total	-18 206 340	21 601 829		-185 181	179 597	
Custos operativos	16 528 947	15 035 667	-9%	168 121	125 006	-26%
Provisões	25 040 590	-3 404 994	-114%	254 694	-28 309	-111%
Impostos	0	0		0	0	
Resultado líquido	-59 775 877	9 971 156		-607 996	82 899	

No capítulo da margem financeira, o aumento verificado nas taxas de cedência de fundos do banco central comprimiu o resultado financeiro do exercício, estando em curso a adopção de medidas com vista à neutralização deste efeito no médio prazo.

As comissões bancárias também sofreram uma redução de 12% no ano, devido à redução geral verificada na actividade económica, fundamen-

talmente ao nível do comércio internacional, operações de crédito e garantias para concurso. Apesar do arrefecimento da economia, realça-se o bom comportamento das comissões relacionadas com a transaccionalidade doméstica, nomeadamente ao nível dos cartões de débito e crédito e também na cobrança de impostos, onde foi alcançado um crescimento expressivo.

## COMISSÕES

	AOA			USD		
	DEZ 2014	DEZ 2015	VAR	DEZ 2014	DEZ 2015	VAR
Comissões	3 787 093	3 335 952	-12%	38 520	27 739	-28%
Cartões débito e crédito	460 572	1 042 024	126%	4 685	8 663	85%
Crédito e garantias	881 294	612 568	-30%	8 964	5 093	-43%
Cobrança impostos	418 536	589 435	41%	4 257	4 901	15%
Transferências	607 324	486 855	-20%	6 177	4 048	-34%
Trade finance	1 065 674	255 806	-76%	10 839	2 127	-80%
Outros	353 694	349 264	-1%	3 598	2 905	-19%

A desvalorização verificada no kwanza e no euro contra o dólar norte-americano em 2015 criou oportunidade para a obtenção de ganhos cambiais, que no período ascenderam a AOA 14.632 milhões (USD 121 milhões).

A implementação de um programa transversal de redução de custos ao nível da organização permitiu uma redução dos custos operacionais no período de 9%, verificada fundamentalmente ao nível dos serviços de terceiros, onde foi alcançada uma redução de 18%.

Ao nível das provisões, o exercício de 2015 ficou marcado por um aumento das provisões para crédito de AOA 2.268 milhões (USD 19 milhões), correspondente a 2,3% da carteira, tendo-se verificado uma libertação das provisões para necessidades gerais de AOA 5.673 milhões (USD 47 milhões).

# 5.14.

## RESULTADOS DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA

O resultado da actividade consolidada decorre da integração das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento e de Fundos de Pensões. A incorporação das sociedades tem como principal contributo o aumento das comissões, relativas à gestão de activos, em cerca de AOA 651 milhões (USD 5 milhões).

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

RESULTADOS (000)	AOA			USD		
	DEZ 2014	DEZ 2015	VAR	DEZ 2014	DEZ 2015	VAR
Resultado Financeiro	-23 392 521	3 251 556		-237 933	27 033	
Comissões	4 297 054	3 986 987	-7%	43 707	33 147	-24%
Resultados mercado	1 096 918	14 857 856	1255%	11 157	123 527	1007%
Outros	56 624	77 038	36%	573	641	12%
Produto bancário total	-17 941 925	22 173 437		-182 496	184 348	
Custos operativos	16 669 392	15 188 256	-9%	169 546	126 274	-26%
Provisões	25 028 178	-3 404 994	-114%	254 568	-28 309	-111%
Impostos	140 296	220 696		1 427	1 835	
Minoritários	109 656	198 322		1 115	1 649	
Resultado líquido	-59 889 447	9 971 157		-609 152	82 899	





APROVAÇÃO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO



## 6.1.

### RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e demais informações contidas neste relatório. Dentro das boas práticas de Governo Corporativo, o Conselho de Administração declara que não tem conhecimento de quaisquer aspectos que obstem a sua convicção de que:

- o Banco Económico e as suas subsidiárias dispõem de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respectivos activos sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados;
- as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, Fundos Pró prios, Resultados e dos Fluxos de Caixa em termos Individuais e consolidados;
- o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira em termos individual e consolidado no exercício de 2015 e 2014.

## 6.2.

### PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- 20% para constituição de reserva legal;
- 80% para resultados transitados.

## 6.3 NOTA DE AGRADECIMENTO

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus clientes e accionistas, pela lealdade e dedicação dos seus colaboradores e pela cooperação das autoridades governamentais e de supervisão.

Luanda, 30 de Novembro de 2016

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

António Paulo Kassoma (Presidente)

Sanjay Bhasin

Inocência Francisco Miguel

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho





DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS  
E CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2015

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de kwanzas

Cód. CONTIF	DESCRITIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO		Cód. CONTIF	DESCRITIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
			2015	2014	2015	2014				2015	2014	2015	2014
Cód. CONTIF	ACTIVO						Cód. CONTIF	PASSIVO					
1.10	DISPONIBILIDADES	4	83 041 681	63 775 665	83 041 683	63 775 839	2.10	DEPÓSITOS		509 442 025	374 405 640	508 172 622	373 561 479
1.20	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ		23 319 330	617 255	23 319 330	617 255	2.10.10	Depósitos à Ordem	13	280 829 468	187 883 355	280 648 515	187 861 403
1.20.10	Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	5	23 319 330	617 255	23 319 330	617 255	2.10.20	Depósitos a Prazo	13	228 612 557	186 521 956	227 524 107	185 699 747
1.30	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		104 904 488	84 001 081	104 904 488	84 001 081	2.10.80	Outros Depósitos	13	0	329	0	329
1.30.20	Disponíveis para Venda	6	104 904 488	84 001 081	104 904 488	84 001 081	2.20	CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		204 765 018	167 237 282	204 765 018	167 237 282
1.50	CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	772 621	1 361 556	1 043 697	1 363 271	2.20.10	Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	14	204 765 018	167 237 282	204 765 018	167 237 282
1.70	CRÉDITOS		108 343 819	81 098 168	108 343 819	81 098 168	2.50	OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	526 682	1 434 005	526 682	1 434 005
1.70.10	Créditos	8	120 561 771	92 009 343	120 561 771	92 009 343	2.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS		1	352	1	354
1.70.90	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8	-12 217 952	-10 911 175	-12 217 952	-10 911 175	2.70	OUTRAS CAPTAÇÕES		57 993 020	44 084 809	57 993 020	44 084 809
1.80	OUTROS VALORES	9	488 066 319	381 927 757	488 000 840	381 958 827	2.70.10	Dívidas Subordinadas	15	57 993 020	44 084 809	57 993 020	44 084 809
1.80.80	BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	10	160 125	0	160 125	0	2.75	ADIANTAMENTO DE CLIENTES		0	0	0	0
1.90	IMOBILIZAÇÕES		51 176 817	51 141 327	50 455 760	50 718 490	2.80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16	36 671 430	28 216 713	36 994 755	28 525 593
1.90.10	Imobilizações Financeiras	11	1 367 055	798 931	622 518	364 095	2.90	PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	17	2 182 521	9 121 878	2 186 426	9 050 633
1.90.20	Imobilizações Corpóreas	12	47 390 361	47 854 468	47 411 123	47 862 757	3	INTERESSES MINORITÁRIOS	11	0	0	426 715	195 198
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas	12	2 419 401	2 487 928	2 422 119	2 491 638	4+5	FUNDOS PRÓPRIOS		48 204 503	39 422 130	48 204 503	39 443 578
							4.10	CAPITAL SOCIAL	18	72 000 000	72 000 000	72 000 000	72 000 000
							4.30	RESERVAS E FUNDOS	18	21 908 865	21 908 865	22 067 511	22 024 384
							4.40	RESULTADOS POTENCIAIS	18	104 605	1 293 388	104 605	1 293 388
							4.50	RESULTADOS TRANSITADOS		-55 780 123	3 995 756	-55 938 769	3 901 685
							5	RESULTADO LIQUIDO		9 971 156	-59 775 879	9 971 156	-59 775 879
	TOTAL DO ACTIVO		859 785 200	663 922 809	859 269 742	663 532 931		TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		859 785 200	663 922 809	859 269 742	663 532 931

	EXTRAPATRIMONIAIS	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
			2015	2014	2015	2014
9.10.10	Responsabilidades de Terceiros	0	37 151 869	36 175 196	37 151 869	36 175 196
9.10.20.10	GARANTIAS PRESTADAS	0	13 097 659	17 823 799	13 097 659	17 823 799
9.10.20.20	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PERANTE TERCEIROS	0	24 100 833	11 582 988	24 100 833	11 582 988
9.10.30	Títulos e Valores Mobiliários		0	0	0	0
9.10.50.10	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0	438 492	18 339	438 492	18 339
9.10.50.20	SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO	0	127 121 492	119 585 722	127 121 492	119 585 722
9.10.60	Operações Cambiais		0	0	0	0
9.10.70.10	CRÉDITOS MANTIDOS NO ACTIVO	0	152 169 354	114 497 569	152 169 354	114 497 569
9.10.70.20	CRÉDITOS TRANSFERIDOS PARA PREJUÍZO	0	221 333 169	183 294 021	221 333 169	183 294 021

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de dólares norte-americanos

Cód. CONTIF	DESCRITIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO		Cód. CONTIF	DESCRITIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
			2015	2014	2015	2014				2015	2014	2015	2014
Cód. CONTIF	ACTIVO						Cód. CONTIF	PASSIVO					
1.10	DISPONIBILIDADES	4	613 692	620 006	613 692	620 008	2.10	DEPÓSITOS		3 764 861	3 639 848	3 755 478	3 631 640
1.20	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ		172 334	6 001	172 334	6 001	2.10.10	Depósitos à Ordem	13	2 075 376	1 826 540	2 074 038	1 826 326
1.20.10	Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	5	172 334	6 001	172 334	6 001	2.10.20	Depósitos a Prazo	13	1 689 485	1 813 305	1 681 440	1 805 311
1.30	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		775 261	816 631	775 261	816 631	2.10.80	Outros Depósitos	13	0	3	0	3
1.30.20	Disponíveis para Venda	6	775 261	816 631	775 261	816 631	2.20	CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		1 513 247	1 625 825	1 513 247	1 625 825
1.50	CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	5 710	13 237	7 712	13 253	2.20.10	Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	14	1 513 247	1 625 825	1 513 247	1 625 825
1.70	CRÉDITOS		800 678	788 409	800 678	788 409	2.50	OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	3 892	13 941	3 892	13 941
1.70.10	Créditos	8	890 971	894 484	890 971	894 484	2.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS		0	2	0	4
1.70.90	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8	-90 293	-106 075	-90 293	-106 075	2.70	OUTRAS CAPTAÇÕES		428 578	428 578	428 578	428 578
1.80	OUTROS VALORES	9	3 606 891	3 712 976	3 606 406	3 713 278	2.70.10	Dívidas Subordinadas	15	428 578	428 578	428 578	428 578
1.80.80	BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	10	1 183	0	1 183	0	2.75	ADIANTAMENTO DE CLIENTES		0	0	0	0
1.90	IMOBILIZAÇÕES		378 206	497 180	372 877	493 069	2.80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16	271 007	274 314	273 397	277 316
1.90.10	Imobilizações Financeiras	11	10 103	7 768	4 601	3 540	2.90	PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	17	16 130	88 680	16 158	87 987
1.90.20	Imobilizações Corpóreas	12	350 223	465 225	350 376	465 306	3	INTERESSES MINORITÁRIOS	11	0	0	3 153	1 898
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas	12	17 880	24 187	17 900	24 223	4+5	FUNDOS PRÓPRIOS		356 240	383 252	356 240	383 460
							4.10	CAPITAL SOCIAL	18	712 899	712 899	712 899	712 899
								ACTUALIZAÇÃO CAMBIAL DOS CAPITALS PRÓPRIOS		-59 965	13 940	-59 596	13 939
							4.30	RESERVAS E FUNDOS	18	161 910	212 991	163 083	214 114
							4.40	RESULTADOS POTENCIAIS	18	773	12 574	773	12 574
							4.50	RESULTADOS TRANSITADOS		-542 276	38 845	-543 818	37 931
							5	RESULTADO LIQUIDO		82 899	-607 997	82 899	-607 997
	TOTAL DO ACTIVO		6 353 955	6 454 440	6 350 143	6 450 649		TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		6 353 955	6 454 440	6 350 143	6 450 649

Cód. CONTIF	EXTRAPATRIMONIAIS	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
			2015	2014	2015	2014
9.10.10	Responsabilidades de Terceiros	0	274 558	267 341	274 558	267 341
9.10.20.10	GARANTIAS PRESTADAS	0	96 794	131 721	96 794	131 721
9.10.20.20	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PERANTE TERCEIROS	0	178 109	85 600	178 109	85 600
9.10.30	Títulos e Valores Mobiliários		0	0	0	0
9.10.50.10	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0	3 241	136	3 241	136
9.10.50.20	SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO	0	939 449	883 758	939 449	883 758
9.10.60	Operações Cambiais		0	0	0	0
9.10.70.10	CRÉDITOS MANTIDOS NO ACTIVO	0	1 124 556	846 156	1 124 556	846 156
9.10.70.20	CRÉDITOS TRANSFERIDOS PARA PREJUÍZO	0	1 635 688	1 354 573	1 635 688	1 354 573



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de kwanzas

	CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
				2015	2014	2015	2014
I		Margem Financeira (II+III)		3 209 734	-23 420 805	3 251 555	-23 328 945
II		Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)		41 016 367	21 685 211	41 014 942	21 682 367
1	5.10.10.10.20	Proveitos de Aplicações de Liquidez	20	14 727	32 796	14 727	32 796
2	5.10.10.10.30	Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	20	3 444 951	3 572 806	3 444 951	3 572 806
4	5.10.10.10.70	Proveitos de Créditos	20	37 556 689	18 079 609	37 555 264	18 076 765
III		(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7)		37 806 633	45 106 016	37 763 387	45 011 312
5	5.10.10.10.20.10	Custos de Depósitos	20	18 043 527	17 771 728	18 000 281	17 677 024
6	5.10.10.10.20.20	Custos de Captações para Liquidez	20	15 829 086	26 956 857	15 829 086	26 956 857
7	5.10.10.10.20.70	Custos de Outras Captações	20	3 934 020	377 431	3 934 020	377 431
IV	5.10.10.20	Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo		0	474 441	0	0
V	5.10.10.60	Resultados de Operações Cambiais	23	14 631 592	1 058 756	14 857 856	1 096 918
VI	5.10.10.80	Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	21	3 335 953	3 787 093	3 986 987	3 813 733
VII	5.10.10.90	(-) Provisões para Crédito Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	8 e 17	2 268 845	13 988 263	2 268 845	13 988 263
VIII	5.10.10.95	Resultados Planos Seguros, Capitalização e Saúde Complementar		0	0	0	0
IX		RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII+VIII)		18 908 434	-32 088 778	19 827 553	-32 406 557
XI	5.10.80	(-) Custos Administrativos e de Comercialização (10+11+12+13+16+18+19)		15 035 667	16 528 948	15 188 254	16 359 104
10	5.10.80.10.10	Pessoal	24	6 670 344	6 435 516	6 716 928	6 456 158
11	5.10.80.10.20	Fornecimentos de Terceiros	22	6 254 518	7 669 728	6 350 515	7 459 138
12	5.10.80.10.30	Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		72 382	106 331	77 067	117 414
13	5.10.80.10.40	Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		4 876	54 655	4 876	54 655
16	5.10.80.10.80	Outros Administrativos e de Comercialização		0	0	962	4 010
18	5.10.80.10.90	Depreciações e Amortizações	22	2 033 547	2 262 718	2 038 917	2 267 892
19	5.10.80.10.99	Recuperação de Custos		0	0	-1 011	-163
XII	5.10.80.80	(-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	9, 10 e 17	-5 673 839	11 052 326	-5 673 839	11 039 915
XIII	5.10.80.90	(-) Resultado de Imobilizações Financeiras		-527 055	-250 501	-189 372	-51 379
XIV	5.10.80.99	(-) Outros Proveitos e Custos Operacionais		80 725	275 363	90 556	-308 335
XV		OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (XI+XII+XIII+XIV)		8 915 498	27 606 136	9 415 599	27 039 305
XVI	5.10.90	RESULTADO DA ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA PATRIMONIAL		0	0	0	0
XVII		RESULTADO OPERACIONAL (IX+XV+XVI)		9 992 936	-59 694 914	10 411 954	-59 445 862
XVIII	5.20	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	-21 780	-80 965	-21 780	-80 065
XIX		RESULTADO ANTES IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS (XVII+XVIII)		9 971 156	-59 775 879	10 390 174	-59 525 927
XX	5.30	(-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE		0	0	220 696	140 296
XXI		RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO (XIX+XX)		9 971 156	-59 775 879	10 169 478	-59 666 223
XXII	5.80	(-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	11	0	0	-198 322	-109 656
XXIII	5.90	RESULTADO DO EXERCÍCIO (XXI+XXII)		9 971 156	-59 775 879	9 971 156	-59 775 879



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de dólares norte-americanos

	CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
				2015	2014	2015	2014
I		Margem Financeira (II+III)		26 685	-238 219	27 033	-237 286
II		Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)		341 006	220 567	340 994	220 537
1	5.10.10.10.20	Proveitos de Aplicações de Liquidez	20	122	334	122	334
2	5.10.10.10.30	Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	20	28 641	36 340	28 641	36 340
4	5.10.10.10.70	Proveitos de Créditos	20	312 243	183 893	312 231	183 863
III		(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7)		314 321	458 786	313 961	457 823
5	5.10.10.10.20.10	Custos de Depósitos	20	150 012	180 761	149 652	179 798
6	5.10.10.10.20.20	Custos de Captações para Liquidez	20	131 602	274 186	131 602	274 186
7	5.10.10.10.20.70	Custos de Outras Captações	20	32 707	3 839	32 707	3 839
IV	5.10.10.20	Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo		0	4 826	0	0
V	5.10.10.60	Resultados de Operações Cambiais	23	121 646	10 769	123 527	11 157
VI	5.10.10.80	Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	21	27 735	38 520	33 147	38 791
VII	5.10.10.90	(-) Provisões para Crédito Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	8 e 17	18 863	142 278	18 863	142 278
VIII	5.10.10.95	Resultados Planos Seguros, Capitalização e Saúde Complementar		0	0	0	0
IX		RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII+VIII)		157 203	-326 382	164 844	-329 616
XI	5.10.80	(-) Custos Administrativos e de Comercialização (10+11+12+13+16+18+19)		125 006	168 121	126 274	166 393
10	5.10.80.10.10	Pessoal	24	55 457	65 457	55 843	65 667
11	5.10.80.10.20	Fornecimentos de Terceiros	22	51 999	78 011	52 798	75 869
12	5.10.80.10.30	Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		602	1 082	641	1 194
13	5.10.80.10.40	Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		41	556	41	556
16	5.10.80.10.80	Outros Administrativos e de Comercialização		0	0	8	42
18	5.10.80.10.90	Depreciações e Amortizações	22	16 907	23 015	16 951	23 067
19	5.10.80.10.99	Recuperação de Custos		0	0	-8	-2
XII	5.10.80.80	(-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	9, 10 e 17	-47 172	112 416	-47 172	112 290
XIII	5.10.80.90	(-) Resultado de Imobilizações Financeiras		-4 382	-2 548	-1 574	-523
XIV	5.10.80.99	(-) Outros Proveitos e Custos Operacionais		671	2 801	752	-3 136
XV		OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (XI+XII+XIII+XIV)		74 123	280 790	78 280	275 024
XVI	5.10.90	RESULTADO DA ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA PATRIMONIAL		0	0	0	0
XVII		RESULTADO OPERACIONAL (IX+XV+XVI)		83 080	-607 172	86 564	-604 640
XVIII	5.20	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	-181	-825	-181	-815
XIX		RESULTADO ANTES IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS (XVII+XVIII)		82 899	-607 997	86 383	-605 455
XX	5.30	(-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE		0	0	1 835	1 427
XXI		RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO (XIX+XX)		82 899	-607 997	84 548	-604 028
XXII	5.80	(-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	11	0	0	-1 649	-1 115
XIII	5.90	RESULTADO DO EXERCÍCIO (XXI+XXII)		82 899	-607 997	82 899	-605 143

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de Kwanzas

	CÓDIGO CONTIF	DESCRITIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
				2015	2014	2015	2014
I		Fluxo Caixa Margem Financeira (II+III)		-28 433 518	6 528 621	-28 433 518	6 528 621
II		Recebimentos Proveitos Instrum. Financeiros Activos (1+2+4)		9 926 610	63 738 987	9 926 610	63 738 987
1	6.10.10.10.20	Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		10 248	32 853	10 248	32 853
2	6.10.10.10.30	Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		3 042 566	3 627 034	3 042 566	3 627 034
4	6.10.10.10.70	Recebimentos de Proveitos de Créditos		6 873 796	60 079 100	6 873 796	60 079 100
III		(-) Pagamentos Custos Instrum. Financeiros Passivos (5+6+7+8)		-38 360 128	-57 210 366	-38 360 128	-57 210 366
5	6.10.10.20.10	Pagamentos de Custos de Depósitos		-18 577 306	-19 122 995	-18 577 306	-19 122 995
6	6.10.10.20.20	Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-15 969 443	-38 087 371	-15 969 443	-38 087 371
8	6.10.10.20.70	Pagamentos de Custos de Outras Captações		-3 813 379	0	-3 813 379	0
V	6.10.10.60	Fluxo Caixa Resultados de Operações Cambiais		14 631 592	1 031 513	14 631 592	1 031 513
VI	6.10.10.80	Fluxo Caixa Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		3 335 953	3 881 850	3 335 953	3 881 850
VII	6.10.10.95	Fluxo Caixa Resultados Planos Seguros, Capital e Saúde Complem.		0	0	0	0
VIII		FLUXO CAIXA OPERACIONAL INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII)		-10 465 973	68 652 350	-10 465 973	68 652 350
10	6.10.80.10	(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-13 002 120	-14 267 132	-13 002 292	-14 266 978
12	6.10.80.50	Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		-318 389	59 365	-318 389	59 365
13	6.10.80.80	Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações		-67 983 398	-55 863 330	-67 983 398	-55 863 330
14	6.10.80.90	Recebimentos de Proveitos de imobilizações financeiras		527 055	250 501	527 055	250 501
15	6.10.80.99	Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		-80 725	-275 363	-80 725	-275 363
X		RECEB. E PAGAM. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERAC.(10+12+13+14+15)		-80 857 577	-70 095 959	-80 857 749	-70 095 805
XI		FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+X)		-91 323 550	-1 443 609	-91 323 722	-1 443 455
16	6.20.10.20	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		-22 697 596	1 146 022	-22 697 596	1 146 022
17	6.20.10.30	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		-21 689 807	23 267 867	-21 689 807	23 267 867
19	6.20.10.60	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais		-352	-673	-352	-673
20	6.20.10.70	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-29 797 566	-78 662 602	-29 797 566	-78 662 602
XII		FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (16+17+19+20)		-74 185 321	-54 249 386	-74 185 321	-54 249 386
XIII	6.20.80	FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		-160 125	22 514 177	-160 125	22 514 177
21	6.20.90.10	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		-2 069 035	9 954 084	-2 069 035	9 954 084
22	6.20.90.20	Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		-21 780	-80 966	-21 780	-80 966
XIV		FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22)		-2 090 815	9 873 118	-2 090 815	9 873 118
XV		FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)		-76 436 261	-21 862 091	-76 436 261	-21 862 091
24	6.30.20.10	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		135 570 164	26 594 179	135 570 164	26 594 179
25	6.30.20.20	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez		37 668 093	-50 821 425	37 668 093	-50 821 425
29	6.30.20.70	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		13 787 569	43 702 413	13 787 569	43 702 413
XVI		FLUXO CAIXA FINANC. INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (24+25+29)		187 025 826	19 475 167	187 025 826	19 475 167
XVII	6.30.30	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS MINORITÁRIOS		0	0	0	0
30	6.30.40.10	Recebimentos por Aumentos de Capital		0	65 000 000	0	65 000 000
XVIII		FLUXO CAIXA FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS (30+31+32+33+34)		0	65 000 000	0	65 000 000
XIX	6.30.80	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES		0	0	0	0
XX		FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XIX)		187 025 826	84 475 167	187 025 826	84 475 167
		SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	63 775 665	59 816 564	63 775 839	59 816 584
		SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	4	83 041 681	63 775 665	83 041 683	63 775 839
		VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)		19 266 016	3 959 101	19 265 844	3 959 255

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de dólares norte-americanos

	CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	NOTAS	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
				2015	2014	2015	2014
I		Fluxo Caixa Margem Financeira (II+III)		-210 128	63 469	-210 128	63 469
II		Recebimentos Proveitos Instrum. Financeiros Activos (1+2+4)		73 359	619 649	73 359	619 649
1	6.10.10.10.20	Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		76	319	76	319
2	6.10.10.10.30	Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		22 485	35 261	22 485	35 261
4	6.10.10.10.70	Recebimentos de Proveitos de Créditos		50 798	584 069	50 798	584 069
III		(-) Pagamentos Custos Instrum. Financeiros Passivos (5+6+7+8)		-283 487	-556 180	-283 487	-556 180
5	6.10.10.10.20.10	Pagamentos de Custos de Depósitos		-137 289	-185 907	-137 289	-185 907
6	6.10.10.10.20.20	Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-118 017	-370 273	-118 017	-370 273
7	6.10.10.10.20.30	Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários		0	0	0	0
8	6.10.10.10.20.70	Pagamentos de Custos de Outras Captações		-28 181	0	-28 181	0
V	6.10.10.60	Fluxo Caixa Resultados de Operações Cambiais		108 130	10 028	108 130	10 028
VI	6.10.10.80	Fluxo Caixa Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		24 653	37 738	24 653	37 738
VII	6.10.10.95	Fluxo Caixa Resultados Planos Seguros, Capital e Saúde Complem.		0	0	0	0
VIII		FLUXO CAIXA OPERACIONAL INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII)		-77 345	48 085	-77 345	48 085
10	6.10.80.10	(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-96 088	-138 700	-96 088	-138 699
12	6.10.80.50	Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		-2 353	577	-2 353	577
13	6.10.80.80	Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações		-502 408	-543 085	-502 408	-543 085
14	6.10.80.90	Recebimentos de Proveitos de imobilizações financeiras		3 895	2 435	3 895	2 435
15	6.10.80.99	Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		-597	-2 677	-597	-2 677
X		RECEB. E PAGAM. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERAC.(10+12+14+15)		-597 551	-681 450	-597 551	-681 449
XI		FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+X)		-674 896	-633 365	-674 896	-633 364
16	6.20.10.20	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		-167 739	11 141	-167 739	11 141
17	6.20.10.30	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		-160 291	226 202	-160 291	226 202
19	6.20.10.60	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais		-3	-7	-3	-7
20	6.20.10.70	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-220 209	-764 732	-220 209	-764 732
XII		FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (16+17+19+20)		-548 242	-527 396	-548 242	-527 396
XIII	6.20.80	FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		-1 183	218 875	-1 183	218 875
21	6.20.90.10	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		-15 291	96 770	-15 291	96 770
22	6.20.90.20	Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		-161	-788	-161	-787
XIV		FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22)		-15 452	95 982	-15 452	95 983
XV		FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)		-564 877	-212 539	-564 877	-212 538
24	6.30.20.10	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		1 001 886	258 540	1 001 886	258 540
25	6.30.20.20	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez		278 373	-494 069	278 373	-494 069
29	6.30.20.70	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		101 892	424 864	101 892	424 864
XVI		FLUXO CAIXA FINANC. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (24+25+29)		1 382 151	189 335	1 382 151	189 335
XVII	6.30.30	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS MINORITÁRIOS		0	0	0	0
30	6.30.40.10	Recebimentos por Aumentos de Capital		0	631 908	0	631 908
35		Diferenças Cambiais		0	0	0	0
XVIII		FLUXO CAIXA FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS (30+31+32+33+34)		0	631 908	0	631 908
XIX	6.30.80	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES		0	0	0	0
XX		FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XIX)		1 382 151	821 243	1 382 151	821 243
		SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	620 006	612 755	620 008	612 756
		Diferenças cambiais		-148 693	-31 238	-148 694	-31 239
		SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	4	613 692	620 006	613 692	620 008
		VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)		142 379	38 489	142 378	38 491

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

valores em milhares de Kwanzas

INDIVIDUAL	CÓDIGO CONTIF	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS POTENCIAIS	RESERVA DE REEXPRESSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		64 370 880	21 184 906	1 058 350	0	67 674 428	3 619 796	157 908 360
Ajustamentos em Fundos Próprios no âmbito da Resolução	0	0	0	0	0	-488 780 242	0	-488 780 242
Aumento de capital por conversão de empréstimo	7.10.10	360 767 644	0	0	0	0	0	360 767 644
Absorção de Prejuízos	7.10.60 + 7.30.60 + 7.60.60	-425 138 524	0	0	0	425 138 524	0	0
Anulação de reavaliação no âmbito da resolução		0	0	0	0	-2 932 791	0	-2 932 791
Recebimentos por Aumentos de Capital	7.10.10	72 000 000	0	0	0	0	0	72 000 000
Constituições de Reservas e Fundos	7.30.30	0	723 959	0	0	0	-723 959	0
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	2 895 837	-2 895 837	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	235 038	0	0	0	235 038
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	-59 775 879	-59 775 879
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		72 000 000	21 908 865	1 293 388	0	3 995 756	-59 775 879	39 422 130
Recebimentos por Aumentos de Capital	7.10.10	0	0	0	0	0	0	0
Incorporações de Reservas ao Capital	7.10.40	0	0	0	0	0	0	0
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	-59 775 879	59 775 879	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	-1 188 783	0	0	0	-1 188 783
Absorção de Prejuízos	7.10.60 + 7.30.60 + 7.60.60	0	0	0	0	0	0	0
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	9 971 156	9 971 156
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		72 000 000	21 908 865	104 605	0	-55 780 123	9 971 156	48 204 503

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

valores em milhares de Kwanzas

CONSOLIDADO	CÓDIGO CONTIF	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS POTENCIAIS	RESERVA DE REEXPRESSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	7.30.80	64 370 880	21 184 906	595 146	447 490	67 881 152	3 321 505	157 801 079
Ajustamentos em Fundos Próprios no âmbito da Resolução		0	0	0	0	-488 780 242	0	-488 780 242
Recebimentos por Aumentos de Capital	7.10.10	360 767 644	0	0	0	0	0	360 767 644
Absorção de Prejuízos	"7.10.60 + 7.30.60 + 7.60.60"	-425 138 524	0	0	0	425 138 524	0	0
Anulação de reavaliação no âmbito da resolução		0	0	0	0	-2 932 791	0	-2 932 791
Recebimentos por Aumentos de Capital	7.10.10	72 000 000	0	0	0	0	0	72 000 000
Constituições de Reservas e Fundos	7.30.30	0	726 463	0	0	0	-726 463	0
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	2 595 042	-2 595 042	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	698 242	0	0	0	698 242
Constituições de Reservas e Fundos	7.30.30	0	113 015	0	-447 490	0	0	-334 475
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	-59 775 879	-59 775 879
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		72 000 000	22 024 384	1 293 388	0	3 901 685	-59 775 879	39 443 578
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	-59 775 879	59 775 879	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	-1 188 783	0	0	0	-1 188 783
Constituições de Reservas e Fundos	7.30.30	0	43 127	0	0	-64 575	0	-21 448
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	9 971 156	9 971 156
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		72 000 000	22 067 511	104 605	0	-55 938 769	9 971 156	48 204 503

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de dólares norte-americanos

INDIVIDUAL	CÓDIGO CONTIF	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS POTENCIAIS	RESERVA DE REEXPRESSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		670 530	192 548	10842	0	706 171	37 508	1 617 599
Ajustamentos em Fundos Próprios no âmbito da Resolução		0	0	0	0	-4 992 393	0	-4 992 393
Aumento de capital por conversão de empréstimo	7.10.10	3 684 875	0	0	0	0	0	3 684 875
Absorção de Prejuízos	7.10.60 + 7.30.60 + 7.60.60	-4 342 358	0	0	0	4 342 358	0	0
Anulação de reavaliação no âmbito da resolução		0	0	0	0	-29 955	0	-29 955
Constituições de Reservas e Fundos	7.30.30	712 899	0	0	0	0	0	712 899
Incorporações de Reservas ao Capital	7.10.40	0	5 350	0	0	0	-5 350	0
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	32 158	-32 158	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	1 732	0	0	0	1 732
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	-607 997	-607 997
Actualização Cambial dos Capitais Próprios		-13 047	15 093	0	13 940	-19 494	0	-3 508
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		712 899	212 991	12 574	13 940	38 846	-607 997	383 252
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	-607 997	607 997	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	-8 785	0	0	0	-8 785
Absorção de Prejuízos	7.10.60 + 7.30.60 + 7.60.60	0	0	0	0	0	0	0
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	82 899	82 899
Actualização Cambial dos Capitais Próprios		0	-51 081	-3 016	-73 905	26 876	0	-101 126
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		712 899	161 910	773	-59 965	-542 276	82 899	356 240

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em milhares de dólares norte-americanos

INDIVIDUAL	CÓDIGO CONTIF	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS POTENCIAIS	RESERVA DE REEXPRESSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		670 530	221 600	6097	-11 513	695 368	34 417	1 616 500
Ajustamentos em Fundos Próprios no âmbito da Resolução		0	0	0	0	-4 992 393	0	-4 992 393
Aumento de capital por conversão de empréstimo	7.10.10	3 684 875	0	0	0	0	0	3 684 875
Absorção de Prejuízos	7.10.60 + 7.30.60 + 7.60.60	-4 342 358	0	0	0	4 342 358	0	0
Anulação de reavaliação no âmbito da resolução		0	0	0	0	-29 955	0	-29 955
Constituições de Reservas e Fundos	7.30.30	712 899	0	0	0	0	0	712 899
Incorporações de Reservas ao Capital	7.10.40	0	5 350	0	0	0	-5 350	0
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	29 067	-29 067	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	6 477	0	0	0	6 477
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	0	0	0	-607 997	-607 997
Actualização Cambial dos Capitais Próprios		-13 047	-12 837	0	25 452	-6 514	0	-6 946
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		712 899	214 114	12 574	13 939	37 931	-607 997	383 460
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital	7.10.50	0	0	0	0	-607 997	607 997	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	-8 785	0	0	0	-8 785
Apropriação do Resultado do Exercício	7.50.10	0	0	-3 016	0	0	82 899	79 883
Actualização Cambial dos Capitais Próprios		0	-51 031	0	-73 535	26 248	0	-98 318
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		712 899	163 083	773	-59 596	-543 818	82 899	356 240



## ANEXO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As normas a aplicar na preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e informação mínima relativamente aos elementos para publicação oficial, nomeadamente o disposto no parágrafo 12º da Secção 20ª do Capítulo

10º do Título 2 do CONTIF, impõem a explicitação de algumas informações e indicações acerca das contas anuais mencionadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações de Resultados, da Mutação dos Fundos Próprios e de Fluxos de Caixa.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### NOTA 1 - INTRODUÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Económico, S.A. ("Banco" ou "BE") é um banco comercial universal que opera e tem sede social em Angola, na Rua do 1º Congresso, Nº 27, Ingombota, Luanda. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das entidades angolanas competentes, nomeadamente a concedida pelo Banco Nacional de Angola ("BNA" ou "Banco Central").

O BE passou a assumir a nova designação, em 28 de Outubro de 2014, após as medidas de saneamento aplicadas pelo BNA. O BE surge da redenominação do Banco Espírito Santo Angola S.A., originalmente criado em Agosto de 2001, tendo iniciado a sua actividade operacional em 24 de Janeiro de 2002. Desde o seu início o BE assume-se como uma instituição bancária de

capitais privados de direito angolano e o seu objecto social é a actividade bancária universal nos termos e na amplitude permitida por lei.

O capital do BE encontra-se repartido por seis entidades, sendo que o Grupo Sonangol detém a maior percentagem (39,40%) sendo os outros accionistas a Lektron Capital, S.A. (30,98%), a GENI (19,90%), e o NOVO BANCO, S.A. (9,72%), o seu único accionista bancário (ver nota explicativa 18 às Demonstrações financeiras).

O Capital do BE encontra-se totalmente subscrito e realizado, e corresponde, à data de realização, a AOA 72.000.000.000, sendo representado por 72.000.000 acções, nominativas, com valor nominal unitário de AOA 1.000 e com o contravalor em USD 9,90 à data de emissão.

## NOTA 2 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, que é o referencial contabilístico em vigor desde 1 de Janeiro de 2010 para as instituições financeiras do sector bancário angolano, e outras disposições emitidas pelo BNA. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards). Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países. As Demonstrações financeiras consolidadas e individuais agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Grupo e do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade. As Demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Banco relativas ao exercício findo

em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de Dezembro de 2016.

O Banco aplica desde o início da sua actividade os princípios contabilísticos e legais de apresentação de contas em vigor em Angola, os quais exigem a preparação das contas na moeda nacional (AOA), no âmbito do sistema multimoda. Não obstante o AOA ser a moeda funcional do Banco, o Conselho de Administração assume o USD para efeitos comparativos de relato financeiro, seguindo a prática do sector bancário angolano. Assim, as Demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de AOA e USD, arredondados, por excesso ou por defeito, para a unidade de milhar mais próxima. No processo de transposição para USD das Demonstrações financeiras para efeitos comparativos e dos mapas apresentados foram utilizadas as seguintes taxas:

- Rubricas de Balanço:
- Capital social: o Capital social está apresentado ao câmbio histórico;
- Outras rubricas: foram utilizadas as taxas oficiais de referência do BNA de 31 de Dezembro de 2015, 1 USD = 135,315 AOA (31 de Dezembro de 2014, 1 USD = 102,863 AOA); e
- Rubricas da Demonstração de resultados: foram utilizadas as taxas médias mensais apuradas pelas médias das taxas oficiais de referência do BNA de 1USD = 120,2805 AOA para 2014 e 1USD = 98,3161 AOA para 2014

As diferenças de câmbio originadas na transposição das contas para USD foram incluídas na rubrica de Actualização Cambial dos Capitais

Próprios (Reserva de reexpressão – ver Demonstração da Mutaç o dos Fundos pr prios em milhares de USD para os exerc cios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014).

As Demonstra es financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com o princ pio do custo hist rico, com excep o dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor atrav s dos resultados e activos financeiros dispon veis para venda.

Na prepara o das Demonstra es financeiras consolidadas e individuais, o Banco efectuou julgamentos e estimativas e utilizou pressupostos que afectam a aplica o das pol ticas contabil sticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Altera es a tais pressupostos ou diferen as destes face   realidade poder o ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As  reas que envolvem um maior n vel de julgamento ou complexidade, ou onde s o utilizados pressupostos e estimativas significativos na prepara o das Demonstra es financeiras, est o analisados na nota explicativa 2.3.

## 2.2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POL TICAS CONTABIL STICAS

As pol ticas que se seguem s o aplic veis  s Demonstra es financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

### A) DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A sec o 20, do cap tulo 10 do t tulo 2 do CON-TIF estabelece a obrigatoriedade de elabora o de Demonstra es financeiras consolidadas, as quais devem ser publicadas.

Devido   imaterialidade das diferen as entre as Demonstra es financeiras individuais do BE e as respectivas Demonstra es consolida-

das, o Conselho de Administra o optou por efectuar Demonstra es financeiras conjuntas (individuais e consolidadas), sendo as presentes notas explicativas  s Demonstra es financeiras aplic veis a ambas, sempre e desde que aplic vel, incluindo divulga es dos elementos patrimoniais das participadas sujeitas a consolida o, bem como a contribui o de cada uma das entidades pertencentes ao per metro de consolida o para os principais indicadores das Demonstra es financeiras. As Demonstra es financeiras consolidadas do BE reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco e das suas coligadas e equiparadas em rela o de grupo (Grupo BE) e os resultados atribu veis ao Grupo BE referentes  s participa es em empresas coligadas e equiparadas em rela o de participa o.

Infra segue um quadro com resumo das entidades consolidadas, bem como do m todo de consolida o utilizado:

ENTIDADE	MÉTODOS DE CONSOLIDA�O
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S. A.	Integral
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.	Integral

### 1) COLIGADAS E EQUIPARADAS

Para fins de consolida o, consideram-se controladas todas as empresas em que o Banco detenha direitos de accionista, directa ou indirectamente, isoladamente ou em conjunto com outros accionistas, inclusive em fun o

da existência de acordos parassociais, que lhes assegurem, isolada ou cumulativamente:

- a) a relação de domínio, conforme o número 17, do artigo 2º, da Lei 13/05, de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras;
- b) o controlo operacional caracterizado pela administração ou gestão comum, ou pela actuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial; ou
- c) o controlo societário representado, independentemente do percentual da participação existente, pelo somatório das participações detidas, inclusive de titularidade de seus administradores, controladores e empresas ligadas, bem como daquelas adquiridas, directa ou indirectamente, por intermédio de fundos de pensão dos quais sejam patrocinadores.

## 2) INTERESSES MINORITÁRIOS

A participação dos accionistas não controladores nos fundos próprios das sociedades controladas encontra-se destacada no balanço patrimonial consolidado, no grupo Interesses Minoritários.

## 3) TRANSACÇÕES ELIMINADAS EM CONSOLIDAÇÃO

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das Demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

## B) ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

O Banco e as suas empresas coligadas e equiparadas ("Grupo BE") seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios

em relação à grande generalidade das rubricas das Demonstrações financeiras.

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os proveitos são considerados realizados quando:

- a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido compromisso firme de efectivá-lo;
- b) na extinção, parcial ou total, de um activo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior;
- c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- d) no recebimento efectivo de doações e subvenções;
- e) os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

## C) OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multimoeda, sendo cada operação registada em função exclusiva das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para AOA à taxa de

câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para AOA à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, que são convertidas para AOA à taxa indicativa publicada pelo BNA na data da transacção, por contrapartida de reservas.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

#### **POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos à vista dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa média de referência do BNA, dando origem à movimentação da conta de posição cambial, por contrapartida de resultados.

#### **POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO**

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

As diferenças para os contravalores em AOA às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas nas rubricas de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

### **D) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

#### **CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO INICIAL**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo justo valor à data, incluindo corretagens e emolumentos. Atendendo às características dos títulos e à intenção do Conselho de Administração aquando da sua aquisição, a carteira de títulos do BE é classificada como segue:

#### **TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO**

São considerados títulos de negociação, aqueles adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não pode exceder os seis meses. Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo justo valor, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo e posteriormente reavaliados ao justo valor por contrapartida de resultados. No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Banco não deteve títulos classificados nesta categoria.

#### **TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Os títulos considerados disponíveis para venda são todos os adquiridos com o objectivo de venda, mas cuja retenção, em regra, ultrapassa os seis meses, ou que, apesar de ser intenção da Conse-

lho de Administração do Banco mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos mantidos até ao vencimento. São registados, no momento inicial, ao justo valor, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são reavaliados ao justo valor por contrapartida de reservas – resultados potenciais.

### TÍTULOS MANTIDOS ATÉ AO VENCIMENTO

Na categoria títulos mantidos até ao vencimento, são registados os títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e a capacidade de os manter em carteira até ao vencimento. Os títulos mantidos até ao vencimento são registados pelo seu justo valor, reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados pela diferença entre o preço de venda e o respectivo valor contabilístico à data.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até ao vencimento antes da maturidade, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico. O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até ao vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento.

O Banco não tem qualquer título classificado nesta categoria. Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

O Banco não tem qualquer título classificado nesta categoria.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

NÍVEL	RISCO
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

### MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE E DESRECONHECIMENTO

Após o seu reconhecimento inicial, os títulos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício. Os títulos disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de Resultados Potenciais, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício aquando da venda definitiva do activo. Os títulos mantidos até ao vencimento são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, não sendo registada qualquer reavaliação, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício aquando da venda definitiva do activo. Os títulos do Banco Central, os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro, que são emitidos a valor descontado são registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente

como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio de outra moeda estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre.

### VALOR DE MERCADO

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é conforme segue:

- I) preço de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço de negociação no dia útil anterior;
- II) valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- III) preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- IV) preço definido pelo BNA.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

### TRANSFERÊNCIA ENTRE CATEGORIAS

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à

disposição do BNA a documentação que serviu de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) na hipótese de transferência da categoria de títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:
  - I) imediatamente, quando os títulos forem reclassificados para a categoria de Títulos para a negociação;
  - II) em função do prazo remanescente até ao vencimento, quando os títulos forem reclassificados para a categoria de Títulos mantidos até ao vencimento;
- 3) na hipótese de transferência da categoria Mantidos até ao vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
  - I) imediatamente no resultado do período, quando os títulos forem reclassificados para a categoria de Títulos para a negociação;
  - II) como componente destacado nos fundos próprios, quando os títulos forem reclassificados para a categoria de Títulos disponíveis para a venda.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foram efectuadas quaisquer transferências de títulos entre carteiras.



## IMPARIDADE

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos.

## E) IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Na rubrica Imobilizações financeiras encontram-se contabilizadas as participações de carácter estratégico e duradouro, independentemente da percentagem do capital detido (ver nota explicativa 11 às Demonstrações financeiras).

### PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E EQUIPARADAS

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas as participações em Sociedades nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la. O Banco aplica o método da equivalência patrimonial, nas suas contas individuais, para a valorização das suas participações em coligadas e equiparadas nas seguintes situações:

- a) quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou
- b) quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional, nos casos em que

tenham administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus administradores, controladores e empresas ligadas. Uma participação societária considera-se relevante quando:

- a) o seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou
- b) o valor contabilístico das várias participadas, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota parte do Banco nos activos líquidos das correspondentes participadas. Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existirem fundos próprios negativos ou outras obrigações, na participada, e houver intenção manifesta do Banco, na sua quota parte, em manter o seu apoio financeiro à mesma.

Deve deixar de ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora. Nas situações em que a valorização pelo método da equivalência patrimonial não é aplicável, as imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas.

Quando as imobilizações financeiras se encontram denominadas em moeda estrangeira, são objecto de actualização cambial, por contrapartida de reservas.

### **PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES**

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividendos) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

### **OUTROS INVESTIMENTOS**

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como património artístico. Nos anos de 2015 e 2014, a participação na BVDA (ver Nota explicativa 11 às Demonstrações financeiras) manteve-se contabilizada pelo contravalor em AOA de um valor fixo em USD, no seguimento do já efectuado em anos anteriores, por ter sido exigida a sua liquidação nesta moeda por parte da respectiva empresa.

No ano de 2015, a participação na EMIS foi convertida para AOA, de acordo com a informação obtida da parte da empresa.

## **F) CRÉDITO A CLIENTES**

### **CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO**

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados quando originados pelo Banco, ou pelo justo valor, quando adquiridos a outras entidades.

A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos mensualizados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subsequentemente registados ao custo amortizado, líquidos das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de crédito concedido a clientes são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões. Nos termos do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março do BNA, o Banco classifica as operações de crédito concedido de acordo com os seguintes níveis:

<b>NÍVEL</b>	<b>RISCO</b>
<b>A</b>	<b>Nulo</b>
<b>B</b>	<b>Muito reduzido</b>
<b>C</b>	<b>Reduzido</b>
<b>D</b>	<b>Moderado</b>
<b>E</b>	<b>Elevado</b>
<b>F</b>	<b>Muito elevado</b>
<b>G</b>	<b>Perda</b>

A avaliação individual da operação e a classificação no nível de risco correspondente é efectuada com base numa estimativa da perda provável, calculada mediante a utilização de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os seguintes aspectos.

Em relação ao devedor e seus garantes:

- 🌀 situação económico-financeira;;
- 🌀 capacidade de gestão;
- 🌀 histórico de pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- 🌀 contingências;
- 🌀 sector de actividade económica;
- 🌀 área geográfica de actuação;
- 🌀 limite de crédito.

Em relação à operação e suas garantias:

- 🌀 natureza e finalidade da transacção;
- 🌀 características das garantias, particularmente quanto à suficiência, transaccionalidade e consequentemente a sua liquidez;
- 🌀 valor de mercado face ao valor do contrato.

A classificação da operação nos níveis de risco é revista com uma periodicidade mínima anual ou sempre que se verificarem alterações que justifiquem a realização de uma análise à classificação da operação.

## LOCAÇÕES

O BE classifica as operações de locação como locações financeiras em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

À data do Balanço o Banco não detinha quaisquer contratos de locação financeira nem de locação operacional como locatário.

### 🌀 Locações financeiras como locador

Os contratos de locação financeira (Leasing – ver nota explicativa 8 às Demonstrações financeiras) são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

As Provisões para créditos de liquidação duvidosa destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluindo as garantias e avales prestados, e resultam do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver. Em 2014 e em 2015, e de acordo com a resolução do BNA, a Provisão para crédito de liquidação duvidosa passou a ser apurada com base nos critérios definidos no âmbito da resolução de 4 de Agosto de 2014, nesta mesma data, e apresentada no activo, na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, a deduzir à rubrica Créditos a clientes (ver nota 8 às Demonstrações financeiras). Estas provisões destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito e que não foram identificados como risco específico. O Banco revê e avalia a existência de créditos que se qualifiquem para a constituição de Provisões para créditos de cobrança duvidosa.

### RENEGOCIAÇÃO DOS CRÉDITOS

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades ou reforço de garantias recebidas.

### G) RESERVA DE ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS IMOBILIZAÇÕES E DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do BNA, sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, do BNA, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, nas immobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As Demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- I) a população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- II) a população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável.

- Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- III) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
  - IV) as taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
  - V) a taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de Resultado da actualização monetária da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de Fundos próprios, com excepção da rubrica Capital social, que deve ser classificada numa rubrica específica (Reserva de actualização monetária do Capital social) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

O Banco não procedeu a qualquer reavaliação em 2015.

### H) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O imobilizado corpóreo adquirido está registado ao custo de aquisição (ver nota explicativa 13 às Demonstrações financeiras), sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis. Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resultem das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais. A depreciação é calculada a partir da data efectiva de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico de acordo com os seguintes períodos, que se consideram não diferir significativamente da vida útil estimada dos bens:

	NÚMERO DE ANOS
Edifícios próprios	8 a 50
Transporte	3 a 5
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	4 a 8
Instalações interiores	1 a 8
Equipamento de segurança	1 a 8

### I) IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a edifícios e a balcões/centros de atendimento em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos edifícios e os balcões/centros de atendimento entrarem em funcionamento.

### J) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

As Imobilizações incorpóreas correspondem aos custos incorridos com aquisição de software e benefícios em edifícios arrendados, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e são amortizadas durante o período de vida útil estimado, a partir do exercício em que o mesmo entra em uso, segundo o método das quotas constantes (ver notas explicativas 2.2 h) e 13 às Demonstrações financeiras):

	NÚMERO DE ANOS
Beneficiações em edifícios próprios e arrendados	5 a 8
Software	5 a 10

### K) BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

Os bens não de uso próprio são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco classifica em bens não de uso próprio os imóveis que não são parte integrante das instalações do BE, nem se destinam à prossecução do seu objecto social.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

### L) DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO

Incluem pagamentos a fornecedores, liquidados antecipadamente, sendo imputados mensalmente às contas de custos correspondentes (ver nota explicativa 9 às Demonstrações financeiras).

### **M) RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos (i) em resultados de uma só vez quando um acto específico e significativo tiver sido concluído, como, por exemplo, comissões de tomada firme de dívida pública ou de sindicância de empréstimos, e (ii) em resultados do período a que se referem quando resultem de serviços prestados.

### **N) IMPOSTOS SOBRE LUCROS**

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 64.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2011 a 2015. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

### **IMPOSTO CORRENTE**

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colec-

tável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto acima referida.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória obrigatória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

### **IMPOSTO DIFERIDO**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos, se demonstrada a sua recuperabilidade nos três anos subsequentes.

Os impostos diferidos passivos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existên-

cia de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

### REFORMA TRIBUTÁRIA

No âmbito do processo da reforma tributária em curso, foi publicado em Diário da República um importante conjunto de novos diplomas fiscais, a par da introdução de alterações significativas em outros códigos já existentes e da sua consequente republicação, a saber:

- 🌀 Código do Imposto Industrial (aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro);
- 🌀 Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro);
- 🌀 Código do Imposto do Selo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro);
- 🌀 Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro);
- 🌀 Código das Execuções Fiscais (aprovado pela Lei n.º 20/14, de 22 de Outubro);
- 🌀 Código Geral Tributário (aprovado pela Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro);
- 🌀 Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro).

Em 31 de Dezembro de 2015, a retenção na fonte sobre as empreitadas, subempreitadas e

prestações de serviços é de 6,5%, e em 31 de Dezembro de 2014 a retenção na fonte sobre as empreitadas e subempreitadas era de 3,5% e prestações de serviços de 5,25%.

### O) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, à data do Balanço.

### CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos seja exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão



nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

### **CONTINGÊNCIAS ACTIVAS**

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

## **P) BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**

### **RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA**

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador

cessar a sua actividade.

De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Por deliberação do Conselho de Administração do Banco, em 1 de Fevereiro de 2010, o BE aderiu, com um plano colectivo constituído pelos seus colaboradores efectivos, ao fundo de pensões aberto e de contribuição definida BESA Opções de Reforma.

Na sequência dessa adesão, os colaboradores efectivos do BE que completem 60 anos e tenham pelo menos cinco anos de antiguidade no Banco irão beneficiar de um complemento da reforma do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) que receberão através de uma entrega única ou através de uma pensão (opcional). São excepção os casos de invalidez. O Fundo não cobre quaisquer benefícios de saúde. O BE passou a contribuir com uma percentagem fixa da massa salarial dos seus colaboradores, podendo esta ser acrescida de 50% do valor que cada colaborador vier a contribuir voluntariamente até ao limite de 5% do vencimento de cada colaborador.

A responsabilidade pelas contribuições a efectuar pelo BE, como Associado, não têm efeito retroactivo à data de adesão ao Fundo. Assim, e pelas características deste Fundo, os custos anuais do Banco resultante desta contribuição corresponderão ao valor efectivamente contribuído em cada ano, reconhecidos em resultados do exercício na rubrica Custos Administrativos e de Comercialização – Pessoal.

### **REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PAGA AOS COLABORADORES E ADMINISTRADORES**

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho).

Compete ao Conselho de Administração e ao Conselho de Remunerações fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

#### **PROVISÃO PARA SUBSÍDIO DE FÉRIAS**

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2015, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

#### **Q) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para efeitos da Demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

#### **R) RESULTADOS POTENCIAIS**

A Reserva de justo valor (Resultados potenciais) representa as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de títulos disponíveis para venda (ver nota explicativa 2.2 d) às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas), líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

#### **S) RESULTADO POR ACÇÃO**

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias. Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

#### **T) REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ACTIVOS (IMPARIDADE)**

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de Demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico.

O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1)** declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2)** mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- 3)** aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de

- desconto e conseqüente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- 4) valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
  - 5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
  - 6) mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
  - 7) indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

#### **U) COMPENSAÇÃO DE SALDOS**

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

### **2.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O CONTIF estabelece uma série de tratamentos contabilísticos e requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados

do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota explicativa 2.2 às Demonstrações financeiras. Considerando que existem situações em que existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados individuais e consolidados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e do Grupo BE, respectivamente, e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

#### **A) JUSTO VALOR DOS TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

#### **B) PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a ne-

cessidade de constituir provisões para créditos de liquidação duvidosa, conforme referido nas notas explicativas 2.2 f) às Demonstrações financeiras, tendo como referência os critérios definidos pelo Banco Nacional de Angola, no âmbito da resolução de 4 de Agosto de 2014. O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar a classificação de riscos das operações e se devem ser reconhecidas provisões para Crédito de liquidação duvidosa é sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das provisões para Crédito de liquidação duvidosa reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados individuais e consolidados do Banco.

### **C) IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS**

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As autoridades fiscais têm a atribuição de fiscalizar o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de 5 anos. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas

aos impostos sobre lucros registados nas Demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

### **D) PROVISÕES**

O Banco reconhece Provisões, conforme divulgado na nota explicativa 2.1 o) às Demonstrações financeiras quando (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do Balanço.

Adicionalmente, o Banco reconhece ainda nas suas Demonstrações financeiras individuais (ver nota explicativa 17 às Demonstrações financeiras), como obrigações prováveis, o valor negativo resultante da diferença apurada entre o valor contabilístico e o dos fundos próprios das Sociedades onde detém interesses e é intenção manifesta a continuidade do apoio financeiro à respectiva coligada e equiparada.

## NOTA 3 - MONTANTE GLOBAL DOS ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os elementos do activo e do passivo das contas Individuais do BE em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, expressos nessas mesmas moedas, são como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

DESCRITIVO	USD		EUR		GBP		CHF		NAD		ZAR		SEK		JPY	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>ACTIVO</b>																
Taxa de câmbio em 31 de Dezembro	135,315	102,863	147,832	125,195	200,3	160,003	136,606	104,107	13,951	8,875	14,206	8,875	16,114	13,26	1,123	0,863
DISPONIBILIDADES	348 833	343 410	6 236	9 167	223	254	38	90	57	62	1 352	13 226	198	91	1 011	1 011
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ	172 334	6 001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	172 334	6 001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	715 508	715 008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Disponíveis para Venda	715 508	715 008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	0	10 000	3 730	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRÉDITOS	187 445	204 592	393	10 184	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos	244 513	259 629	437	10 184	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-57 068	-55 037	-44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTROS VALORES E BENS DE NÃO USO PRÓPRIO	2 124 118	1 982 978	153	966	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMOBILIZAÇÕES	522	746	26	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações Financeiras	522	731	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações Incorpóreas	0	15	26	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>3 548 760</b>	<b>3 262 735</b>	<b>10 538</b>	<b>20 323</b>	<b>223</b>	<b>254</b>	<b>38</b>	<b>90</b>	<b>57</b>	<b>62</b>	<b>1 352</b>	<b>13 226</b>	<b>198</b>	<b>91</b>	<b>1 011</b>	<b>1 011</b>
<b>PASSIVO</b>																
DEPÓSITOS	2 214 678	2 050 440	34 788	35 776	25	27	0	0	43	43	438	456	0	0	686	701
Depósitos à Ordem	1 304 102	1 102 776	7 386	8 999	25	27	0	0	43	43	438	456	0	0	686	701
Depósitos a Prazo	910 576	947 661	27 402	26 777	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Depósitos	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ	441 109	430 676	8 890	17 246	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	441 109	430 676	8 890	17 246	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dívidas Subordinadas	428 578	428 578	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS OBRIGAÇÕES	148 276	109 596	3 260	2 940	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	5 996	5 496	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3 238 646</b>	<b>3 024 795</b>	<b>46 938</b>	<b>55 962</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>438</b>	<b>456</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>686</b>	<b>701</b>
POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA	310 114	237 940	-36 400	-35 639	198	227	38	90	14	19	914	12 770	198	91	325	310
Operações cambiais a prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO CAMBIAL GLOBAL	310 114	237 940	-36 400	-35 639	198	227	38	90	14	19	914	12 770	198	91	325	310
POSIÇÃO CAMBIAL GLOBAL (Convertida em USD à taxa de 31 de Dezembro)	310 114	180 876	-39 768	-32 973	293	269	38	69	1	1	96	838	24	9	3	2
POSIÇÃO CAMBIAL GLOBAL (Convertida em AOA à taxa de 31 de Dezembro)	41 963 041	24 475 214	-5 381 150	-4 461 782	39 631	36 357	5 188	9 337	201	171	12 982	113 333	3 191	1 204	365	268

## NOTA 4 - DISPONIBILIDADES

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as Disponibilidades em termos Individuais e

Consolidados decompunham-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Caixa</b>	<b>5 567 465</b>	<b>6 776 908</b>	<b>41 145</b>	<b>65 883</b>
AOA	5 159 508	6 092 772	38 130	59 232
USD	364 570	594 521	2 694	5 780
EUR	39 068	84 016	289	817
Outras	4 319	5 599	32	54
<b>Depósitos à ordem no Banco Central</b>	<b>74 050 816</b>	<b>54 767 567</b>	<b>547 247</b>	<b>532 432</b>
AOA	29 683 976	21 041 030	219 369	204 554
USD	44 366 840	33 726 537	327 878	327 878
<b>Disponibilidades em Instituições Financeiras</b>				
<b>No estrangeiro - Depósitos à ordem</b>	<b>3 423 400</b>	<b>2 231 190</b>	<b>25 300</b>	<b>21 691</b>
USD	2 470 860	1 003 175	18 260	9 753
EUR	882 758	1 063 631	6 524	10 340
Outras	69 782	164 385	516	1 598
<b>Total</b>	<b>83 041 681</b>	<b>63 775 665</b>	<b>613 692</b>	<b>620 006</b>

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco Central reflecte os saldos originados pelo regime de constituição de Reservas mínimas obrigatórias em vigor no país na data do Balanço e é constituída por depósitos não remunerados junto do BNA. As disponibilidades no Banco Central dizem respeito a reservas obrigatórias que visam cumprir o disposto no instrutivo nº 16/2015, de 22 de Julho de 2015, do BNA, que estabelece que as reservas obrigatórias devem ser constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência,

devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

De acordo com este instrutivo, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e estrangeira é de 25% e 15%, respectivamente, exceptuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 50% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira, e Governo Central, em que se aplica uma taxa de 75% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira.

Este instrutivo refere ainda que o Banco poderá usar até 10% do cumprimento das reservas obrigatórias em moeda nacional e Obrigações

do Tesouro pertencentes à carteira própria, ponderando as respectivas maturidades, desde que

a dar cumprimento integral à disposição regulamentar acima mencionada. Caso esta proposta

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Caixa</b>	<b>5 567 467</b>	<b>6 777 082</b>	<b>41 145</b>	<b>65 885</b>
AOA	5 159 510	6 092 946	38 130	59 234
USD	364 570	594 521	2 694	5 780
EUR	39 068	84 016	289	817
Outras	4 319	5 599	32	54
<b>Depósitos à ordem no Banco Central</b>	<b>74 050 816</b>	<b>54 767 567</b>	<b>547 247</b>	<b>532 432</b>
AOA	29 683 976	21 041 030	219 369	204 554
USD	44 366 840	33 726 537	327 878	327 878
<b>Disponibilidades em Instituições Financeiras</b>				
<b>No estrangeiro - Depósitos à ordem</b>	<b>3 423 400</b>	<b>2 231 190</b>	<b>25 300</b>	<b>21 691</b>
USD	2 470 860	1 003 175	18 260	9 753
EUR	882 758	1 063 631	6 524	10 340
Outras	69 782	164 384	516	1 598
<b>Total</b>	<b>83 041 683</b>	<b>63 775 839</b>	<b>613 692</b>	<b>620 008</b>

emitidas a partir de Janeiro de 2015.

O Banco Económico, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, segundo o Instrutivo nº 16/2015, de 22 de Julho, do BNA, não se encontra a cumprir com as reservas mínimas obrigatórias prudenciais. Contudo, durante o decurso do processo de saneamento financeiro, o Banco ficou isento do cumprimento de algumas normas regulamentares, entre as quais a relativa às reservas mínimas obrigatórias.

Neste âmbito, o Banco Económico, S.A. apresentou ao Banco Nacional de Angola uma proposta de regularização da situação, de forma

não venha a ser aceite pelo Banco Nacional de Angola, o financiamento concedido pelo Banco Central terá que ser mantido.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica Disponibilidades em Instituições Financeiras no país corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito que foram apresentados à compensação e que se encontram em cobrança.

Nos Depósitos à ordem em Instituições Financeiras no estrangeiro – Depósitos à ordem estão incluídas as contas “nostro”, as quais não são remuneradas.



## NOTA 5 – OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as Operações no mercado monetário interfinanceiro decompunham-se por natureza, como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	TAXA MÉDIA %	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
		AOA		USD	
		DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
Aplicações em Instituições Financeiras no estrangeiro	0,30	23 319 330	617 255	172 334	6 001
<b>Total</b>		<b>23 319 330</b>	<b>617 255</b>	<b>172 334</b>	<b>6 001</b>

A decomposição por prazo residual é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Prazos residuais</b>				
Até um mês	16 240 003	617 255	120 016	6 001
De três meses a um ano	7 079 327	0	52 318	0
<b>Total</b>	<b>23 319 330</b>	<b>617 255</b>	<b>172 334</b>	<b>6 001</b>

A decomposição por moeda é como se segue:

Valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO							
	DEZ 15			TOTAL	DEZ 14			TOTAL
	AOA	EUR	USD		AOA	EUR	USD	
Aplicações em Instituições Financeiras no estrangeiro	0	0	23 319 330	23 319 330	0	0	617 255	617 255
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23 319 330</b>	<b>23 319 330</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>617 255</b>	<b>617 255</b>

Os valores presentes nos quadros acima contêm os valores a receber, acrescidos dos valores de juros a receber, quando aplicável.

As aplicações efectuadas pelo BE em Instituições Financeiras no estrangeiro são remuneradas a taxas dentro das praticadas no mercado internacional.

## NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os Títulos e valores mobiliários decompunham-se, por natureza e por moeda, como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				
<b>Disponíveis para venda</b>				
Obrigações do Tesouro (OT's)	104 904 488	84 001 081	775 261	816 631
USD	96 818 908	74 690 443	715 508	726 116
Indexado a USD	8 085 580	9 310 638	59 753	90 515
<b>Total</b>	<b>104 904 488</b>	<b>84 001 081</b>	<b>775 261</b>	<b>816 631</b>

Uma vez que todas as OTs são dívida pública directa, o Banco classifica as mesmas com Rating A. Em 31 de Dezembro de 2015, face a 31 de Dezembro de 2014, não houve migração do nível de risco dos emissores.

No âmbito das medidas de saneamento do BNA, referentes a 20 de Outubro de 2014, foi registada em contrapartida de Resultados Transitados, uma provisão de AOA 13.936 milhões (ver nota 28), para as UPs detidas àquela data pelo Banco no Fundo BESA Valorização, no montante de AOA 20.196 milhões.

No âmbito da operação de cedência de activos, em 31 de Dezembro de 2014, enquadrada nas medidas de saneamento do BNA, os Fundos BESA Património e BESA Valorização foram vendidos a uma entidade não relacionada, pelos montantes líquidos de provisões de AOA 5.975 milhões (BESA Património) e AOA 54.102 milhões (BESA Valorização), tendo sido utilizada a provisão supra-referida (ver nota 28). As taxas de remuneração média, bem como as moedas em que os Títulos e valores mobiliários estão contratados e expressos, encontram-se detalhadas infra, primeiramente em AOA:

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	MOEDA	TAXA DE JURO MÉDIA	VALOR DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	PROVEITOS A RECEBER	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR BALANÇO 2015	VALOR BALANÇO 2014
OT's - Indexadas ao USD	AOA	6,0%	7 906 953	74 022	104 605	8 085 580	9 310 668
OT's - em USD	USD	3,9%	95 406 547	1 412 361	0	96 818 908	74 690 413
<b>TOTAL</b>			<b>103 313 500</b>	<b>1 486 383</b>	<b>104 605</b>	<b>104 904 488</b>	<b>84 001 081</b>

E em dólares norte-americanos:

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	MOEDA	TAXA DE JURO MÉDIA	VALOR DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	PROVEITOS A RECEBER	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR BALANÇO 2015	VALOR BALANÇO 2014
OT's - Indexadas ao USD	AOA	6,0%	58 434	546	773	59 753	726 116
OT's - em USD	USD	3,9%	705 070	10 438	0	715 508	90 515
<b>TOTAL</b>			<b>763 504</b>	<b>10 984</b>	<b>773</b>	<b>775 261</b>	<b>816 631</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o prazo residual da carteira de Títulos disponíveis para venda analisa-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Prazos residuais</b>				
De três meses a um ano	404 542	3 087 470	2 990	30 015
De um a cinco anos	104 499 946	80 913 611	772 271	786 616
<b>Total</b>	<b>104 904 488</b>	<b>84 001 081</b>	<b>775 261</b>	<b>816 631</b>

## NOTA 7 - CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Os Créditos e Obrigações no sistema de pagamentos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 analisam-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Créditos no sistema de pagamentos</b>				
Regularização/Devolução de cheques - Compensação	124 809	223 001	922	2 168
Operações Cambiais a Liquidar	0	1 028 630	0	10 000
Cartões VISA	550 496	0	4 068	0
Outros	97 316	109 925	720	1 069
	772 621	1 361 556	5 710	13 237
<b>Obrigações no sistema de pagamentos</b>				
Compensação de Cheques	-438 374	-376 371	-3 240	-3 659
Operações Cambiais a Liquidar	0	-1 029 980	0	-10 013
Outros	-88 308	-27 654	-652	-269
	-526 682	-1 434 005	-3 892	-13 941
<b>Total</b>	<b>245 939</b>	<b>-72 449</b>	<b>1 818</b>	<b>-704</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Créditos no sistema de pagamentos</b>				
Regularização/Devolução de cheques - Compensação	124 809	223 001	922	2 168
Operações Cambiais a Liquidar	0	1 028 630	0	10 000
Cartões VISA	550 496	0	4 068	0
Outros	368 392	111 640	2 722	1 085
	1 043 697	1 363 271	7 712	13 253
<b>Obrigações no sistema de pagamentos</b>				
Compensação de Cheques	-438 374	-376 371	-3 240	-3 659
Operações Cambiais a Liquidar	0	-1 029 980	0	-10 013
Outros	-88 308	-27 654	-652	-269
	-526 682	-1 434 005	-3 892	-13 941
<b>Total</b>	<b>517 015</b>	<b>-70 734</b>	<b>3 820</b>	<b>-688</b>

Na compensação de cheques e pelo serviço de compensação, observam-se as seguintes normas:

- ☉ os cheques apresentados à instituição sacada registam-se a débito das contas adequadas, na mesma data da sessão de troca;
- ☉ os cheques e os documentos recebidos em devolução registam-se na data da sua ocorrência.

A rubrica de Outros contém as compensações de ATMs que se referem a valores pendentes de liquidação, as quais foram efectuadas nos dias subsequentes à data de Balanço por intermédio dos respectivos componentes do sistema de pagamentos angolanos, que funciona em tempo real.

O valor referente a Cartões VISA tem registada uma provisão no montante de 457.019 milhares de AOA, registados na rubrica 1.80.90 (nota 9).

## NOTA 8 - CRÉDITOS E PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os Créditos e as respectivas Provisões para créditos de liquidação duvidosa decompunham-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	TAXA MÉDIA %	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
		AOA		USD	
		DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Créditos</b>					
<b>Empresas</b>					
Contas correntes caucionadas	11,84	15 673 892	16 619 014	115 833	161 565
Financiamentos	10,80	76 431 073	51 847 211	564 838	504 041
Descobertos em DO's	9,56	4 090 796	3 252 771	30 231	31 622
<b>Particulares</b>					
Contas correntes caucionadas	15,00	6 973	11 341	52	110
Financiamentos	4,24	17 313 348	13 451 483	127 948	130 771
Descobertos em DO's	7,11	1 289 645	1 162 157	9 531	11 298
Leasing	15,72	5 756 044	5 665 366	42 538	55 077
<b>Total dos créditos</b>		<b>120 561 771</b>	<b>92 009 343</b>	<b>890 971</b>	<b>894 484</b>
<b>Menos</b>					
Provisões para Créditos de liquidação duvidosa		-12 217 952	-10 911 175	-90 293	-106 075
<b>Total de Provisões (ver nota 2.2 f)</b>		<b>-12 217 952</b>	<b>-10 911 175</b>	<b>-90 293</b>	<b>-106 075</b>
<b>Total dos Créditos líquidos de Provisões</b>		<b>108 343 819</b>	<b>81 098 168</b>	<b>800 678</b>	<b>788 409</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, verificou-se o abatimento de um conjunto de créditos ao activo no montante de 385.453 milhares de AOA, no seguimento das regularizações efectuadas no âmbito das medidas de saneamento de 20 de Outubro de 2014.

Adicionalmente, foi igualmente efectuada, no âmbito das medidas de saneamento de 20 de

Outubro de 2014, uma operação de cedência de créditos no montante de 370.898 milhares de AOA em termos brutos, representando 292.468 milhares de AOA, líquido de provisões (nota 28).

No âmbito desta operação, não foi desreconhecido do activo um montante de crédito líquido de 10.286 milhões de AOA, na medida em que

o Banco ficou com uma opção de recompra sobre dois contratos.

O escalonamento dos Créditos a clientes por nível de risco, a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é o seguinte:

	2014			
	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	CRÉDITO	PROVISÕES	CRÉDITO	PROVISÕES
Nível de risco A	0	0	0	0
Nível de risco B	64 584 459	-3 401 888	627 868	-33 072
Nível de risco C	4 996 766	-1 097 172	48 577	-10 666
Nível de risco D	1 110 066	-49 900	10 792	-485
Nível de risco E	42 686	-17 028	415	-166
Nível de risco F	115 421	-39 170	1 122	-381
Nível de risco G	21 159 945	-6 306 017	205 710	-61 305
Total	92 009 343	-10 911 175	894 484	-106 075

	2015			
	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	CRÉDITO	PROVISÕES	CRÉDITO	PROVISÕES
Nível de risco A	3 003 672	0	22 198	0
Nível de risco B	77 300 122	-2 736 290	571 261	-20 222
Nível de risco C	4 712 776	-182 076	34 828	-1 346
Nível de risco D	1 641 998	-158 275	12 135	-1 170
Nível de risco E	1 647 460	-119 701	12 175	-885
Nível de risco F	11 623 030	-1 181 900	85 896	-8 734
Nível de risco G	20 632 713	-7 839 710	152 479	-57 936
Total	120 561 771	-12 217 952	890 971	-90 293



O resumo dos princípios básicos das políticas de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, bem como do provisionamento das perdas com Créditos de liquidação duvidosa, estão referidos nas notas 2.2 f) e 3 b) às Demonstrações financeiras.

Em 2014, e até às medidas de saneamento do BNA, a Provisão para crédito de liquidação duvidosa era apurada nos termos do normativo emitido pelo BNA e apresentada no activo, na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, a deduzir à rubrica Créditos a

clientes. Estas provisões destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito e que não foram identificados como risco específico.

A partir do momento da resolução, e de acordo com o definido, o Banco passou a apurar o valor das provisões da carteira de crédito de acordo com os critérios definidos pelo BNA, no âmbito da resolução.

O escalonamento dos Créditos, por prazos residuais de vencimento, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Prazos residuais</b>				
Até um mês	15 351 029	15 980 565	113 447	155 358
De um a três meses	5 339 781	10 950 914	39 461	106 461
De três meses a um ano	19 776 264	4 208 008	146 150	40 909
De um a cinco anos	25 062 168	30 656 664	185 214	298 033
Mais que cinco anos	55 032 529	30 213 192	406 699	293 723
<b>Total</b>	<b>120 561 771</b>	<b>92 009 343</b>	<b>890 971</b>	<b>894 484</b>

A estrutura sectorial do Crédito em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>A</b> Agricultura, produção animal, caça e sivicultura	4	0	0	0
<b>D</b> Indústrias transformadoras	8 831 879	6 336 796	65 269	61 605
<b>E</b> Produção, distribuição de electricidade, de gás e de água	0	8 812	0	86
<b>F</b> Construção	3 675 417	11 463 667	27 162	111 446
<b>G</b> Comércio por grosso e a retalho; reparações de veículos e de bens de uso pessoal e domésticoautomóveis, motociclos	30 398 717	11 241 552	224 651	109 287
<b>H</b> Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	3 394 317	2 656 142	25 085	25 822
<b>I</b> Transportes, armazenagem e comunicações	1	1 384 558	0	13 460
<b>J</b> Actividades financeiras	422 843	1 418 938	3 125	13 794
<b>K</b> Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	10 806 191	17 568 212	79 860	170 792
<b>M</b> Educação	2 792	10 858	21	106
<b>N</b> Saúde e acção social	21 006 206	13 893 240	155 239	135 065
<b>O</b> Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	27 645 376	10 792 827	204 304	104 924
<b>P</b> Particulares	14 378 028	15 233 741	106 255	148 097
<b>Total</b>	<b>120 561 771</b>	<b>92 009 343</b>	<b>890 971</b>	<b>894 484</b>

A decomposição do Crédito por indexante contratado é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
Fixa	96 572 011	85 904 897	713 682	835 138
Variável	23 989 760	6 104 446	177 289	59 346
LUIBR3M	14 291 869	0	105 620	0
LUIBR6M	4 106 162	1 163 508	30 345	11 311
TXCOCH	5 221 760	4 691 949	38 590	45 614
TXCOLB	369 969	248 989	2 734	2 421
Total Geral	120 561 771	92 009 343	890 971	894 484

A decomposição do Crédito e Provisões entre Vencido e Vencendo é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
Crédito	117 447 762	88 612 264	867 958	861 459
Vencendo	83 496 263	68 187 348	617 051	662 895
Vencido	33 951 499	20 424 916	250 907	198 564
Juro Corrido	3 114 009	3 397 079	23 013	33 025
Vencendo	1 520 307	1 393 877	11 235	13 551
Vencido	1 593 702	2 003 202	11 778	19 474
Provisões	-12 217 952	-10 911 175	-90 293	-106 075
Vencendo	-2 918 366	-4 499 059	-21 568	-43 738
Vencido	-9 299 586	-6 412 116	-68 725	-62 337
Total dos Créditos líquidos de Provisões	108 343 819	81 098 168	800 678	788 409

A decomposição do Crédito e das Provisões para crédito de cobrança duvidosa por moeda, é como se segue:

Valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO							
	AOA		USD		EUR		TOTAL	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Créditos</b>								
<b>Empresas</b>								
Contas correntes caucionadas	13 626 462	14 377 252	2 047 430	2 241 761	0	0	15 673 892	16 619 013
Financiamentos	54 678 471	36 037 604	21 752 602	15 313 551	0	496 057	76 431 073	51 847 212
Descobertos em DO's	2 089 557	1 643 697	1 936 613	839 642	64 626	769 433	4 090 796	3 252 772
<b>Particulares</b>								
Contas correntes caucionadas	6 973	11 341	0	0	0	0	6 973	11 341
Financiamentos	10 762 233	6 243 459	6 551 115	7 198 580	0	9 443	17 313 348	13 451 482
Descobertos em DO's	491 067	49 494	798 549	1 112 639	29	24	1 289 645	1 162 157
Leasing	5 756 044	5 665 366	0	0	0	0	5 756 044	5 665 366
<b>Total dos créditos</b>	<b>87 410 807</b>	<b>64 028 213</b>	<b>33 086 309</b>	<b>26 706 173</b>	<b>64 655</b>	<b>1 274 957</b>	<b>120 561 771</b>	<b>92 009 343</b>
<b>Menos:</b>								
Total de Provisões (ver notas 2.2 f))	-4 489 269	-5 249 939	-7 722 220	-5 134 208	-6 463	-527 028	-12 217 952	-10 911 175
<b>Total dos Créditos líquidos de Provisões</b>	<b>82 921 538</b>	<b>58 778 274</b>	<b>25 364 089</b>	<b>21 571 965</b>	<b>58 192</b>	<b>747 929</b>	<b>108 343 819</b>	<b>81 098 168</b>

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO							
	AOA		USD		EUR		TOTAL	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
<b>Créditos</b>								
<b>Empresas</b>								
Contas correntes caucionadas	100 702	139 771	15 131	21 794	0	0	115 833	161 565
Financiamentos	404 082	350 345	160 756	148 873	0	4 823	564 838	504 041
Descobertos em DO's	15 442	15 979	14 312	8 163	477	7 480	30 231	31 622
<b>Particulares</b>								
Contas correntes caucionadas	52	110	0	0	0	0	52	110
Financiamentos	79 535	60 697	48 413	69 982	0	92	127 948	130 771
Descobertos em DO's	3 629	481	5 902	10 817	0	0	9 531	11 298
Leasing	42 538	55 077	0	0	0	0	42 538	55 077
<b>Total dos créditos</b>	<b>645 980</b>	<b>622 460</b>	<b>244 514</b>	<b>259 629</b>	<b>477</b>	<b>12 395</b>	<b>890 971</b>	<b>894 484</b>
<b>Menos:</b>								
Total de Provisões (ver notas 2.2 f))	-33 177	-51 038	-57 068	-49 913	-48	-5 124	-90 293	-106 075
<b>Total dos Créditos líquidos de Provisões</b>	<b>612 803</b>	<b>571 422</b>	<b>187 446</b>	<b>209 716</b>	<b>429</b>	<b>7 271</b>	<b>800 678</b>	<b>788 409</b>

Relativamente ao movimento de Provisões para operações de crédito, temos o seguinte:

### 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO						
	SALDO INICIAL	DOTAÇÕES	REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	EFEITO CAMBIAL	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para Crédito Vivo	4 499 059	68 332 813	-69 552 071	0	-361 435	0	2 918 366
Provisões para Crédito Vencido	6 412 116	8 199 212	-4 152 001	-1 936 327	776 586	0	9 299 586
<b>Total de Provisões</b>	<b>10 911 175</b>	<b>76 532 025</b>	<b>-73 704 072</b>	<b>-1 936 327</b>	<b>415 151</b>	<b>0</b>	<b>12 217 952</b>

### 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO						
	SALDO INICIAL	DOTAÇÕES	REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	EFEITO CAMBIAL	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para Crédito Vivo	15 941 740	6 206 989	-51 250	-115 370 419	2 404 760	95 367 239	4 499 059
Provisões para Crédito Vencido	7 516 824	8 580 675	-39 832	-358 798 709	16 439 161	332 713 997	6 412 116
<b>Total de Provisões</b>	<b>23 458 564</b>	<b>14 787 664</b>	<b>-91 082</b>	<b>-474 169 128</b>	<b>18 843 921</b>	<b>428 081 236</b>	<b>10 911 175</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, as utilizações dizem respeito ao desreconhecimento de balanço de um conjunto de créditos totalmente provisionados, decidido pela gestão do Banco, no montante de 385.453 milhares de AOA, e adicionalmente concernem a valores desreconhecidos no âmbito da operação de cedência, realizada em 31 de Dezembro de 2014, no montante de 88.716 milhares de AOA (ver nota 28). Os valores referentes a outras regularizações, em 2014, concernem ao reforço de provisões decretado nas medidas de saneamento do BNA, referentes a 20 de Outubro de 2014, que foram registados por contrapartida de resultados transitados, no montante de 428.081 milhões de AOA (AOA 423.721 milhões e AOA 4.360 milhões) (ver Nota 28). Em termos de matriz de migração dos níveis de risco temos o seguinte:

	DEZEMBRO 15									
	A	B	C	D	E	F	G	AMORTIZAÇÃO/ OUTROS	CARTEIRA EM DEZ-14	
<b>DEZEMBRO 14</b>	A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	
	B	0%	53%	7%	2%	2%	13%	1%	21%	64 584 459
	C	0%	64%	0%	0%	0%	1%	26%	9%	4 996 766
	D	0%	17%	0%	0%	2%	7%	40%	34%	1 110 066
	E	0%	2%	0%	6%	2%	0%	86%	3%	42 686
	F	0%	20%	0%	0%	0%	0%	55%	25%	115 421
	G	0%	8%	0%	0%	0%	0%	74%	18%	21 159 945
<b>Carteira de 2014 em Dez-15</b>	<b>0</b>	<b>39 621 738</b>	<b>4 766 595</b>	<b>1 288 546</b>	<b>1 158 636</b>	<b>8 746 288</b>	<b>18 097 189</b>	<b>18 330 351</b>	<b>92 009 343</b>	

E em dólares norte-americanos:

### 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO						
	SALDO INICIAL	DOTAÇÕES	REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	EFEITO CAMBIAL	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para Crédito Vivo	43 738	568 112	-578 249	0	-12 033	0	21 568
Provisões para Crédito Vencido	62 337	68 167	-34 519	-14 310	-12 950	0	68 725
<b>Total de Provisões</b>	<b>106 075</b>	<b>636 279</b>	<b>-612 768</b>	<b>-14 310</b>	<b>-24 983</b>	<b>0</b>	<b>90 293</b>

### 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO						
	SALDO INICIAL	DOTAÇÕES	REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	EFEITO CAMBIAL	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para Crédito Vivo	162 574	63 133	-521	-1 173 464	22 010	970 006	43 738
Provisões para Crédito Vencido	77 733	87 276	-405	-3 649 440	163 048	3 384 125	62 337
<b>Total de Provisões</b>	<b>240 307</b>	<b>150 409</b>	<b>-926</b>	<b>-4 822 904</b>	<b>185 058</b>	<b>4 354 131</b>	<b>106 075</b>

Valores em milhares de kwanzas

## NOTA 9 - OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os Outros valores decompõem-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL											
	AOA						USD					
	VALOR BRUTO	DEZ 15 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	DEZ 14 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	DEZ 15 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	DEZ 14 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO
Outros valores												
Dividendos a receber	32 346	0	32 346	58 595	0	58 595	239	0	239	570	0	570
Impostos a recuperar	2 119 494	-1 965 496	153 998	152 854	0	152 854	15 664	-14 525	1 139	1 486	0	1 486
Devedores Diversos	489 956 962	-3 467 020	486 489 942	382 556 091	-1 631 103	380 924 988	3 620 863	-25 622	3 595 241	3 719 084	-15 857	3 703 227
Despesas Antecipadas	746 394	0	746 394	592 832	0	592 832	5 516	0	5 516	5 763	0	5 763
Outros adiantamentos	856 470	-212 831	643 639	198 488	0	198 488	6 329	-1 573	4 756	1 930	0	1 930
<b>Total</b>	<b>493 711 666</b>	<b>-5 645 347</b>	<b>488 066 319</b>	<b>383 558 860</b>	<b>-1 631 103</b>	<b>381 927 757</b>	<b>3 648 611</b>	<b>-41 720</b>	<b>3 606 891</b>	<b>3 728 833</b>	<b>-15 857</b>	<b>3 712 976</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO											
	AOA						USD					
	VALOR BRUTO	DEZ 15 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	DEZ 14 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	DEZ 15 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	DEZ 14 PROVISÕES	VALOR LÍQUIDO
Impostos a recuperar	2 119 494	-1 965 496	153 998	152 854	0	152 854	15 662	-14 525	1 137	1 486	0	1 486
Devedores Diversos	489 916 603	-3 467 020	486 449 583	382 640 982	-1 631 103	381 009 879	3 620 565	-25 622	3 594 943	3 719 909	-15 857	3 704 052
Despesas Antecipadas	753 620	0	753 620	597 606	0	597 606	5 570	0	5 570	5 810	0	5 810
Outros adiantamentos	856 470	-212 831	643 639	198 488	0	198 488	6 329	-1 573	4 756	1 930	0	1 930
<b>Total</b>	<b>493 646 187</b>	<b>-5 645 347</b>	<b>488 000 840</b>	<b>383 589 930</b>	<b>-1 631 103</b>	<b>381 958 827</b>	<b>3 648 126</b>	<b>-41 720</b>	<b>3 606 406</b>	<b>3 729 135</b>	<b>-15 857</b>	<b>3 713 278</b>

O valor registado em Devedores Diversos em 2014 concerne essencialmente ao valor a receber da contraparte da operação de cedência de

activos, no montante de AOA 380.743 milhões (USD 3.701 milhões) (ver nota 28).

O pagamento destes valores será efectuado a

partir de 15 de Julho de 2016 num prazo de 5 anos, sendo a primeira tranche respeitante a um valor de AOA 47.040.000 milhares sob a

forma de dívida pública, com taxa de juro de 5% e prazo de reembolso de 24 anos, a partir desta primeira data.

Os restantes valores a receber serão repartidos em parcelas iguais e encontram-se a ser remunerados à taxa de 7%, desde 1 de Janeiro de 2015, até à data de liquidação efectiva de cada uma das parcelas. Estes valores serão liquidados anualmente a partir de 15 de Julho de 2017.

Os valores a receber iniciais, AOA 176.940.900 milhares e USD 1.981.318 milhares, e relativa-

mente a Dezembro de 2015, encontram-se acrescidos de juros à taxa de 7%, no valor de AOA 30.965.963 milhares.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica Despesas antecipadas é constituída essencialmente por valores pagos antecipadamente respeitantes a seguros e rendas.

Abaixo segue a movimentação das provisões referidas nos quadros supra em AOA e USD:

Valores em milhares de kwanzas

INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PROVISÕES ESPECÍFICAS PARA PERDAS	
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	347 852
Dotações / Reposições	460 680
Utilizações	-4 791 511
Variação cambial e outras regularizações	5 614 082
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1 631 103
Dotações / Reposições	3 847 543
Utilizações	-115 243
Variação cambial e outras regularizações	281 944
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	5 645 347

Valores em milhares de dólares norte-americanos

INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PROVISÕES ESPECÍFICAS PARA PERDAS	
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	3 563
Dotações / Reposições	4 686
Utilizações	-46 581
Variação cambial e outras regularizações	54 189
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	15 857
Dotações / Reposições	31 988
Utilizações	-852
Variação cambial e outras regularizações	-5 273
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	41 720

O valor de provisões para Devedores diversos inclui um montante de 457.019 milhares de AOA, referentes a cartões de crédito registados na rubrica 1.50 (nota 7).

Em 2014, os valores referentes a variação cambial e outras regularizações dizem essencialmente respeito ao reforço de provisões no âmbito das medidas de saneamento do BNA, referentes a 20 de Outubro de 2014, que foi re-

gistado em contrapartida de Resultados transitados, 4.801 milhões de AOA referentes a imóveis e 840 milhões de AOA referentes a projectos de investimento descontinuados (ver nota 28).

Também em 2014 os valores registados em utilizações dizem essencialmente respeito aos valores utilizados no âmbito da operação de cedência de activos, 4.443 milhões de AOA (43 milhões de USD) (ver nota 28).



## NOTA 10 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

A rubrica Bens não de uso próprio é exclusivamente relativa a imóveis que não são parte integrante das instalações do BE, nem se destinam à prossecução do seu objecto social, e decompõe-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	DEZ 15	DEZ 14	DEZ 15	DEZ 14
Outros	160 125	0	1 183	0
<b>Total</b>	<b>160 125</b>	<b>0</b>	<b>1 183</b>	<b>0</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco alienou todos os valores registados na rubrica Bens de não uso próprio, dado que os mesmos foram englobados no âmbito da operação de cedência de activos, AOA 75.580.011 milhares referentes aos bens afectos ao Fundo BESA Valorização e outros activos imobiliários registados nesta rubrica no montante líquido de provisão de AOA 2.046.432 milhares (ver nota 28). Essa mesma provisão foi utilizada no âmbito da operação de cedência de activos (ver nota 28). Em termos individuais a justificação da movimentação de provisões para Bens de não uso próprio é a seguinte:

INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PROVISÕES ESPECÍFICAS PARA PERDAS	AOA	USD
	Saldo em 1 de Janeiro de 2014	0
Dotações / Reposições	241 471	2 456
Utilizações	-25 426 522	-247 188
Variação cambial e outras regularizações	25 185 051	244 732
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	0	0
Dotações / Reposições	0	0
Utilizações	0	0
Variação cambial e outras regularizações	0	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	0	0

Os valores referentes a variação cambial e outras regularizações, em 2014, concernem ao reforço de provisões decretado pela resolução do BNA, referente a 4 de Agosto, que foi registado em contrapartida de Resultados transitados, no montante de 25.185 milhões de AOA (239 milhões de USD) (ver nota 28).

As utilizações, em 2014, estão relacionadas com a operação de cedência de activos, no montante de 24.561 milhões de AOA (238 milhões de USD) (ver nota 28).

## NOTA 11 - IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS E INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a carteira de participações financeiras detalha-se como se segue:

valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
<b>Coligadas em relação de Grupo</b>				
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>				
Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	745 984	436 282	0	0
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES</b>				
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	0	0	0	0
<b>Coligadas em relação de participação</b>				
Tranquilidade Angola, SA	508 499	280 422	508 499	280 422
<b>Participações em Outras Sociedades</b>				
EMIS	91 029	65 850	92 475	67 296
BVDA	21 544	16 377	21 544	16 377
<b>TOTAL</b>	<b>1 367 056</b>	<b>798 931</b>	<b>622 518</b>	<b>364 095</b>

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
<b>Coligadas em relação de Grupo</b>				
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>				
Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	5 513	4 241	0	0
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES</b>				
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	0	0	0	0
<b>Coligadas em relação de participação</b>				
Tranquilidade Angola, SA	3 758	2 726	3 758	2 726
<b>Participações em Outras Sociedades</b>				
EMIS	673	642	673	655
BVDA	159	159	159	159
<b>TOTAL</b>	<b>10 103</b>	<b>7 768</b>	<b>4 590</b>	<b>3 540</b>

O valor da participação da ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. encontra-se reduzido a zero, considerando que a participada tem fundos próprios negativos. Para o efeito, foi ainda constituída uma provisão correspondente à percentagem detida dos fundos próprios da Sociedade (ver nota 17), uma vez que há a intenção manifesta do Banco, na sua quota parte, em manter o seu apoio financeiro à Sociedade.

### **IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

#### **EMIS**

Em 31 de Dezembro de 2015, o BE detém uma participação totalmente subscrita e realizada de 2,29% (correspondendo a 20.839 acções) no capital da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), empresa que implementou o sistema automático de pagamentos e cartões multicaixa em Angola.

As restantes quotas partes são detidas pelos Bancos que operam no mercado.

#### **BVDA**

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 o BE subscreveu e realizou 1.419 acções da Bolsa de Valores e Derivados de

Angola (BVDA), assumindo assim uma participação de 1,1% no capital desta entidade que se mantém até à data de Balanço.

Nesta data a ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. detém ainda 0,1% do capital desta Sociedade, que adquiriu durante 2011.

Em 2014 os accionistas da BVDA aprovaram a extinção da empresa por contrapartida da devolução aos accionistas do valor nominal do capital social realizado. A extinção deveria ter ocorrido em 2014, mas tal não aconteceu.

#### **TRANQUILIDADE ANGOLA, SA**

Durante o exercício de 2012, o BE adquiriu 21% do capital da Tranquilidade Angola, S.A. correspondente a 1.050 acções desta Sociedade, cujo objecto social é a actividade seguradora universal.

As acções foram subscritas e realizadas acima do par, tendo o Banco pago um prémio, à data da compra, de 196.991 AOA por acção.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco Económico procedeu à conversão de um valor anteriormente na forma de um crédito, no montante de AOA 128.743 milhares, em Prestações Suplementares, não remuneradas, estando a sua restituição dependente da evolução dos capitais próprios da sociedade.

**ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.**

No dia 14 de Janeiro de 2008 o BE foi autorizado a constituir uma Sociedade Gestora de Fundos de Investimento (ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.) em Angola. O BE detém a maioria do capital desta Sociedade, que resulta de uma parceria com a GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. (Grupo Novo Banco), ficando assim habilitado e em condições de aumentar a sua oferta de produtos ao cliente.

Os dados societários desta Sociedade são como se segue:

**Denominação:** ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

**Sede social:** Rua Guilherme Pereira Inglês, N.º 43, 1.º – Largo e Bairro da Ingombota Luanda

**Entidade de supervisão:** ARSEG

O Capital social, totalmente subscrito e realizado ao par, é o contravalor em kwanzas à data da constituição de 1.200.000 dólares norte-americanos (USD), representado por 1.000 acções, com valor nominal unitário de 1.200 USD, correspondente a 90.000.000 AOA.

A estrutura accionista desta Sociedade (câmbio histórico) é como se segue:

	ACCÕES	% CAPITAL	INVESTIMENTO AOA	INVESTIMENTO USD
BE, SA	630	63%	55 800 000	744 000
GNB - Participações Internacionais, SGPS, SA,	350	35%	31 500 000	420 000
2 Accionistas Particulares (10 acções cada)	20	2%	2 700 000	36 000
<b>Total</b>	<b>1 000</b>	<b>100%</b>	<b>90 000 000</b>	<b>1 200 000</b>

Em conformidade com o disposto no Aviso N.º 14/07 de 12 de Setembro, o BE consolida integralmente esta entidade nas suas contas.

### **ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

No decurso de 2009, e na sequência da autorização obtida em 1 de Outubro de 2008, o BE constituiu uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. O início da actividade desta Sociedade ocorreu no segundo mês de 2010.

O BE detém a maioria do capital desta Sociedade, que resulta de uma parceria com a GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. (Grupo Novo Banco), ficando assim habilitado e em condições de aumentar a sua oferta de produtos ao cliente.

Os dados societários desta Sociedade são como se segue:

**Denominação:** ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

**Sede social:** Rua Guilherme Pereira Inglês, Nº 43, 1º – Largo e Bairro da Ingombota Luanda

**Entidade de supervisão:** ARSEG

O Capital social, totalmente subscrito e realizado ao par, é o contravalor em kwanzas à data da constituição de 1.400.000 dólares norte-americanos (USD), representado por 1.000 acções, com valor nominal unitário de 1.400 USD, que corresponde a 105.000.000 AOA.

A estrutura accionista desta Sociedade (câmbio histórico) é como se segue:

	ACCÕES	% CAPITAL	INVESTIMENTO AOA	INVESTIMENTO USD
BE, SA	630	63%	65 100 000	868 000
GNB - Participações Internacionais, SGPS, SA,	350	35%	36 750 000	490 000
2 Accionistas Particulares (10 acções cada)	20	2%	3 150 000	42 000
Total	1 000	100%	105 000 000	1 400 000

A Sociedade gere, em 31 de Dezembro de 2015, cinco Fundos de Pensões. Quatro dos Fundos de Pensões foram transferidos de outra Sociedade Gestora para a ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., no final de 2013 e ano de 2014. A Sociedade é alheia a qualquer facto ou questão respeitante à gestão dos

referidos quatro Fundos em momento anterior à autorização do Ministério das Finanças para a transferência da sua gestão.

Em conformidade com o disposto no Aviso Nº 14/07 de 12 de Setembro, o BE consolida integralmente esta entidade nas suas contas.

De seguida apresenta-se a informação financeira das coligadas do Banco:

valores em milhares de kwanzas

	ACTIVO		PASSIVO		FUNDOS PRÓPRIOS		CAPITAL E RESERVAS		RESULTADO LÍQUIDO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Coligadas em relação de Grupo</b>										
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	1 483 878	974 799	299 776	280 859	1 184 102	693 940	669 621	378 676	514 481	315 263
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	192 703	6 781	223 520	120 460	-30 817	-113 679	-52 341	-94 783	21 524	-18 896
<b>Coligadas em relação de participação</b>										
Tranquilidade Angola, SA	5 543 398	3 756 319	4 923 177	3 391 632	620 222	364 687	660 658	188 949	-40 437	175 738

valores em milhares de dólares norte-americanos

	ACTIVO		PASSIVO		FUNDOS PRÓPRIOS		CAPITAL E RESERVAS		RESULTADO LÍQUIDO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Coligadas em relação de Grupo</b>										
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	10 966	9 477	2 215	2 730	8 751	6 747	4 949	3 681	3 802	3 065
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 424	66	1 652	1 171	-228	-1 105	-387	-921	158	-185
<b>Coligadas em relação de participação</b>										
Tranquilidade Angola, SA	40 967	36 518	36 383	32 972	4 584	3 545	4 882	1 837	-299	1 708

O valor da participação da ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. encontra-se reduzido a zero, considerando que a participada tem capitais próprios negativos. Para o efeito, foi ainda cons-

tituída uma provisão correspondente à percentagem detida dos Fundos Próprios da sociedade (ver nota 17), uma vez que há a intenção manifesta do Banco, na sua proporção detida do capital, em manter o seu apoio financeiro à sociedade.

valores em milhares de kwanzas

	CUSTO DA PARTICIPAÇÃO		INTERESSE ECONÓMICO		VALOR DE BALANÇO		RESULTADOS DAS SOCIEDADES ATRIBUÍVEIS AO BE		RESULTADOS DAS SOCIEDADES ATRIBUÍVEIS AO GRUPO (CONTAS CONSOLIDADAS)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Coligadas em relação de Grupo										
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	55 800	55 800	63%	63%	745 984	436 282	324 123	218 621	n.a.	n.a.
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	65 100	65 100	63%	63%	-19 415	-72 668	13 560	-11 904	n.a.	n.a.
Coligadas em relação de participação										
Tranquilidade Angola, SA	363 876	363 876	21%	21%	508 499	280 422	96 601	31 880	96 601	31 880
<b>TOTAL</b>	<b>484 776</b>	<b>484 776</b>			<b>1 235 068</b>	<b>644 036</b>	<b>434 284</b>	<b>238 597</b>	<b>96 601</b>	<b>31 880</b>

valores em milhares de dólares norte-americanos

	CUSTO DA PARTICIPAÇÃO		INTERESSE ECONÓMICO		VALOR DE BALANÇO		RESULTADOS DAS SOCIEDADES ATRIBUÍVEIS AO BE		RESULTADOS DAS SOCIEDADES ATRIBUÍVEIS AO GRUPO (CONTAS CONSOLIDADAS)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Coligadas em relação de Grupo										
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	412	542	63%	63%	5 513	4 241	2 695	2 224	n.a.	n.a.
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	481	633	63%	63%	-143	-706	113	-121	n.a.	n.a.
Coligadas em relação de participação										
Tranquilidade Angola, SA	2 689	3 537	21%	21%	3 758	2 726	803	324	803	18
<b>TOTAL</b>	<b>3 582</b>	<b>4 712</b>			<b>9 128</b>	<b>6 261</b>	<b>3 611</b>	<b>2 427</b>	<b>803</b>	<b>18</b>



No corrente exercício foram registados dois outros valores em proveitos (Resultado de imobilizações financeiras) que passamos a destacar:

- ☉ dividendos da sociedade ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., no montante de AOA 90.941 milhares;
- ☉ juros de prestações suplementares recebidos da sociedade EMIS, no valor de AOA 1.829 milhares.

Os Interesses minoritários nas Demonstrações financeiras consolidadas do Banco são como se segue:

valores em milhares de kwanzas

	2015		2014	
	BALANÇO	RESULTADO	BALANÇO	RESULTADO
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>				
Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	438 118	190 358	237 259	116 647
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES</b>				
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-11 402	7 964	-42 061	-6 991
<b>TOTAL</b>	<b>426 715</b>	<b>198 322</b>	<b>195 198</b>	<b>109 656</b>

valores em milhares de dólares norte-americanos

	2015		2014	
	BALANÇO	RESULTADO	BALANÇO	RESULTADO
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>				
Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	3 238	1 583	2 307	1 186
<b>ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES</b>				
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-84	66	-409	-71
<b>TOTAL</b>	<b>3 153</b>	<b>1 649</b>	<b>1 898</b>	<b>1 115</b>

## NOTA 12 - IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo às datas de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, decompõe-se, quanto à sua natureza, como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	AOA		USD		AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>								
Software	2 433 644	2 327 736	17 985	22 629	2 460 057	2 354 149	18 180	22 886
Gastos de Organização e Expansão	343 741	0	2 540	0	343 741	0	2 540	0
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2 418 238	2 451 328	17 871	23 831	2 418 238	2 451 328	17 872	23 831
Amortizações acumuladas	-2 776 222	-2 291 136	-20 516	-22 274	-2 799 917	-2 313 839	-20 692	-22 494
<b>Imobilizado Incorpóreo líquido</b>	<b>2 419 401</b>	<b>2 487 928</b>	<b>17 880</b>	<b>24 187</b>	<b>2 422 119</b>	<b>2 491 638</b>	<b>17 900</b>	<b>24 223</b>
<b>Imobilizado Corpóreo</b>								
Imóveis	44 928 162	10 832 211	332 027	105 308	44 928 162	10 832 211	332 027	105 308
De serviço próprio	44 928 162	10 832 211	332 027	105 308	44 928 162	10 832 211	332 027	105 308
Equipamento	8 864 727	7 397 590	65 512	71 918	8 900 069	7 416 076	65 772	72 096
Mobiliário e material	1 714 259	906 617	12 669	8 814	1 749 601	925 104	12 930	8 994
Máquinas e ferramentas	431 768	396 373	3 191	3 854	431 768	396 373	3 190	3 853
Equipamento informático	1 989 693	1 821 612	14 704	17 709	1 989 693	1 821 612	14 704	17 709
Instalações interiores	1 543 492	1 133 566	11 407	11 020	1 543 492	1 133 566	11 407	11 020
Material de transporte	1 392 398	1 366 886	10 290	13 288	1 392 398	1 366 886	10 290	13 288
Equipamento de segurança	1 793 117	1 772 535	13 251	17 232	1 793 117	1 772 535	13 251	17 232
Outras imobilizações	10 072	10 072	74	98	10 072	10 072	74	98
Património artístico	10 072	10 072	74	98	10 072	10 072	74	98
Imobilizado em curso	460 530	35 071 909	3 404	340 957	460 530	35 071 909	3 404	340 957
Imóveis	407 820	34 738 679	3 014	337 718	407 820	34 738 679	3 014	337 718
Equipamento	52 710	333 230	390	3 240	52 710	333 230	390	3 240
<b>Imobilizado corpóreo bruto</b>	<b>54 263 491</b>	<b>53 311 782</b>	<b>401 017</b>	<b>518 281</b>	<b>54 298 833</b>	<b>53 330 269</b>	<b>401 278</b>	<b>518 459</b>
Amortizações acumuladas	-6 873 130	-5 457 314	-50 794	-53 056	-6 887 710	-5 467 512	-50 901	-53 152
Imóveis	-1 378 973	-989 026	-10 191	-9 615	-1 378 973	-989 026	-10 191	-9 615
Equipamento	-5 494 157	-4 468 288	-40 603	-43 441	-5 508 737	-4 478 486	-40 710	-43 537
<b>Imobilizado corpóreo líquido</b>	<b>47 390 361</b>	<b>47 854 468</b>	<b>350 223</b>	<b>465 225</b>	<b>47 411 123</b>	<b>47 862 757</b>	<b>350 376</b>	<b>465 306</b>

### IMOBILIZADO INCORPÓREO

Em conformidade com o CONTIF, o valor das benfeitorias em edifícios arrendados está também registado em Imobilizado incorpóreo.

### IMOBILIZADO CORPÓREO

À data do Balanço o Imobilizado corpóreo está apresentado ao custo histórico de aquisição, excepto para os bens adquiridos até Maio de 2007, os quais foram, até essa data, reavaliados mensalmente por contrapartida de reservas, nos

termos do ponto 2 do Artigo 2 do Decreto nº 6/96, aplicando o coeficiente resultante da taxa de câmbio média oficial em vigor no último dia do mês.

O Imobilizado corpóreo está a ser amortizado em conformidade com as taxas referidas

na nota explicativa 2.2 h) às Demonstrações financeiras, que o Conselho de Administração considera não diferir significativamente da vida útil esperada.

O movimento das rubricas de Imobilizado incorpóreo e corpóreo é como se segue:

### EM TERMOS INDIVIDUAIS

valores em milhares de kwanzas

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	31 DE DEZEMBRO DE 2014			ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ALIENAÇÕES E ABATES		AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	31 DE DEZEMBRO DE 2015		
		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO			VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		VALOR LÍQUIDO		
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas											
1.90.30.10	Software	2 327 736	-1 185 324	1 142 412	105 908	0	0	0	-215 756	2 433 644	-1 401 080	1 032 564
1.90.30.20	Gastos de Organização e Expansão	0	0	0	343 741	0	0	0	-14 731	343 741	-14 731	329 010
1.90.30.40	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2 451 328	-1 105 812	1 345 516	29 338	90	-62 518	32 334	-286 933	2 418 238	-1 360 411	1 057 827
		4 779 064	-2 291 136	2 487 928	478 987	90	-62 518	32 334	-517 420	5 195 623	-2 776 222	2 419 401
1.90.20	Imobilizações Corpóreas											
1.90.20.10	Imóveis	10 832 211	-989 026	9 843 186	117 875	34 398 300	-420 224	14 354	-404 301	44 928 162	-1 378 973	43 549 189
1.90.20.20	Equipamento	7 397 590	-4 468 287	2 929 303	844 882	742 364	-120 109	85 953	-1 111 823	8 864 727	-5 494 157	3 370 570
1.90.20.30	Imobilizações em curso	35 071 909	0	35 071 909	529 375	-35 140 754	0	0	0	460 530	0	460 530
1.90.20.80	Outras imobilizações	10 072	0	10 072	0	0	0	0	0	10 072	0	10 072
		53 311 782	-5 457 313	47 854 470	1 492 132	-90	-540 333	100 307	-1 516 124	54 263 491	-6 873 130	47 390 361
	Total	58 090 846	-7 748 449	50 342 398	1 971 119	0	-602 851	132 641	-2 033 544	59 459 114	-9 649 352	49 809 762

valores em milhares de dólares norte-americanos

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	31 DE DEZEMBRO DE 2013			ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ALIENAÇÕES E ABATES		AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	DIFERENÇAS CAMBIAIS E OUTRAS REGULARIZAÇÕES		31 DE DEZEMBRO DE 2014		
		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO			VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO		
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas													
1.90.30.10	Software	22 629	-11 529	11 100	783	0	0	0	-1 794	-5 427	2 963	17 985	-10 360	7 625
1.90.30.20	Gastos de Organização e Expansão	0	0	0	2 540	0	0	0	-122	0	13	2 540	-109	2 431
1.90.30.40	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	23 831	-10 745	13 086	217	1	-462	239	-2 385	-5 716	2 844	17 871	-10 047	7 824
		46 460	-22 274	24 186	3 540	1	-462	239	-4 301	-11 143	5 820	38 396	-20 516	17 880
1.90.20	Imobilizações Corpóreas													
1.90.20.10	Imóveis	105 308	-9 615	95 693	871	254 209	-3 106	106	-3 361	-25 255	2 679	332 027	-10 191	321 836
1.90.20.20	Equipamento	71 918	-43 441	28 477	6 244	5 486	-888	635	-9 244	-17 248	11 447	65 512	-40 603	24 909
1.90.20.30	Imobilizações em curso	340 957	0	340 957	3 912	-259 696	0	0	0	-81 769	0	3 404	0	3 404
1.90.20.80	Outras imobilizações	98	0	98	0	0	0	0	0	-24	0	74	0	74
		518 281	-53 056	465 225	11 027	-1	-3 994	741	-12 605	-124 296	14 126	401 017	-50 794	350 223
	Total	564 741	-75 330	489 411	14 567	0	-4 456	980	-16 906	-135 439	19 946	439 413	-71 310	368 103

**E EM TERMOS CONSOLIDADOS**

valores em milhares de kwanzas

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	31 DE DEZEMBRO DE 2014			ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ALIENAÇÕES E ABATES		AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	31 DE DEZEMBRO DE 2015		
		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO			VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas											
1.90.30.10	Software	2 354 149	-1 207 037	1 147 112	105 908	0	0	0	-215 756	2 460 057	-1 422 793	1 037 265
1.90.30.20	Gastos de Organização e Expansão	0	0	0	343 741	0	0	0	-14 731	343 741	-14 731	329 010
1.90.30.40	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2 451 328	-1 106 802	1 344 526	29 338	90	-62 518	31 342	-286 935	2 418 238	-1 362 395	1 055 843
		4 805 477	-2 313 839	2 491 639	478 987	90	-62 518	31 342	-517 423	5 222 036	-2 799 919	2 422 118
1.90.20	Imobilizações Corpóreas											
1.90.20.10	Imóveis	10 832 211	-989 026	9 843 185	117 875	34 398 300	-420 224	14 354	-404 301	44 928 163	-1 378 973	43 549 189
1.90.20.20	Equipamento	7 416 077	-4 478 486	2 937 590	861 737	742 364	-120 109	86 945	-1 117 193	8 900 069	-5 508 734	3 391 335
1.90.20.30	Imobilizações em curso	35 071 910	0	35 071 910	529 375	-35 140 754	0	0	0	460 530	0	460 530
1.90.20.80	Outras imobilizações	10 072	0	10 072	0	0	0	0	0	10 072	0	10 072
		53 330 270	-5 467 512	47 862 757	1 508 987	-90	-540 334	101 299	-1 521 494	54 298 834	-6 887 707	47 411 127
	Total	58 135 747	-7 552 181	50 583 566	1 987 974	0	-602 852	132 642	-2 038 917	59 520 870	-9 687 626	49 833 245

valores em milhares de dólares norte-americanos

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	31 DE DEZEMBRO DE 2013			ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ALIENAÇÕES E ABATES		AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	DIFERENÇAS CAMBIAIS E OUTRAS REGULARIZAÇÕES		31 DE DEZEMBRO DE 2014		
		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO			VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas													
1.90.30.10	Software	22 886	-11 739	11 147	783	0	0	0	-1 794	-5 489	3 274	18 180	-10 259	7 921
1.90.30.20	Gastos de Organização e Expansão	0	0	0	2 540	0	0	0	-122	0	13	2 540	-109	2 431
1.90.30.40	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	23 831	-10 755	13 076	217	1	-462	232	-2 386	-5 716	3 113	17 871	-9 797	8 074
		46 717	-22 494	24 223	3 540	1	-462	232	-4 302	-11 205	6 400	38 592	-20 165	18 427
1.90.20	Imobilizações Corpóreas													
1.90.20.10	Imóveis	105 308	-9 615	95 693	871	254 209	-3 106	106	-3 361	-25 255	1 717	332 027	-11 153	320 874
1.90.20.20	Equipamento	72 096	-43 537	28 559	6 368	5 486	-888	643	-9 288	-17 290	14 135	65 772	-38 047	27 725
1.90.20.30	Imobilizações em curso	340 957	0	340 957	3 912	-259 696	0	0	0	-81 770	0	3 403	0	3 403
1.90.20.80	Outras imobilizações	98	0	98	0	0	0	0	0	-23	0	74	0	74
		518 459	-53 152	465 307	11 151	-1	-3 994	749	-12 649	-124 338	15 852	401 277	-49 200	352 076
	Total	565 176	-75 646	489 530	14 691	0	-4 456	981	-16 951	-135 543	22 251	439 868	-69 365	370 503

Uma parte significativa do valor registado em Imobilizado em curso, em 2014, diz respeito à Nova Sede do BE, cerca de AOA 33.880.655 milhares. No âmbito das medidas de saneamento do BNA, em 20 de Outubro de 2014, foi decidido reavaliar

o valor da Nova Sede, tendo sido registada uma perda em Resultados transitados no montante de 10.661.412 milhares de AOA (ver nota 28). No âmbito da operação de cedência, em 31 de Dezembro de 2014, foi também transferido do

Imobilizado um imóvel em curso, no valor de 2.928 milhares de AOA (28 milhares de USD) (ver nota 28). Uma parte significativa do valor registado em transferências, em 2015, diz respeito à Nova Sede do BE, no montante de AOA 33.880.655 milhares,

que foi transferido para Imobilizado corpóreo. No âmbito das medidas de saneamento do BNA, em 20 de Outubro de 2014, foi decidido em 2014 registar um abate no valor da Nova Sede no montante de 10.661.412 milhares de AOA (ver nota 28).

## NOTA 13 - DEPÓSITOS

Os Depósitos decompõem-se, quanto à sua natureza, taxa, contraparte e prazo residual, como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	TAXA MÉDIA %	INDIVIDUAL			
		AOA		USD	
		2015	2014	2015	2014
<b>Depósitos</b>					
Depósitos à ordem	3,01	-280 829 468	-187 883 355	-2 075 376	-1 826 540
Pessoas colectivas		-234 673 952	-152 565 552	-1 734 279	-1 483 192
Particulares		-46 155 516	-35 317 803	-341 097	-343 348
Depósitos a prazo	5,44	-228 612 557	-186 521 956	-1 689 485	-1 813 305
Pessoas colectivas		-136 881 691	-109 167 295	-1 011 578	-1 061 288
Particulares		-91 730 866	-77 354 661	-677 907	-752 017
Outros depósitos	0,00	0	-329	0	-3
<b>Total dos Depósitos</b>		<b>-509 442 025</b>	<b>-374 405 640</b>	<b>-3 764 861</b>	<b>-3 639 848</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	TAXA MÉDIA %	CONSOLIDADO			
		AOA		USD	
		2015	2014	2015	2014
<b>Depósitos</b>					
Depósitos à ordem	3,01	-280 648 515	-187 861 403	-2 074 038	-1 826 326
Pessoas colectivas		-234 492 999	-152 543 600	-1 732 941	-1 482 978
Particulares		-46 155 516	-35 317 803	-341 097	-343 348
Depósitos a prazo	5,44	-227 524 107	-185 699 747	-1 681 440	-1 805 311
Pessoas colectivas		-135 793 241	-108 345 086	-1 003 534	-1 053 295
Particulares		-91 730 866	-77 354 661	-677 906	-752 016
Outros depósitos	0,00	0	-329	0	-3
<b>Total dos Depósitos</b>		<b>-508 172 622</b>	<b>-373 561 479</b>	<b>-3 755 478</b>	<b>-3 631 640</b>

O prazo residual dos Depósitos distribui-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Prazos residuais</b>				
Até um mês	-326 982 458	-239 951 567	-2 416 455	-2 332 731
De um a três meses	-38 685 206	-59 147 581	-285 890	-575 013
De três meses a um ano	-135 947 109	-72 123 571	-1 004 671	-701 161
De um a cinco anos	-7 785 316	-3 066 083	-57 535	-29 807
Mais que cinco anos	-41 936	-116 838	-310	-1 136
<b>Total</b>	<b>-509 442 025</b>	<b>-374 405 640</b>	<b>-3 764 861</b>	<b>-3 639 848</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Prazos residuais</b>				
Até um mês	-326 805 354	-239 929 616	-2 415 144	-2 332 516
De um a três meses	-38 683 133	-58 325 371	-285 875	-567 020
De três meses a um ano	-134 856 883	-72 123 571	-996 614	-701 160
De um a cinco anos	-7 785 316	-3 066 083	-57 535	-29 807
Mais que cinco anos	-41 936	-116 838	-310	-1 136
<b>Total</b>	<b>-508 172 622</b>	<b>-373 561 479</b>	<b>-3 755 478</b>	<b>-3 631 640</b>

A decomposição dos Depósitos por indexante contratado é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Fixa	-505 767 925	-374 271 915	-3 737 709	-3 638 549
Variável	-3 674 100	-133 724	-27 152	-1 299
LIBR6M	-425	-334	-3	-3
TXJRJP	-17 002	-133 390	-126	-1 296
AOA/USD	-3 656 673	0	-27 023	0
<b>Total Geral</b>	<b>-509 442 025</b>	<b>-374 405 640</b>	<b>-3 764 861</b>	<b>-3 639 848</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Fixa	-504 498 522	-373 427 755	-3 728 326	-3 630 341
Variável	-3 674 100	-133 724	-27 152	-1 299
LIBR6M	-425	-334	-3	-3
TXJRJP	-17 002	-133 390	-126	-1 296
AOA/USD	-3 656 673	0	-27 023	0
<b>Total Geral</b>	<b>-508 172 622</b>	<b>-373 561 479</b>	<b>-3 755 478</b>	<b>-3 631 640</b>



A distribuição por diferentes moedas dos Depósitos de clientes é a seguinte:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Depósitos</b>				
Depósitos à ordem	-280 829 468	-187 883 355	-2 075 376	-1 826 540
AOA	-103 260 348	-73 312 535	-763 110	-712 720
USD	-176 464 516	-113 434 814	-1 304 103	-1 102 776
EUR	-1 091 920	-1 126 691	-8 070	-10 954
Outras	-12 684	-9 315	-93	-90
Depósitos a prazo	-228 612 557	-186 521 956	-1 689 485	-1 813 305
AOA	-101 346 966	-85 690 356	-748 972	-833 054
USD	-123 214 647	-97 479 268	-910 576	-947 661
EUR	-4 050 944	-3 352 332	-29 937	-32 590
Outros depósitos	0	-329	0	-3
USD	0	-329	0	-3
<b>Total dos Depósitos</b>	<b>-509 442 025</b>	<b>-374 405 640</b>	<b>-3 764 861</b>	<b>-3 639 848</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Depósitos</b>				
Depósitos à ordem	-280 648 515	-187 861 403	-2 074 038	-1 826 326
AOA	-103 079 395	-73 290 584	-761 773	-712 507
USD	-176 464 516	-113 434 814	-1 304 102	-1 102 776
EUR	-1 091 920	-1 126 691	-8 070	-10 953
Outras	-12 684	-9 314	-93	-90
Depósitos a prazo	-227 524 107	-185 699 747	-1 681 440	-1 805 311
AOA	-100 258 516	-84 868 147	-740 927	-825 060
USD	-123 214 647	-97 479 268	-910 576	-947 661
EUR	-4 050 944	-3 352 332	-29 937	-32 590
Outros depósitos	0	-329	0	-3
USD	0	-329	0	-3
<b>Total dos Depósitos</b>	<b>-508 172 622</b>	<b>-373 561 479</b>	<b>-3 755 478</b>	<b>-3 631 640</b>

## NOTA 14 - CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

As Captações para liquidez, à vista e a prazo, decompõem-se como se segue, e os valores reportados incluem o valor a pagar acrescido do respectivo juro:

Valores em milhares da respectiva moeda

	TAXA MÉDIA %	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
		AOA		USD	
		2015	2014	2015	2014
<b>Operações de mercado monetário interfinanceiro</b>					
<b>À vista</b>					
No país	0,00	0	0	0	0
No estrangeiro	0,00	-2 506 418	-2 405 524	-18 523	-23 386
<b>A prazo</b>					
No país	14,10	-143 762 224	-120 777 540	-1 062 426	-1 174 159
No estrangeiro	4,60	-58 496 376	-44 054 218	-432 298	-428 281
<b>Total</b>		<b>-204 765 018</b>	<b>-167 237 282</b>	<b>-1 513 247</b>	<b>-1 625 825</b>

O saldo das contas à vista e a prazo em instituições de crédito no estrangeiro reflecte a tomada de fundos junto do accionista do BE, o Novo Banco S.A..

Em 2014, e no âmbito das medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola, verificou-se a conversão de parte do financiamento do BES, no montante de AOA 450.959 milhões, para absorção dos prejuízos acumulados, para a constituição de novos financiamentos, e para a concretização do aumento de capital ocorrido, conforme se segue (ver nota 28):

**a)** aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior, no montante de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios

dos accionistas, no valor de AOA 425.139 milhões, por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os accionistas do banco à data viram as suas participações no capital social completamente diluídas;

- b)** conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,72% na instituição;
- c)** conversão do montante de AOA 41.596 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante

- a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública;
- d) conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilida-

de de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.

O prazo residual das operações de mercado monetário interfinanceiro distribui-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Prazos residuais</b>				
Até um mês	-146 268 641	-101 403 263	-1 080 949	-985 809
De três meses a um ano	-58 496 377	-21 779 801	-432 298	-211 736
De um a cinco anos	0	-44 054 218	0	-428 280
<b>Total</b>	<b>-204 765 018</b>	<b>-167 237 282</b>	<b>-1 513 247</b>	<b>-1 625 825</b>

A decomposição das Captações para liquidez por indexante contratado e por residência fiscal é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fixa</b>	<b>-204 765 018</b>	<b>-167 237 282</b>	<b>-1 513 247</b>	<b>-1 625 825</b>
BNA	-143 762 223	-88 763 351	-1 062 426	-862 928
Outras Instituições de Crédito	-61 002 795	-78 473 931	-450 821	-762 897
<b>Total Geral</b>	<b>-204 765 018</b>	<b>-167 237 282</b>	<b>-1 513 247</b>	<b>-1 625 825</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Não Residente fiscal</b>	<b>-61 002 795</b>	<b>-46 459 742</b>	<b>-450 821</b>	<b>-451 666</b>
<b>Residente fiscal</b>	<b>-143 762 223</b>	<b>-120 777 540</b>	<b>-1 062 426</b>	<b>-1 174 159</b>
BNA	-143 762 223	-88 763 351	-1 062 426	-862 928
Outras Instituições de Crédito	0	-32 014 189	0	-311 231
<b>Total Geral</b>	<b>-204 765 018</b>	<b>-167 237 282</b>	<b>-1 513 247</b>	<b>-1 625 825</b>

A distribuição por moeda é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Operações de mercado monetário interfinanceiro</b>				
<b>À vista</b>				
USD	-1 192 222	-246 452	-8 811	-2 396
EUR	-1 314 197	-2 159 072	-9 712	-20 990
<b>A prazo</b>				
AOA	-143 762 223	-120 777 540	-1 062 426	-1 174 159
USD	-58 496 376	-44 054 218	-432 298	-428 280
<b>Total</b>	<b>-204 765 018</b>	<b>-167 237 282</b>	<b>-1 513 247</b>	<b>-1 625 825</b>

## NOTA 15 - DÍVIDAS SUBORDINADAS

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de Dívidas subordinadas refere-se ao empréstimo concedido pelo Novo Banco em Outubro de 2014, pelo prazo de 10 anos, no montante de AOA 41.595 milhões (428.578 milhares de USD).

Este empréstimo decorre da resolução de 4 de Agosto de 2014 do BNA (ver nota 28), resultante da conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos com uma taxa de 5%, com pagamentos trimestrais, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do

prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, este empréstimo está coberto em 50% por títulos, com penhor de primeiro grau sobre 21.244 Obrigações do Tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola.

À data destas Demonstrações financeiras o valor do empréstimo acrescido dos juros corridos é de 57.993.020 milhares de AOA (428.578 milhares de USD), e em 2014, 44.084.809 milhares de AOA (428.578 milhares de USD).

## NOTA 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as Outras obrigações e os Adiantamentos a Clientes decompõem-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Encargos fiscais a pagar	-19 823	-2 734 116	-146	-26 580
Encargos fiscais a pagar	-19 823	-2 734 116	-146	-26 580
Fornecedores	-1 823 673	-2 337 400	-13 477	-22 724
Outros impostos a entregar ao Estado	-616 770	-271 838	-4 558	-2 643
Mensualização de custos com pessoal	-2 415 684	-1 372 403	-17 852	-13 342
Outros Credores	-31 172 611	-21 500 956	-230 371	-209 025
Outros	-622 869	0	-4 603	0
Outras Obrigações	-36 651 607	-25 482 597	-270 861	-247 734
<b>Total</b>	<b>-36 671 430</b>	<b>-28 216 713</b>	<b>-271 007</b>	<b>-274 314</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Encargos fiscais a pagar	-233 575	-2 867 467	-1 726	-27 877
Encargos fiscais a pagar	-233 575	-2 867 467	-1 726	-27 877
Fornecedores	-1 938 398	-2 444 718	-14 326	-23 766
Outros impostos a entregar ao Estado	-619 930	-308 976	-4 581	-3 004
Mensualização de custos com pessoal	-2 420 717	-1 374 896	-17 889	-13 366
Outros Credores	-31 172 611	-21 500 956	-230 371	-209 025
Outros	-609 524	-28 580	-4 504	-278
Outras Obrigações	-36 761 180	-25 658 126	-271 671	-249 439
<b>Total</b>	<b>-36 994 755</b>	<b>-28 525 593</b>	<b>-273 397</b>	<b>-277 316</b>

Os Encargos fiscais a pagar referem-se ao valor de Imposto Industrial adicional a pagar respeitante ao ano de 2009, e relativo ao qual já foram liquidadas quatro de quarenta prestações.

Os Outros impostos a entregar ao Estado incluem Imposto Industrial sobre contratos, Imposto de Selo, Imposto de Consumo, Imposto Predial Urbano, Imposto sobre a Utilização de Crédito, Imposto sobre Trabalho Dependente e Segurança Social.

No corrente exercício, o Banco apurou lucro tributável de AOA 3.980.005 milhares, mas pelo facto de ter um prejuízo fiscal acumulado à data de Dezembro de 2014, de AOA 53.306.633 milhares, não foi registada qualquer estimativa de Imposto Industrial (ver nota 25).

Adicionalmente, a ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. registou prejuízo em 2014.

Em conformidade com o Código do Imposto Industrial em vigor, estes prejuízos poderão ser deduzidos até à concorrência do seu valor, à matéria colectável dos três exercícios posteriores aos em que foram gerados. Não foram registados quaisquer impostos diferidos activos, uma vez que a gestão do Banco considera existir uma elevada incerteza na recuperabilidade dos referidos prejuízos fiscais.

A rubrica de Mensualização de custos com pessoal refere-se a valores já registados em custos mas ainda não liquidados (provisão para subsídio de férias).

A rubrica de Outros Credores inclui os valores resultantes da operação de cedência em termos de responsabilidades do Banco, no valor de cerca de AOA 31.172.611 milhares (ver nota 28).

## NOTA 17 – PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

Relativamente a provisões para Responsabilidades prováveis, os valores existentes no balanço são os que se seguem:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Provisões para Imobilizado Financeiro (ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.)	19 415	144	72 668	706
Provisões para Garantias Prestadas	965 209	7 133	1 241 227	12 067
Outras Provisões	1 197 897	8 853	7 807 983	75 907
<b>Total</b>	<b>2 182 521</b>	<b>16 130</b>	<b>9 121 878</b>	<b>88 680</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Provisões para Garantias Prestadas	965 209	7 133	1 241 227	12 067
Outras Provisões	1 221 217	9 025	7 809 406	75 920
<b>Total</b>	<b>2 186 426</b>	<b>16 158</b>	<b>9 050 633</b>	<b>87 987</b>

As provisões para Garantias prestadas e Créditos documentários de importação foram constituídas de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/12, de 28 de Março, do BNA, até às medidas de saneamento de 20 de Outubro, do BNA. Após essa mesma resolução, o Banco passou a registar a provisão para Garantias prestadas e Créditos documentários de acordo com os critérios definidos no âmbito da resolução.



O movimento verificado nas rubricas de provisões para Responsabilidades prováveis, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foi como se segue:

Valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	PROVISÕES PARA IMOBILIZADO FINANCEIRO	PROVISÕES PARA GARANTIAS PRESTADAS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL	PROVISÕES PARA IMOBILIZADO FINANCEIRO	PROVISÕES PARA GARANTIAS PRESTADAS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	60 257	357 402	244 089	661 748	0	357 402	245 213	602 615
Dotações / Reposições	12 411	-708 319	10 337 764	9 641 856	0	-708 319	10 337 764	9 629 445
Utilizações	0	-3 684 281	-3 037 907	-6 722 187	0	-3 684 281	-3 037 907	-6 722 188
Variação cambial e outras regularizações	0	5 276 425	264 036	5 540 461	0	5 276 425	264 336	5 540 761
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	72 668	1 241 227	7 807 983	9 121 878	0	1 241 227	7 809 406	9 050 633
Dotações / Reposições	-13 560	-559 109	-9 522 567	-10 095 236	0	-559 109	-9 522 567	-10 081 676
Variação cambial e outras regularizações	-39 693	283 091	2 912 481	3 155 879	0	283 091	2 934 378	3 217 469
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	19 415	965 209	1 197 897	2 182 521	0	965 209	1 221 217	2 186 426

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	PROVISÕES PARA IMOBILIZADO FINANCEIRO	PROVISÕES PARA GARANTIAS PRESTADAS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL	PROVISÕES PARA IMOBILIZADO FINANCEIRO	PROVISÕES PARA GARANTIAS PRESTADAS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	617	3 662	2 499	6 778	0	3 662	2 511	6 173
Dotações / Reposições	126	-7 205	105 148	98 069	0	-7 205	105 148	97 944
Utilizações	0	-35 817	-29 571	-65 388	0	-35 817	-29 534	-65 351
Variação cambial e outras regularizações	-36	51 427	-2 169	49 222	0	51 427	-2 205	49 222
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	706	12 067	75 907	88 680	0	12 067	75 920	87 987
Dotações / Reposições	-113	-4 648	-79 170	-83 931	0	-4 132	-70 373	-74 505
Variação cambial e outras regularizações	-449	-286	12 116	11 381	0	-802	3 478	2 676
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	144	7 133	8 853	16 130	0	7 133	9 025	16 158

Em 31 de Dezembro de 2014 as utilizações de provisões para Garantias prestadas dizem respeito a valores desconhecidos no âmbito da operação de cedência, no montante de 3.684.281 milhares de AOA.

Os valores referentes a outras regularizações de provisões para Garantias Prestadas, em 2014, concernem ao reforço de provisões decretado pelas medidas de saneamento do BNA, de 20 de Outubro de 2014, que foram registados por contrapartida de resultados transitados, no montante de 5.276.425 milhares de AOA (ver Nota 28).

O valor referente a Outras provisões, em 2014, diz respeito essencialmente à cobertura de responsabilidades prováveis com processos fiscais, no montante de 6.146 milhares de AOA, 63.376 milhares de USD.

Em 2015, o valor referente a Dotações/Reposições e outras regularizações, para Outras provisões, concerne, essencialmente, à reversão da provisão para a cobertura de responsabilidades prováveis com processos fiscais, no âmbito da amnistia fiscal (Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais).

## NOTA 18 – FUNDOS PRÓPRIOS

### CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2014, o Capital social era de AOA 72.000.000.000, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

No âmbito das medidas de saneamento aplicadas ao Banco, em 2014, os fundos próprios do Banco passaram a ser negativos, no valor de AOA 383.886 milhões, confirmando-se a necessidade de reforço imediato dos capitais da instituição (ver nota 28).

No seguimento desta necessidade foram tomadas as seguintes medidas:

- a) aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior, no montante de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas, no valor de AOA 425.139 milhares, por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os accionistas do banco à data viram as suas participações no capital social completamente diluídas;
- b) aumento de capital no montante de AOA 65.000 milhões, a efectuar em numerário, com vista a reconstituir o capital social e asse-

gurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos;

- c) conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,72% na instituição.

### RESERVAS E FUNDOS (RESERVA LEGAL)

Esta rubrica é constituída integralmente pela Reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

### RESULTADOS POTENCIAIS

Segue infra o detalhe da evolução desta rubrica:

	INDIVIDUAL					
	AOA			USD		
	AJUSTES AO VALOR JUSTO EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	IMPOSTOS DIFERIDOS	TOTAL	AJUSTES AO VALOR JUSTO EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	IMPOSTOS DIFERIDOS	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1 058 350	0	1 058 350	10 842	0	10 842
Varição do valor de mercado (nota 6)	235 038	0	235 038	1 732	0	1 732
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1 293 388	0	1 293 388	12 574	0	12 574
Varição do valor de mercado (nota 6)	-1 188 783	0	-1 188 783	-11 801	0	-11 801
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	104 605	0	104 605	773	0	773

Ver nota explicativa 2.2 r) às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### RESULTADOS TRANSITADOS

Em 2014, e no âmbito da resolução do BNA, referente a 4 de Agosto de 2014, os Resultados transitados até à data foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, no montante de AOA 425.139 milhões.

### ESTRUTURA ACCIONISTA DO BE

No âmbito das medidas de saneamento aplicadas ao Banco pelo BNA foi aprovado um aumento de capital em numerário de AOA 65 milhões, que adicionados a AOA 7 milhões por conversão de dívida do Novo Banco S.A. totalizam um capital social de AOA 72 milhões (ver nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a estrutura accionista do Banco era como se segue:

	2015	2014
Lektron Capital, S.A.	30,98%	30,98%
GENI, Novas Tecnologias, S.A.	19,90%	19,90%
Sonangol E.P.	16,00%	16,00%
Sonangol Vida S.A.	16,00%	16,00%
Sonangol Holding, Lda.	7,40%	7,40%
Novo Banco, S.A.	9,72%	9,72%

## NOTA 19 - LUCRO E DIVIDENDOS POR ACÇÃO

A distribuição proposta pelo Conselho de Administração para os resultados, bem como a demonstração do Lucro e Dividendo por acção, é como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
A - Resultado do exercício, distribuído por:	9 971 156	-59 775 879	82 899	-607 997
A1 Reserva legal	1 994 231	0	16 580	0
A2 Resultados transitados	7 976 925	2 895 837	66 319	30 006
A3 Dividendos propostos	0	0	0	0
B - Número de acções (médio)	72 000 000	69 072 460	72 000 000	69 072 460
C - Lucro por acção = A/B	0,138	-0,865	0,001	-0,009
D - Dividendo por acção = A3/B	0	0	0	0

A alocação do resultado do ano 2015, acima detalhada, decorre de uma deliberação do Conselho de Administração, a ser aprovada em Assembleia Geral.

## NOTA 20 - MARGEM FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a margem financeira apresenta a seguinte decomposição em termos individuais e consolidados:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações	41 016 367	21 685 211	341 006	220 567
Aplicações outras instituições de crédito	14 727	32 796	122	334
Crédito a Clientes	37 556 689	18 079 609	312 243	183 893
Habitação	343 780	361 045	2 858	3 672
Outro Crédito a Particulares	420 496	781 372	3 496	7 948
Empresas	36 792 413	16 937 192	305 889	172 273
Aplicações Financeiras (Carteira Títulos)	3 444 951	3 572 806	28 641	36 340
Recursos	37 806 633	45 106 016	314 321	458 786
Recursos de Bancos Centrais	11 773 522	1 882 821	97 884	19 151
Recursos de OIC's	4 055 564	25 074 036	33 718	255 035
Recursos de Clientes	18 043 527	17 771 728	150 012	180 761
à vista	7 869 631	6 960 050	65 427	70 792
a prazo	10 173 896	10 811 678	84 585	109 969
Passivos Subordinados	2 612 784	377 431	21 722	3 839
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 321 236	0	10 985	0
<b>Total</b>	<b>3 209 734</b>	<b>-23 420 805</b>	<b>26 685</b>	<b>-238 219</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações	41 014 942	21 682 367	340 994	220 537
Aplicações outras instituições de crédito	14 727	32 796	122	334
Crédito a Clientes	37 555 264	18 076 765	312 231	183 863
Habitação	343 780	361 045	2 858	3 672
Outro Crédito a Particulares	420 496	781 372	3 496	7 948
Empresas	36 790 988	16 934 348	305 877	172 243
Aplicações Financeiras (Carteira Títulos)	3 444 951	3 572 806	28 641	36 340
Recursos	37 763 387	45 011 312	313 961	457 823
Recursos de Bancos Centrais	11 773 522	1 882 821	97 884	19 151
Recursos de OIC's	4 055 564	25 074 036	33 718	255 035
Recursos de Clientes	18 000 281	17 677 024	149 652	179 798
à vista	7 870 270	6 960 294	65 433	70 795
a prazo	10 130 011	10 716 730	84 220	109 003
Passivos Subordinados	2 612 784	377 431	21 722	3 839
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 321 236	0	10 985	0
<b>Total</b>	<b>3 251 555</b>	<b>-23 328 945</b>	<b>27 033</b>	<b>-237 286</b>

O crescimento evidenciado na margem financeira relacionado com crédito justifica-se pelo valor dos juros a receber da operação de cedência de activos, no montante de AOA 28.901.575 milhares. Adicionalmente verificou-se uma diminuição do financiamento junto de outras instituições financeiras, sendo substituído pelo recurso ao Banco Central.

O valor referente a passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se aos custos incorridos pelo Banco em 2015, relativo ao passivo financeiro gerado, relacionado com os activos não desreconhecidos no âmbito da operação de cedência de activos. da operação de cedência de activos.

## NOTA 21 – RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os resultados de prestação de serviços financeiros detalham-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Proveitos	3 644 657	3 992 782	30 302	40 612
Cobrança de Valores	9 557	11 554	79	118
Garantias Prestadas	368 643	640 568	3 065	6 515
Gestão de Meios de Pagamento	486 855	607 324	4 048	6 177
Comissões sobre Empréstimos e similares	243 925	240 726	2 028	2 448
Créditos Documentários	246 249	1 054 120	2 047	10 722
Gestão de activos	0	100	0	1
Cartões	1 042 025	460 572	8 663	4 685
Bancasseguros	1 886	0	16	0
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	589 435	418 536	4 901	4 257
Outros Serviços	656 082	559 282	5 455	5 689
Custos	-308 704	-205 688	-2 567	-2 092
Gestão de Meios de Pagamento	-2 108	-2 260	-18	-23
Cartões	-292 239	-170 816	-2 430	-1 737
Outros Serviços	-14 357	-32 612	-119	-332
Total	3 335 953	3 787 093	27 735	38 520

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Proveitos</b>	4 295 692	4 019 422	35 714	40 883
Cobrança de Valores	9 557	11 554	79	118
Garantias Prestadas	368 643	640 568	3 065	6 515
Gestão de Meios de Pagamento	486 855	607 324	4 048	6 177
Comissões sobre Empréstimos e similares	243 925	240 726	2 028	2 448
Créditos Documentários	246 249	1 054 120	2 047	10 722
Gestão de activos	651 035	26 740	5 412	272
Cartões	1 042 025	460 572	8 663	4 685
Bancasseguros	1 886	0	16	0
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	589 435	418 536	4 901	4 257
Outros Serviços	656 082	559 282	5 455	5 689
<b>Custos</b>	-308 704	-205 688	-2 567	-2 092
Gestão de Meios de Pagamento	-2 108	-2 260	-18	-23
Cartões	-292 239	-170 816	-2 430	-1 737
Outros Serviços	-14 357	-32 612	-119	-332
<b>Total</b>	<b>3 986 987</b>	<b>3 813 733</b>	<b>33 147</b>	<b>38 791</b>

Em termos de resultados com serviços financeiros, podemos destacar a subida no valor de comissionamento com cartões, bem como com a variação cambial ocorrida.

Destacamos também a diminuição do valor de comissões relacionadas com Créditos documentários.

## NOTA 22 - CUSTOS OPERATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os custos operativos detalham-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Serviços e Fornecimentos de Terceiros	6 254 518	7 669 728	51 999	78 011
Rendas e Alugueres	1 157 501	1 420 970	9 623	14 453
Comunicações e Expedição	590 804	668 570	4 912	6 800
Publicidade	258 624	345 623	2 150	3 515
Informática	372 306	355 205	3 095	3 613
Consultoria	163 202	801 275	1 357	8 150
Deslocações e Representação	594 986	867 647	4 947	8 825
Conservação e Reparação	649 515	513 203	5 400	5 220
Seguros	500 147	377 585	4 158	3 841
Transporte	427 236	404 874	3 552	4 118
Segurança e Vigilância	682 927	747 546	5 678	7 603
Judiciais, contencioso e notariado	62 845	166 839	522	1 697
Água, Energia e combustíveis	218 396	188 928	1 816	1 922
Serviços de Limpeza	170 511	143 120	1 418	1 456
Outros	405 518	668 343	3 371	6 798
Depreciações e Amortizações	2 033 547	2 262 718	16 907	23 015
<b>Total</b>	<b>8 288 065</b>	<b>9 932 446</b>	<b>68 906</b>	<b>101 026</b>



Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Serviços e Fornecimentos de Terceiros	6 350 515	7 459 138	52 798	75 869
Rendas e Alugueres	1 157 500	1 000 030	9 624	10 171
Comunicações e Expedição	592 256	669 648	4 924	6 811
Publicidade	259 614	347 812	2 158	3 538
Informática	372 867	355 205	3 100	3 613
Consultoria	163 202	801 275	1 357	8 150
Deslocações e Representação	622 964	890 423	5 179	9 057
Conservação e Reparação	651 095	521 779	5 413	5 307
Seguros	501 445	378 682	4 169	3 852
Transporte	427 236	404 874	3 552	4 118
Segurança e Vigilância	682 927	747 546	5 678	7 603
Judiciais, contencioso e notariado	124 124	340 655	1 032	3 465
Água, Energia e combustíveis	219 155	189 256	1 822	1 925
Serviços de Limpeza	170 511	143 304	1 418	1 458
Outros	405 619	668 649	3 372	6 801
Depreciações e Amortizações	2 038 917	2 267 892	16 951	23 067
<b>Total</b>	<b>8 389 432</b>	<b>9 727 030</b>	<b>69 749</b>	<b>98 936</b>

O BE tem vindo a implementar um programa de redução de custos, nas diferentes vertentes, e o resultado é a evolução dos Custos operativos, os quais se fixaram em AOA 8.288

milhões (2014: AOA 9.932 milhões), apresentando um decréscimo de 17% quando comparados com o exercício homólogo anterior.

## NOTA 23 - RESULTADOS CAMBIAIS

Infra segue o detalhe dos resultados cambiais obtidos em 2015 e 2014:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Resultado da Reavaliação do Balanço	12 674 408	103 120	105 374	1 049
Resultados de Operações Cambiais	1 957 184	955 636	16 272	9 720
<b>Total</b>	<b>14 631 592</b>	<b>1 058 756</b>	<b>121 646</b>	<b>10 769</b>

Valores em milhares da respectiva moeda

	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Resultado da Reavaliação do Balanço	12 900 672	141 282	107 255	1 437
Resultados de Operações Cambiais	1 957 184	955 636	16 272	9 720
<b>Total</b>	<b>14 857 856</b>	<b>1 096 918</b>	<b>123 527</b>	<b>11 157</b>

O resultado cambial do Banco teve uma variação significativa em 2015 face ao ano anterior. Esta variação deve-se essencialmente à desvalorização significativa ocorrida em 2015, do AOA, face à generalidade das moedas, mais especificamente face ao USD.

Esta evolução da taxa USD/AOA, que passou de 102,863, no fecho de 2014, para 135,315 no fecho de 2015, é o principal motivo para o crescimento verificado.

Adicionalmente, e face ao também significativo agravamento da taxa USD/AOA logo no início de 2016, detalhamos as principais variações ocorridas em termo do Balanço e dos Resultados do Banco.

**VARIAÇÃO DO BALANÇO ENTRE 31/12/2015 E 04/01/2016**

Valores em milhares da respectiva moeda

MOEDA	VALOR EM MOEDA ORIGINAL	AOA		
		31/DEZ/15	04/JAN/16	P&L
CHF	37 980	5 188 287	5 956 002	767 715
EUR	-36 400 240	-5 381 104 589	-6 175 798 844	-794 694 255
GBP	197 158	39 490 744	45 475 643	5 984 899
JPY	325 006	365 070	420 214	55 144
NAD	14 379	200 588	200 588	0
SEK	198 035	3 191 186	3 660 006	468 820
USD	309 113 041	41 827 631 171	48 101 698 568	6 274 067 397
ZAR	913 835	12 981 939	12 981 939	0
Total	274 399 194	36 507 944 396	41 994 594 116	5 486 649 720

Infra a evolução das taxas de câmbio que explicam esta variação:

MOEDA	31/DEZ/15	04/JAN/16
GBP	200,30	230,66
USD	135,32	155,61
CHF	136,61	156,82
SEK	16,11	18,48
NOK	15,44	17,68
DKK	19,81	22,74
CAD	97,53	112,14
JPY	1,12	1,29
EUR	147,83	169,66
NAD	13,95	13,95
ZAR	14,21	14,21

## NOTA 24 - PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os custos com pessoal detalham-se como se segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

DESCRITIVO	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Custos com pessoal	6 670 344	6 435 516	55 457	65 457
Custos com Segurança Social	256 258	244 415	2 131	2 485
Remunerações Variáveis (Bónus)	1 027 188	1 111 966	8 540	11 310
Vencimentos	5 026 092	4 901 501	41 786	49 855
Remuneração Base	4 090 188	4 065 267	34 006	41 349
Subsídio de Férias	383 135	336 141	3 185	3 419
Subsídio de Natal	385 983	318 305	3 209	3 238
Subsídio de Almoço	149 193	147 803	1 240	1 503
Serviços Clínicos	17 593	33 985	146	346
Outros encargos	360 806	177 634	3 000	1 807

Valores em milhares da respectiva moeda

DESCRITIVO	CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Custos com pessoal	6 716 928	6 456 158	55 843	65 667
Custos com Segurança Social	256 254	244 416	2 130	2 485
Remunerações Variáveis (Bónus)	1 027 585	1 113 166	8 543	11 322
Vencimentos	5 068 563	4 918 461	42 138	50 027
Remuneração Base	4 121 705	4 079 257	34 266	41 491
Subsídio de Férias	388 344	337 326	3 229	3 431
Subsídio de Natal	390 540	319 363	3 247	3 248
Subsídio de Almoço	150 381	148 530	1 250	1 511
Serviços Clínicos	17 593	33 985	146	346
Outros encargos	364 526	180 115	3 032	1 833

Valores em milhares da respectiva moeda

O montante particular das remunerações fixas atribuídas durante os anos de 2015 e 2014 aos Órgãos de Administração foi o seguinte:

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Administração	432 197	648 199	3 593	6 593
Total	432 197	648 199	3 593	6 593

## NOTA 25 - DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO IMPOSTO INDUSTRIAL

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2015 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do Artigo 64.º, da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30% (ver nota 2.2 m).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a demonstração do cálculo do Imposto Industrial é como se segue:

Valores em milhares de kwanzas

	INDIVIDUAL			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
Resultado Antes de Imposto	9 971 156	-59 775 879	82 899	-607 997
Deduções à Matéria Colectável	-12 556 106	-4 447 749	-92 792	-45 425
Acréscimos à Matéria Colectável	6 564 955	11 755 182	48 516	119 565
Lucro Tributável / Prejuízo	3 980 005	-52 468 446	29 413	-533 857
Prejuízos Fiscais Acumulados	-49 326 628	-53 306 633	-364 532	-6 004
Matéria Colectável	0	0	0	0
Imposto Industrial (30%)	0	0	0	0
Resultado Líquido	9 971 156	-59 775 879	82 899	-607 997
Taxa efectiva de imposto	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

As deduções verificadas no exercício de 2015 respeitam, essencialmente, à redução de provisões não aceites para efeitos fiscais.

Adicionalmente, existem também deduções associadas a rendimentos de títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra

regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro, e que gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto no Artigo 47.º do Código do Imposto Industrial, o qual refere que para a determinação da matéria tributável deduzir-se-ão do lucro líquido apurado, e até à concorrência deste, os proveitos

ou ganhos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais. Desta forma, na determinação do lucro tributável em 31 de Dezembro de 2015, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

Não obstante, importa referir que o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro (revisto e republicado através do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro) introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC") sobre os rendimentos das Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento das autoridades fiscais dirigido à ABANC (carta com a referência 196/DGC/AGT/2016, de 17 de Maio de 2016), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2012 se encontram sujeitos a este imposto. Ademais, cumpre ainda referir que segundo a posição das autoridades fiscais, as reavaliações cambiais dos títulos de dívida pública emitidos em moeda nacional mas indexados a moeda estrangeira, emitidos desde 1 de Janeiro de 2012, deverão ser sujeitas a Imposto Industrial até o Banco Nacional de Angola se encontrar em condições de efectuar a devida retenção na fonte em sede de IAC. Os acréscimos respeitam, essencialmente, ao reforço de provisões não aceites para efeitos fiscais.

No corrente exercício, o Banco apurou um lucro fiscal de AOA 3.980 milhões, mas face aos prejuízos fiscais acumulados anteriormente apurou no ano um valor acumulado de AOA 49.327 milhões. Em 2014 e 2015 não foram registados impostos diferidos activos associa-

dos a estes prejuízos fiscais. Estes prejuízos poderão vir a ser utilizados até ao máximo nos três exercícios seguintes. Não foram registados quaisquer impostos diferidos activos, uma vez que a gestão do Banco considera existir uma elevada incerteza na recuperabilidade dos referidos prejuízos fiscais.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como se segue:

Valores em milhares de kwanzas

ANO	BASE	IMPOSTO	ANO DE CADUCIDADE
2013	0	0	2016
2014	-49 326 628	-14 797 988	2017
2015	0	0	2018
<b>Total</b>	<b>-49 326 628</b>	<b>-14 797 988</b>	

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2015.

## NOTA 26 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas Demonstrações financeiras.

Entende-se por parte relacionada:

- a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora, se tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora ou se for membro do pessoal chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;
- b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições:
  - i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si);
  - ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade);
  - iii) ambas as entidades são empreendimentos

comuns da mesma parte terceira;

- iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira;
- v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora;
- vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a);
- vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

O valor dos activos e passivos do BE com entidades do Grupo BE nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos nesses exercícios, resume-se como se segue:

Valores em milhares de kwanzas

	2015			
	ACTIVO	PASSIVO	PROVEITOS	CUSTOS
NOVO BANCO S.A.	7 011 050	118 505 981	5 864	5 038 472
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – SGOIC, S.A.	43 640	3 020	589	0
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – SGFP, S.A.	0	1 272 770	0	44 209
Tranquilidade Angola, SA	3 287	2 865 449	357	103 324
BESA Opções de Reforma	0	486 766	0	212 585

Valores em milhares de kwanzas

	2014			
	ACTIVO	PASSIVO	PROVEITOS	CUSTOS
NOVO BANCO S.A.	1 270 351	90 544 551	27 485	15 424 330
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – SGOIC, S.A.	30 566	1 721	228	2 366
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – SGFP, S.A.	0	845 449	0	31 833
Tranquilidade Angola, SA	113 057	2 033 783	0	79 945
BESA Opções de Reforma	0	299 660	0	84 898

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	2015			
	ACTIVO	PASSIVO	PROVEITOS	CUSTOS
NOVO BANCO S.A.	51 813	875 779	49	41 889
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – SGOIC, S.A.	323	22	5	0
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – SGFP, S.A.	0	9 406	0	368
Tranquilidade Angola, SA	24	21 176	3	859
BESA Opções de Reforma	0	3 597	0	1 767

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	2014			
	ACTIVO	PASSIVO	PROVEITOS	CUSTOS
NOVO BANCO S.A.	12 350	880 244	280	156 885
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO – SGOIC, S.A.	297	17	2	24
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – SGFP, S.A.	0	8 219	0	324
Tranquilidade Angola, SA	1 099	19 772	0	813
BESA Opções de Reforma	0	2 913	0	864



Em termos de operações com accionistas, órgãos sociais e quadros superiores do BE, temos os seguintes valores para 2015:

Valores em milhares de kwanzas

	RECURSOS	CRÉDITO
Accionistas	465 429	0
Órgãos Sociais	169 978	931 931
Directores Coordenadores	66 730	316 722
<b>Total</b>	<b>702 137</b>	<b>1 248 653</b>

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	RECURSOS	CRÉDITO
Accionistas	3 440	0
Órgãos Sociais	1 256	6 887
Directores Coordenadores	493	2 341
<b>Total</b>	<b>5 189</b>	<b>9 228</b>

E a 31 de Dezembro de 2014, os valores eram os que se seguem:

Valores em milhares de kwanzas

	RECURSOS	CRÉDITO
Accionistas	460 861	180 944
Órgãos Sociais	134 454	538 773
Directores Coordenadores	91 411	529 530
<b>Total</b>	<b>686 726</b>	<b>1 249 247</b>

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	RECURSOS	CRÉDITO
Accionistas	4 480	1 759
Órgãos Sociais	1 307	5 238
Directores Coordenadores	889	5 148
<b>Total</b>	<b>6 676</b>	<b>12 145</b>

## NOTA 27 - EXTRAPATRIMONIAIS

Os saldos individuais e consolidados e respectivo detalhe das rubricas extrapatrimoniais, à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, eram os seguintes:

Valores em milhares da respectiva moeda

	INDIVIDUAL E CONSOLIDADO			
	AOA		USD	
	2015	2014	2015	2014
<b>Responsabilidades de terceiros</b>				
Garantias e avales recebidos	37 151 869	36 175 196	274 558	351 683
<b>Responsabilidades perante terceiros</b>				
Garantias e avales prestados	13 097 659	17 823 799	96 794	173 277
Créditos documentários abertos	7 343 442	11 582 988	54 269	112 606
Limites Não Utilizados	16 757 391	0	123 840	0
<b>Responsabilidades por Prestação De Serviços</b>				
Serviços prestados por terceiros	438 492	18 339	3 241	178
Serviços prestados pela Instituição	127 121 492	119 585 722	939 449	1 162 573
<b>Valor Actual dos Créditos</b>				
Créditos Mantidos no Activo	120 561 771	92 009 343	890 971	894 484
Juros Abatidos ao Activo	31 607 583	22 488 227	233 585	218 623
Créditos Transferidos para Prejuizos	221 333 169	183 294 021	1 635 688	1 781 924

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro. Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco,

por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário.

À data de 31 de Dezembro de 2013, na rubrica Garantias e avales recebidos, o Banco reconheceu uma garantia soberana irrevogável, concedida pelo Estado Angolano, no montante de 5,7 mil milhões de USD (556,4 mil milhões de AOA). Esta garantia foi emitida, em 31 de Dezembro de 2013, pelo prazo de 18 meses. Esta garantia foi revogada após a resolução do BNA, datada de 4 de Agosto de 2014 (ver nota 28).

A rubrica de Serviços prestados pela instituição diz respeito, essencialmente, aos valores de títulos de clientes custodiados no Banco. Em 31 de Dezembro de 2014 foi decidido pela Administração do Banco o desreconhecimento de balanço de um conjunto de créditos totalmente provisionados no montante de 385.453 milhares de AOA, sendo que no âmbito da operação de cedência de activos, uma parte significativa deste valor registado em créditos transferidos para prejuízos foi também transferida.

No âmbito da operação de cedência de activos, em 2014, foi também cedido um conjunto de operações de Garantias prestadas e de Créditos documentários num valor de 11.210.379 milhares de AOA. Estes contratos encontravam-se parcialmente provisionados no montante de 3.684.281 milhares de AOA (ver nota 17), tendo o Banco um valor líquido

a receber de 7.526.099 milhares de AOA (ver nota 28).

Uma vez que é expectável que a maioria dos valores registados em rubricas extrapatrimoniais expirem sem terem sido utilizados, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

## NOTA 28 - FACTOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de Dezembro de 2013, foi emitida uma Garantia Soberana, através de Despacho Presidencial Interno N.º 7/2013, de 31 de Dezembro, concedida pela República de Angola, no montante de 5,7 mil milhões de USD (556,4 mil milhões de AOA), incluindo 0,2 mil milhões de USD para outras naturezas de activos. De acordo com o referido Despacho Presidencial, foi emitida a Garantia Soberana, considerando: (i) que o Banco Espírito Santo Angola, S.A. detinha e geria uma carteira de créditos e operações respeitantes a um conjunto de entidades empresariais angolanas, constituído por micro, pequenas e grandes empresas que correspondem a operações de importância para a implementação dos objectivos constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo para os anos 2013-2017; e (ii) com o objectivo de proteger interesses fundamentais para o equilíbrio do sistema financeiro angolano.

A 4 de Agosto de 2014, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção de medidas extraordinárias de saneamento por parte do Banco Espírito Santo Angola, S.A. (actual Banco Económico, S.A).

O referido programa de saneamento englobou uma avaliação detalhada da carteira de crédito, sua componente a afectar a prejuízos e identificação dos elementos patrimoniais, tendo em vista a sua alienação e reestruturação e a revogação da garantia emitida pela República de Angola a 31 de Dezembro de 2013.

Simultaneamente, o Banco Nacional de Angola nomeou dois administradores provisórios para, em conjunto com o Conselho de Administração em funções, assegurar a gestão corrente.

A 20 de Outubro de 2014, o Banco Nacional de Angola aprovou as medidas de saneamento a adoptar pelo Banco Espírito Santo Angola, S.A., tendo por base o relatório sobre a situação patrimonial do Banco elaborado pelos administradores provisórios e o relatório de revisão de finalidade especial apresentado por auditor independente expressamente contratado para o efeito.

Os referidos relatórios basearam-se nas Demonstrações Financeiras do Banco Espírito Santo Angola, S.A. à data de 4 de Agosto de 2014, que reflectiam um Activo no montante de AOA 1.122.504 milhões, um Passivo de AOA 1.017.610 milhões e Fundos Próprios de AOA 104.894 milhões, e que permitiram confirmar a necessidade de um ajustamento em fundos próprios, à data de 4 de Agosto de 2014, no montante de AOA 488.780 milhões, com o seguinte detalhe:

- a)** sobre a carteira de crédito no montante de AOA 897.678 milhões, reforço de provisões em AOA 428.997 milhões, repartido entre AOA 423.721 milhões para crédito directo (ver nota 8) e AOA 5.276 milhões para crédito indirecto (ver nota 17), respectivamente. Esse reforço resultou da reavaliação da carteira, tendo por base critérios conservadores numa perspectiva de liquidação, tendo em consideração os seguintes pressupostos principais: (i) a expectativa de recuperação; (ii) a valorização dos colaterais, se aplicável; e (iii) a probabilidade de sucesso de negociações em curso.
- b)** sobre a carteira de imóveis no montante de AOA 183.319 milhões, constituição de provisões de AOA 58.943 milhões, considerando a expectativa, à data em que foi efectuada a análise, sobre a evolução do mercado imo-

biliário no país, assim como as diferentes naturezas, tipologias e localização dos imóveis, que se detalha infra:

MAOA		
Títulos e valores mobiliários	13 936	ver nota 6
Outros valores	4 801	ver nota 9
Bens não de uso próprio	25 185	ver nota 10
Imobilizações corpóreas	10 661	ver nota 12
Crédito	4 360	ver nota 8
<b>Total</b>	<b>58 943</b>	

c) sobre Outros Activos, e com base na revisão do plano estratégico do Banco Espírito Santo Angola, S.A., reconhecimento como perda total dos montantes capitalizados associados a projectos de investimento descontinuados, no valor de AOA 840 milhões (ver nota 9).

Em resultado dos ajustamentos indicados nas alíneas anteriores, os fundos próprios do Banco passaram a ser negativos, no valor de AOA 383.886 milhões, facto que implicou a necessidade de reforço dos capitais do Banco Espírito Santo Angola, S.A..

As medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola foram conforme segue:

a) aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior, no montante de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os accionistas do Banco à data viram as suas participações no capital social completamente diluídas;

- b) aumento de capital no montante de AOA 65.000 milhões, efectuado em numerário, com vista a reconstituir o capital social e assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos;
- c) conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,9% na instituição;
- d) conversão do montante de AOA 41.596 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública;
- e) conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.
- f) colocação no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, até 31 de Dezembro de 2015, de forma a assegurar a manutenção dos rácios regulamentares.

A 29 de Outubro de 2014, realizou-se uma Assembleia Geral universal e extraordinária em que os administradores provisórios informaram os accionistas das medidas de saneamento a adoptar tendo convidado os então accionistas a recapitalizar o Banco nas condições apresentadas.

Não tendo os então accionistas manifestado interesse em capitalizar o Banco nas condições

referidas, para além da GENI Novas Tecnologias S.A., foram aprovadas as seguintes operações.

**1.** Aumento de capital em numerário no montante de AOA 65.000 milhões, realizado pelas seguintes entidades e nas proporções aprovadas pelo Banco Nacional de Angola:

- a)** a sociedade GENI Novas Tecnologias S.A. no montante de AOA 14.328 milhões, representativa de uma participação de 19,900% do capital social;
- b)** a sociedade LEKTRON CAPITAL S.A. no montante de AOA 22.304 milhões, representativa de uma participação de 30,978% do capital social.
- c)** a sociedade SONANGOL EP no montante de AOA 11.520 milhões, representativa de uma participação de 16,000% do capital social.
- d)** a sociedade SONANGOL S.A. no montante de AOA 11.520 milhões, representativa de uma participação de 16,000% do capital social.
- e)** a sociedade SONANGOL HOLDINGS LIMITADA no montante de AOA 5.328 milhões, representativa de uma participação de 7,400% do capital social.

**2.** Aumento de capital de AOA 7.000 milhões, mediante conversão do empréstimo sénior titulado pelo Novo Banco S.A, correspondente a uma participação de 9.722% do capital social.

Com a realização da referida Assembleia Geral foi dada como finda a intervenção do Banco Nacional de Angola, tendo sido nomeados os novos órgãos sociais e aprovada a redenominação do Banco para Banco Económico. Em substituição da emissão no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, anteriormente aprovados pelo Banco Nacional de Angola, foi

concretizada, em 15 de Julho de 2016, uma operação de venda de activos detidos pelo Banco Económico a uma entidade não relacionada, com referência a 31 de Dezembro de 2014, cujos detalhes são conforme se segue.

**a)** Transmissão de direitos económicos sobre créditos directos, por assinatura e outros valores, pelo valor contabilístico líquido de 315.691 milhões de AOA (que se dividem por moeda em 111.886 milhões de AOA e 1.981 milhões de USD), que infra se detalham:

	VALORES EM MOEDA		VALOR EM AOA	
	MAOA	MUSD	MAOA	
<b>Crédito directo</b>	<b>101 854</b>	<b>1 853</b>	<b>292 468</b>	<b>ver nota 8</b>
<b>Crédito por assinatura</b>	<b>–</b>	<b>73</b>	<b>7 526</b>	<b>ver nota 27</b>
<b>Outros valores</b>	<b>10 032</b>	<b>55</b>	<b>15 697</b>	<b>ver nota 9</b>
	<b>111 886</b>	<b>1 981</b>	<b>315 691</b>	

O valor de crédito directo de 292.468 milhões de AOA inclui um montante de crédito líquido de 10.286 milhões de AOA que não foi desreconhecido do activo, na medida em que o Banco ficou com uma opção de recompra sobre dois contratos.

Foram também transmitidos os direitos económicos sobre créditos abatidos ao activo, no âmbito da operação de cedência, no montante bruto de 88.716 milhares de AOA, totalmente provisionados (ver nota 8).

**b)** Venda de 49.191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50,2% da totalidade das unidades de participação, no montante de AOA 5.975 milhões (ver nota 6).

- c) Transmissão de direitos económicos relativos a 50.000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente a 100% da totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de AOA 54.102 milhões (ver nota 6).
- d) Alienação de diversos activos imobiliários no montante de AOA 4.975 milhões, detalhado infra:

	MAOA	
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>2 929</b>	<b>ver nota 12</b>
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>2 046</b>	<b>ver nota 10</b>
<b>Total</b>	<b>4 975</b>	

Tendo a operação de venda de activos, no montante total de AOA 380.743 milhões (AOA 176.939 milhões e USD 1.981 milhões), correspondente ao valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2014, produzido efeitos a 31 de Dezembro de 2014, o Banco procedeu ao desreconhecimento dos referidos activos nesta data, com excepção dos já referidos anteriormente, por contrapartida de Outros valores a receber (ver nota 9).

Para pagamento do preço de venda dos diversos activos foi acordado o seguinte calendário:

- i. com a assinatura dos contratos, o pagamento de AOA 47.040 milhões, a realizar mediante a entrega de títulos de dívida pública da República de Angola; e
- ii. cinco pagamentos anuais e constantes do remanescente do valor em dívida a partir de 15 de Julho de 2017.

Sobre o valor em dívida vencem-se juros à taxa de 7%.

Em referência ao empréstimo comum acordado no âmbito da resolução no montante de

AOA 41.596 milhões, USD 424.860 milhares, o capital do empréstimo deveria ser reembolsado na totalidade no dia 30 de Abril de 2016. Não tendo sido possível ao Banco Económico, S.A. cumprir com a obrigação de pagamento da referida dívida e em face das restrições cambiais vigentes, o Banco Económico, S.A. solicitou ao Novo Banco, S.A. a alteração das condições do empréstimo, com alargamento do prazo de reembolso entre 30 de Abril de 2016 e 15 de Agosto de 2018 e o reforço das garantias do empréstimo.

No seguimento do aditamento ao contrato inicial, com data de 29 de Abril de 2016, o Banco Económico S.A. efectuou os pagamentos previstos em 30 de Abril de 2016 (USD 94.667.233,65 de capital e USD 3.693.003,21 de juros), 13 de Junho de 2016 (USD 50.000.000 de capital e USD 1.921.610,59 de juros) e 30 de Setembro de 2016 (USD 73.000.000 de capital e USD 3.958.178,99 de juros), perfazendo um valor total liquidado de USD 217.667.233,65 de capital e USD 9.572.792,79 de juros.

No referido aditamento, o Banco Económico, S.A. reforçou as garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 12.300 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola. Não temos conhecimento de quaisquer outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2014, até à aprovação das Demonstrações financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas Notas às contas relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.



RELATÓRIOS  
DOS AUDITORES





**KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.**  
Edifício Moncada Prestige  
Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º  
Luanda

Telefone: +244 227 28 01 01  
Fax: +244 227 28 01 19  
Internet: www.kpmg.co.ao  
E-mail: aokpmg@kpmg.com

## **Relatório do Auditor Independente**

### **Aos Accionistas do Banco Económico, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Banco Económico, S.A.**, ('Banco Económico' ou 'Banco') que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 859.785.200 milhares de AOA e um total de fundos próprios de 48.204.503 milhares de AOA, incluindo um resultado líquido de 9.971.156 milhares de AOA), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras ('CONTIF') e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola ('BNA'), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Banco Económico, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro, as mutações nos fundos próprios e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

## Ênfases

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. Como referido na nota 2.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias do Anexo às demonstrações financeiras, no seguimento do saneamento financeiro ocorrido em 20 de Outubro de 2014, após a intervenção do Banco Nacional de Angola no Banco Espírito Santo Angola, S.A. (agora denominado Banco Económico, S.A.), o Banco passou a efectuar o registo das provisões para crédito de acordo com os critérios definidos no âmbito da resolução, os quais são distintos do estipulado no Aviso 3/2012 de 28 de Março, do BNA.
2. Conforme referido na nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2015, o Banco reverteu as provisões para a cobertura de responsabilidades prováveis com contingências fiscais, no montante de AOA 6.416.134 milhares, e AOA 2.734.161 milhares de Outros encargos fiscais a pagar, no âmbito da amnistia fiscal (Regime Excepcional de Dívidas Fiscais).
3. Como referido na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras, a 4 de Agosto de 2014, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção de medidas extraordinárias de saneamento por parte do então Banco Espírito Santo Angola, S.A. (agora denominado Banco Económico, S.A.).

O programa de saneamento englobou uma avaliação detalhada da carteira de crédito, sua componente a afectar a prejuízos e identificação dos elementos patrimoniais objecto de alienação e reestruturação e a revogação da garantia emitida pela República de Angola a 31 de Dezembro de 2013.

A 20 de Outubro de 2014, o Banco Nacional de Angola aprovou as medidas de saneamento a adoptar pelo então Banco Espírito Santo Angola, S.A. que deram origem a um ajustamento em fundos próprios, à data de 4 de Agosto de 2014 e registados nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, no montante de AOA 488.780 milhões.

Em função dos ajustamentos indicados, os fundos próprios do Banco passaram a ser negativos, no valor de AOA 383.886 milhões, confirmando-se a necessidade de reforço imediato dos capitais da instituição.

Chamamos ainda a atenção, que conforme referido na nota 28 do Anexo, as medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola incluíram as seguintes:

- a) Aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.), no montante



de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os accionistas do banco à data viram as suas participações no capital social diluídas;

- b) Aumento de capital no montante de AOA 65.000 milhões, efectuado em numerário, com vista a reconstituir o capital social e assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos;
  - c) Conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.) em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,9% na Instituição;
  - d) Conversão do montante de AOA 41.596 milhões do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.) num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública. Este acordo incluiu a constituição de garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 21.244 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola; e
  - e) Conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.) num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.
4. Como referido na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras e na alínea d) do parágrafo 4 anterior, no âmbito do saneamento financeiro do Banco Económico em 20 de Outubro de 2014 foi celebrado com o Novo Banco, S.A. por conversão da dívida no montante de AOA 41.596 milhões (USD 424.860 milhares), um contrato de empréstimo comum, inicialmente contraído junto do Banco Espírito Santo, S.A. e que posteriormente foi transferido para o Novo Banco, S.A. Este acordo incluiu a constituição de garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 21.244 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola.

Nos termos desse mesmo contrato, o capital do empréstimo deveria ser reembolsado na totalidade no dia 30 de Abril de 2016. Não tendo sido possível ao Banco Económico, S.A. cumprir com a obrigação de pagamento da referida dívida e em face das restrições cambiais vigentes, o Banco Económico, S.A. solicitou ao Novo Banco, S.A. a alteração das condições do empréstimo, com alargamento do prazo de reembolso de 30 de Abril de 2016 para 15 de Agosto de 2018 e o reforço das garantias do empréstimo.

No seguimento do aditamento ao contrato inicial, com data de 29 de Abril de 2016, o Banco Económico S.A. efectuou os pagamentos previstos em 30 de Abril de 2016 (USD 94.667.233,65 de capital e USD 3.693.003,21 de juros), 13 de Junho de 2016 (USD 50.000.000 de capital e USD 1.921.610,59 de juros), e 30 de Setembro de 2016 (USD 73.000.000 de capital e USD 3.958.178,99 de juros), perfazendo um valor total liquidado de USD 217.667.233,65 de capital e USD 9.572.792,79 de juros.



No referido aditamento o Banco Económico, S.A. reforçou as garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 12.300 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola.

5. Como referido na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras, no seguimento do saneamento financeiro ocorrido em 2014, após a intervenção do Banco Nacional de Angola no Banco Espírito Santo Angola, S.A. (agora denominado Banco Económico, S.A.) foram tomadas um conjunto de medidas com vista à reestruturação do Banco e à sua viabilização futura.

Uma das medidas compreendeu a cedência de um conjunto de activos do Banco registados no Balanço a uma entidade não relacionada, no montante total de AOA 380.743 milhões (AOA 176.939 milhões e USD 1.981 milhões), correspondente ao valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2014, cujos detalhes são conforme segue:

- a) Transmissão de direitos económicos sobre créditos directos e por assinatura no montante de AOA 315.691 milhões (AOA 111.886 milhões e USD 1.981 milhões);
- b) Venda de 49.191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50,2% da totalidade das unidades de participação, no montante de AOA 5.975 milhões;
- c) Transmissão de direitos económicos relativos a 50.000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente a 100% da totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de AOA 54.102 milhões; e
- d) Alienação de diversos activos imobiliários no montante de AOA 4.975 milhões.

Os contratos relativos à cedência dos activos foram assinados pelas partes em 15 de Julho de 2016, mas com efeitos jurídicos e económicos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014, tendo esta retroacção sido autorizada pelo Banco Nacional de Angola. O correspondente valor inicial a receber desta transacção, no montante de AOA 380.743 milhões, está registado na rubrica de Outros valores, conforme nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras.



6. Conforme referido na nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, estas foram preparadas com base na continuidade das operações. O Banco Económico, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, segundo o Instrutivo nº 16/2015 de 22 de Julho do BNA, e até à data deste relatório, segundo o Instrutivo nº 02/2016, de 11 de Abril, não se encontra a cumprir com as reservas mínimas obrigatórias prudenciais. Contudo, durante o decurso do processo de saneamento financeiro, o Banco ficou isento do cumprimento de algumas normas regulamentares, entre as quais a relativa às reservas mínimas obrigatórias.

Neste âmbito, o Banco Económico, S.A. apresentou ao Banco Nacional de Angola uma proposta de regularização da situação, de forma a dar cumprimento integral à disposição regulamentar acima mencionada. Caso esta proposta não venha a ser aceite pelo Banco Nacional de Angola, o financiamento concedido pelo Banco Central terá que ser mantido.

Luanda, 15 de Dezembro de 2016

---

**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**

Representada por:

Inês Filipe

Perito Contabilista (Cédula n.º: 20140081)





**KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.**  
Edifício Moncada Prestige  
Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º  
Luanda

Telefone: +244 227 28 01 01  
Fax: +244 227 28 01 19  
Internet: www.kpmg.co.ao  
E-mail: aokpmg@kpmg.com

## **Relatório do Auditor Independente**

**Aos Accionistas do  
Banco Económico, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Banco Económico, S.A.**, ('Banco Económico' ou 'Banco') que compreendem o balanço consolidado patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 859.269.742 milhares de AOA e um total de fundos próprios de 48.204.503 milhares de AOA, incluindo um resultado líquido de 9.971.156 milhares de AOA), a demonstração de resultados consolidada, a demonstração de mutações nos fundos próprios consolidada e a demonstração de fluxos de caixa consolidada relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras ('CONTIF') e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola ('BNA'), e pelo controlo interno que considere ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do **Banco Económico, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro consolidado, as mutações nos fundos próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

## Ênfases

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. Como referido na nota 2.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantia do Anexo às demonstrações financeiras, no seguimento do saneamento financeiro ocorrido em 20 de Outubro de 2014, após a intervenção do Banco Nacional de Angola no Banco Espírito Santo Angola, S.A. (agora denominado Banco Económico, S.A.), o Banco passou a efectuar o registo das provisões para crédito de acordo com os critérios definidos no âmbito da resolução, os quais são distintos do estipulado no Aviso 3/2012 de 28 de Março, do BNA.
2. Conforme referido na nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2015, o Banco reverteu as provisões para a cobertura de responsabilidades prováveis com contingências fiscais, no montante de AOA 6.416.134 milhares, e AOA 2.734.161 milhares de Outros encargos fiscais a pagar, no âmbito da amnistia fiscal (Regime Excepcional de Dívidas Fiscais).
3. Como referido na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras, a 4 de Agosto de 2014, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção de medidas extraordinárias de saneamento por parte do então Banco Espírito Santo Angola, S.A. (agora denominado Banco Económico, S.A.).

O programa de saneamento englobou uma avaliação detalhada da carteira de crédito, sua componente a afectar a prejuízos e identificação dos elementos patrimoniais objecto de alienação e reestruturação e a revogação da garantia emitida pela República de Angola a 31 de Dezembro de 2013.

A 20 de Outubro de 2014, o Banco Nacional de Angola aprovou as medidas de saneamento a adoptar pelo então Banco Espírito Santo Angola, S.A. que deram origem a um ajustamento em fundos próprios, à data de 4 de Agosto de 2014, e registados nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, no montante de AOA 488.780 milhões, registados em Resultados Transitados.

Em função dos ajustamentos indicados, os fundos próprios do Banco passaram a ser negativos, no valor de AOA 383.886 milhões, confirmando-se a necessidade de reforço imediato dos capitais da instituição.



Chamamos a atenção, que conforme referido na nota 28, as medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola incluíram as seguintes:

- a) Aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.), no montante de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os accionistas do banco à data viram as suas participações no capital social diluídas;
  - b) Aumento de capital no montante de AOA 65.000 milhões, efectuado em numerário, com vista a reconstituir o capital social e assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos;
  - c) Conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.) em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,9% na Instituição;
  - d) Conversão do montante de AOA 41.596 milhões do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.) num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública Este acordo incluiu a constituição de garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 21.244 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola; e
  - e) Conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior do Banco Espírito Santo S.A. (posteriormente transferido para o Novo Banco, S.A.) num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.
4. Como referido na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras e na alínea d) do parágrafo 4 anterior, no âmbito do saneamento financeiro do Banco Económico em 20 de Outubro de 2014 foi celebrado com o Novo Banco, S.A. por conversão da dívida no montante de AOA 41.596 milhões (USD 424.860 milhares), um contrato de empréstimo comum, inicialmente contraído junto do Banco Espírito Santo, S.A. e que posteriormente foi transferido para o Novo Banco, S.A. Este acordo incluiu a constituição de garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 21.244 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola.

Nos termos desse mesmo contrato, o capital do empréstimo deveria ser reembolsado na totalidade no dia 30 de Abril de 2016. Não tendo sido possível ao Banco Económico, S.A. cumprir com a obrigação de pagamento da referida dívida e em face das restrições cambiais vigentes, o Banco Económico, S.A. solicitou ao Novo Banco, S.A. a alteração das condições do empréstimo, com alargamento do prazo de reembolso de 30 de Abril de 2016 para 15 de Agosto de 2018 e o reforço das garantias do empréstimo.





No seguimento do aditamento ao contrato inicial, com data de 29 de Abril de 2016, o Banco Económico S.A. efectuou os pagamentos previstos em 30 de Abril de 2016 (USD 94.667.233,65 de capital e USD 3.693.003,21 de juros), 13 de Junho de 2016 (USD 50.000.000 de capital e USD 1.921.610,59 de juros), e 30 de Setembro de 2016 (USD 73.000.000 de capital e USD 3.958.178,99 de juros), perfazendo um valor total liquidado de USD 217.667.233,65 de capital e USD 9.572.792,79 de juros.

No referido aditamento o Banco Económico, S.A. reforçou as garantias a favor do Novo Banco, S.A. com penhor de primeiro grau sobre 12.300 obrigações do tesouro, com o valor nominal de USD 10.000, com maturidade em 2018, emitidas pela República de Angola.

5. Como referido na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras, no seguimento do saneamento financeiro ocorrido em 2014, após a intervenção do Banco Nacional de Angola no Banco Espírito Santo Angola, S.A. (agora denominado Banco Económico, S.A.) foram tomadas um conjunto de medidas com vista à reestruturação do Banco e à sua viabilização futura.

Uma das medidas compreendeu a cedência de um conjunto de activos do Banco registados no Balanço a uma entidade não relacionada, no montante total de AOA 380.743 milhões (AOA 176.939 milhões e USD 1.981 milhões), correspondente ao valor contabilístico a 31 de Dezembro de 2014, cujos detalhes são conforme segue:

- a) Transmissão de direitos económicos sobre créditos directos e por assinatura no montante de AOA 315.691 milhões (AOA 111.886 milhões e USD 1.981 milhões);
- b) Venda de 49.191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50,2% da totalidade das unidades de participação, no montante de AOA 5.975 milhões;
- c) Transmissão de direitos económicos relativos a 50.000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente a 100% da totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de AOA 54.102 milhões; e
- d) Alienação de diversos activos imobiliários no montante de AOA 4.975 milhões.

Os contratos relativos à cedência dos activos foram assinados pelas partes em 15 de Julho de 2016, mas com efeitos jurídicos e económicos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014, tendo esta retroacção sido autorizada pelo Banco Nacional de Angola. O correspondente valor inicial a receber desta transacção, no montante de AOA 380.743 milhões, está registado na rubrica de Outros valores, conforme nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras.



6. Conforme referido na nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, estas foram preparadas com base na continuidade das operações. O Banco Económico, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, segundo o Instrutivo nº 16/2015 de 22 de Julho do BNA, e até à data deste relatório, segundo o Instrutivo nº 02/2016, de 11 de Abril, não se encontra a cumprir com as reservas mínimas obrigatórias prudenciais. Contudo, durante o decurso do processo de saneamento financeiro, o Banco ficou isento do cumprimento de algumas normas regulamentares, entre as quais a relativa às reservas mínimas obrigatórias.

Neste âmbito, o Banco Económico, S.A. apresentou ao Banco Nacional de Angola uma proposta de regularização da situação, de forma a dar cumprimento integral à disposição regulamentar acima mencionada. Caso esta proposta não venha a ser aceite pelo Banco Nacional de Angola, o financiamento concedido pelo Banco Central terá que ser mantido.

Luanda, 15 de Dezembro de 2016

---

**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**

Representada por:

Inês Filipe

Perito Contabilista (Cédula n.º: 20140081)

